



LUSA 

Agência de Notícias de Portugal

**RELATÓRIO E CONTAS
2018**

Aprovado em Assembleia Geral de 28 de março de 2019

Índice

I.	Mensagem do Presidente	2
II.	A Agência	4
	Introdução	4
	Estratégia e Posicionamento	4
	Governo da sociedade.....	4
	Estrutura Orgânica	6
	Estrutura Acionista.....	8
III.	Relatório de Gestão.....	9
	Atividade desenvolvida	9
	▪ Institucional.....	9
	▪ Editorial.....	12
	▪ Produção	15
	▪ Agenda.....	18
	▪ Atividade comercial	18
	▪ Comunicação e Marketing.....	25
	▪ Inovação/modernização	28
	Análise económica e financeira	32
	Proposta de aplicação de resultados.....	39
IV.	Demonstrações financeiras	40
V.	Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.....	46
VI.	Cumprimento de orientações legais	79
VII.	Grelha de práticas de boa governação societária	97
VIII.	Relatório e parecer do Conselho Fiscal.....	107
IX.	Certificação legal de contas.....	108
X.	Ata do Conselho de Administração	109

I. Mensagem do Presidente



Em 2018, houve vários marcos importantes na caminhada da Agência: a inauguração do Espaço Polivalente Noémia de Sousa, com bar/restaurante, salas para eventos, lazer e de jogos; uma programação cultural que já contemplou espetáculos de poesia, música, além de debates e reuniões com os trabalhadores; foi recomposta a rede nacional e internacional; para a sede entraram mais seis pessoas para a área editorial (cinco contratadas e um regresso) e uma para a área comercial; foi criada a Direção de Inovação e Novos Projetos e entrou em funções uma nova Direção de Informação; foram assinados acordos de cooperação, nomeadamente com três grupos de media angolanos e um chinês, bem como com as câmaras de comércio Portugal-Moçambique e Portugal-Angola; realizaram-se dois encontros de trabalhadores, um em Lisboa e outro em Évora, este incluindo o jantar de Natal, algo muito desejado e que há vários anos não acontecia; concretizou-se o aumento do subsídio de refeição; melhorámos as condições de trabalho, ao ser concedido um dia de folga no dia de aniversário dos trabalhadores e meio dia no dia de aniversário dos filhos com menos de 12 anos; melhorámos igualmente as condições remuneratórias dos colaboradores da Lusa nas nossas delegações estrangeiras, nomeadamente nos PALOP.

Conseguimos atingir um valor recorde ao nível de investimento (cerca de €800 mil, o triplo da média dos 10 anos anteriores), permitindo incrementar o desenvolvimento tecnológico da Agência, bem como dar início à melhoria das condições de trabalho da sede e nalgumas delegações.

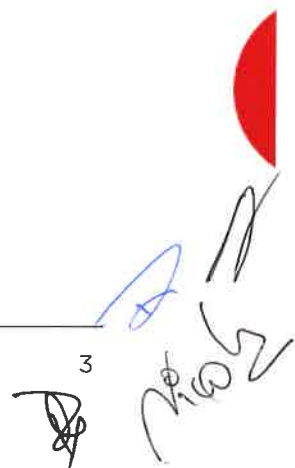
No sentido de aumentar a notoriedade da marca, lançámos um novo logótipo, mais moderno, mais dinâmico, permitindo melhores e mais diversificadas aplicações em vários suportes. Na cerimónia de apresentação estiveram presentes a Ministra da Cultura, os presidentes da RTP e do Grupo Global Media, além de representantes do Grupo Impresa, da Rádio Renascença e da Sociedade Portuguesa de Autores, além de outros media.

Finalmente retomámos a tradição de publicar o Anuário Lusa, um documento essencial para retratar através de fotografias o que aconteceu de mais relevante em Portugal e no mundo em 2018, e continuámos com o site "O ano em palavras" com uma apresentação mais moderna e apelativa. Também em parceria lançámos o EyeData, um microsite gratuito que permitirá aumentar os níveis de literacia social e económica a todos os utilizadores do mesmo.

Em todos os momentos-chave, houve um enorme respeito pelos trabalhadores. Foram eles que souberam em primeiro lugar e num plenário no Espaço Noémia de Sousa os nomes que iriam integrar a nova Direção de Informação, bem como a criação da Direção de Inovação e Novos Projetos. E foi a eles que foi apresentado em primeiro lugar o novo

logótipo no Encontro de Trabalhadores que decorreu em Évora. A administração deu também conta em plenário dos resultados das missões que se deslocaram a Luanda e a Macau.

Por último queria deixar uma mensagem de reconhecimento ao empenho coletivo de todos os que fazem parte desta caminhada, da maior agência noticiosa do mundo em língua portuguesa.



Handwritten signatures in blue and black ink, and a red stamp, located in the bottom right corner of the page.

II. A Agência

Introdução

O Conselho de Administração da Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Lusa) cumpre o dever de relatar a gestão e apresentar as contas do exercício de 2018 que, através do presente relatório, submete aos órgãos competentes da sociedade.

O Conselho de Administração tomou posse na reunião da Assembleia Geral da Lusa em 21 de março de 2018, tendo sido nomeado para o triénio 2018-2020. O Plano de Atividades e Orçamento para 2018 foi aprovado na reunião da Assembleia Geral em 10 de maio de 2018. De acordo com a declaração do Presidente do Conselho de Administração da Lusa proferida nesta reunião as linhas de orientação do novo Conselho de Administração centram-se no cumprimento do contrato do serviço público; gestão financeira estável e de rigor; prestação de um serviço público de excelência e servir cada vez melhor os seus clientes em todo lado de uma forma fiável, rápida, plural, assente nas mais diversas plataformas assegurando sempre um jornalismo de qualidade. Para a concretização destas medidas é necessário o reforço da rede nacional e internacional, a obtenção de receitas próprias mais sustentáveis e diversificadas e continuar de modo claro a modernização tecnológica da empresa e gerir de forma estimulante e motivadora todos os recursos humanos da Lusa, como forma de alavancar ainda mais o potencial dos trabalhadores porque só com trabalhadores felizes haverá empresas felizes e como disse Almada Negreiros "só quem tenta o absurdo alcança o impossível".

Tendo em conta o acima referido de realçar que grande parte das intenções aí referidas foram alcançadas como pode ser analisado em mais detalhe no presente relatório.

Em resumo os principais indicadores financeiros a referir são:

- A Indemnização Compensatória (IC) da empresa manteve-se no estipulado no contrato de prestação de serviço público, em €12,9 milhões (sem IVA). Contudo dado o nível de atividade atingido o ajustamento à IC foi de apenas €591 mil tendo diminuído cerca de 52% face a 2017.
- As receitas próprias aumentaram cerca de 1%, atingindo €3,7 milhões.
- Os gastos operacionais (fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal) aumentaram cerca de €446 mil por via de várias ações, com especial destaque para o reforço da rede nacional e internacional e o descongelamento de algumas medidas do Acordo de Empresa.
- Os investimentos, pela primeira vez na última década da empresa, atingiram o valor de €800 mil.
- O resultado líquido da empresa foi de €1,2 milhões tendo crescido cerca de 61% face ao ano anterior.

Estratégia e Posicionamento

A estratégia da Agência Lusa em 2018 orientou-se por sete pontos fundamentais.

1. Aumentar a produção noticiosa (vídeo, texto, fotos e áudio) nos países africanos de língua oficial portuguesa e reforçar a presença da Agência em Macau e na China Continental.
2. Recompôr a rede interna e externa de correspondentes, bem como a redação central.

3. Reforçar as equipas de multimédia e tradução.
4. Melhorar o rendimento disponível dos trabalhadores, quer em Portugal, quer nas delegações no exterior.
5. Aumentar a notoriedade da marca Lusa.
6. Melhorar as condições físicas e sociais de trabalho na sede e nas delegações no exterior.
7. Inovar no plano editorial e comercial, lançando novos serviços e produtos.

Podemos afirmar que, quase na íntegra, todos os objetivos foram atingidos. A Lusa fez um enorme esforço de investimento em equipamentos e em edifícios (em território nacional e estrangeiro).

Como resultado, os equipamentos com que os jornalistas trabalham (computadores, telemóveis, câmaras de vídeo) são agora mais modernos, mais fiáveis e estão mais adaptados ao exigente trabalho jornalístico. As obras no edifício da sede, depois da inauguração do Espaço Polivalente Noémia de Sousa, estão a decorrer em bom ritmo e várias delegações no exterior (Maputo, por exemplo) também viram as suas condições físicas melhoradas.

Para concretizar o plano estratégico foi reforçada a rede nacional e internacional e a redação central recebeu seis novos jornalistas e um elemento para a área comercial. A Lusa produz agora muito mais conteúdos em inglês e aumentou a sua produção de vídeo e áudio, bem como de texto e fotos.

Para tudo isto também contribuiu a reorganização interna da Agência. Foi criado o cargo de diretor de Inovação e Novos Projetos, para onde transitou Pedro Camacho, até aí diretor de Informação. Para este cargo foi contratada a jornalista Luísa Meireles, tendo como diretor-adjunto Vítor Costa e como subdiretora Margarida Pinto, todos eles com uma sólida e prestigiante carreira no jornalismo e muito respeitados interna e externamente.

Foi concretizado o aumento do subsídio de alimentação. Os trabalhadores passaram a ter direito ao dia de folga no seu aniversário. Além disso, os trabalhadores com filhos menores de 12 anos também passaram a ter direito a meio dia de folga no dia dos seus aniversários.

Visando aumentar a sua notoriedade, a Lusa procedeu à mudança do seu logótipo, que foi divulgado primeiro aos trabalhadores e depois numa cerimónia que decorreu na sede da Agência, com a presença da Senhora Ministra da Cultura, dos Senhores Presidentes da Global Media Group, da RTP e da NP-Notícias de Portugal, do Senhor Administrador do Grupo Impresa, entre outros convidados.

Ao longo do ano a Lusa assinou protocolos de cooperação com quatro grupos de media de Angola (TPA, RNA, ANGOP e Edições Novembro), bem como com dois grupos chineses (CCTV e China Daily). Foram ainda assinados acordos com as câmaras de comércio e indústria Portugal-Moçambique e Portugal-Angola. O PCA liderou delegações de alto nível a Angola e Macau, tendo sido contactados diversos clientes atuais ou potenciais da Agência. Vários diretores não editoriais representaram a Agência em conferências ou assembleias gerais a que a Lusa pertence (EANA, AMAN, EPA, MINDS).

Para fomentar o fortalecimento das relações entre todos os que trabalham na Lusa foram realizados dois encontros de quadros, um primeiro em Lisboa, na Fundação Oriente, e um segundo em Évora, no Hotel Vila Galé.

Com o mesmo objetivo decorreram ao longo do ano vários eventos no Espaço Noémia de Sousa, desde debates sobre a Igualdade de Género até apresentação de livros e espetáculos de poesia, música e dança.

Em 2018, a Lusa saiu da letargia em que se encontrava, do ponto de vista de notoriedade, modernização e aposta em novas tecnologias que melhorem e facilitem o trabalho da produção jornalística. É esse caminho que vamos continuar a trilhar em 2019.

Governo da sociedade

Os Órgãos Sociais para o mandato 2018-2020 foram eleitos em Assembleia Geral em 21 de março de 2018:

Mesa da Assembleia Geral				
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato	
Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	21/03/2018	2018-2020	
Vice- Presidente	Manuel Coelho Gonçalves Soares	21/03/2018	2018-2020	
Secretário	Maria Fernanda Sousa Rebelo Lopes Pires Borges	21/03/2018	2018-2020	

Conselho de Administração				
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato	
Presidente (Executivo)	Nicolau Fernando Ramos dos Santos	21/03/2018	2018-2020	
Vice-Presidente (Não Executivo)	Maria João Dias Pessoa de Araújo	21/03/2018	2018-2020	
Vogal (Não Executivo) (a)	Gustavo Cardoso	21/03/2018	2018-2020	
Vogal (Não Executivo)	Denise Mendes da Costa Silva Pires	21/03/2018	2018-2020	
Vogal (Não Executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	21/03/2018	2018-2020	

(a) Renúncia a 28/05/2018

Conselho Fiscal				
Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato	
Presidente	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	21/03/2018	2018-2020	
Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	21/03/2018	2018-2020	
Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	21/03/2018	2018-2020	
Vogal e ROC suplente	António Magalhães e Carlos Santos	21/03/2018	2018-2020	

Estrutura Orgânica

A organização da empresa está centrada na produção de conteúdos noticiosos, em torno de editorias, delegações e correspondentes, enquadrados pela Chefia da Redação e pela Direção de Informação.

A Lusa tem a Redação central em Lisboa, um escritório no Porto, jornalistas residentes na grande maioria das capitais de distrito, delegações no estrangeiro, nomeadamente na Europa em Bruxelas e em Madrid, nos PALOP's em Cabo Verde, Guiné, Angola e Moçambique e na Ásia uma sucursal em Macau e uma delegação em Timor-Leste.

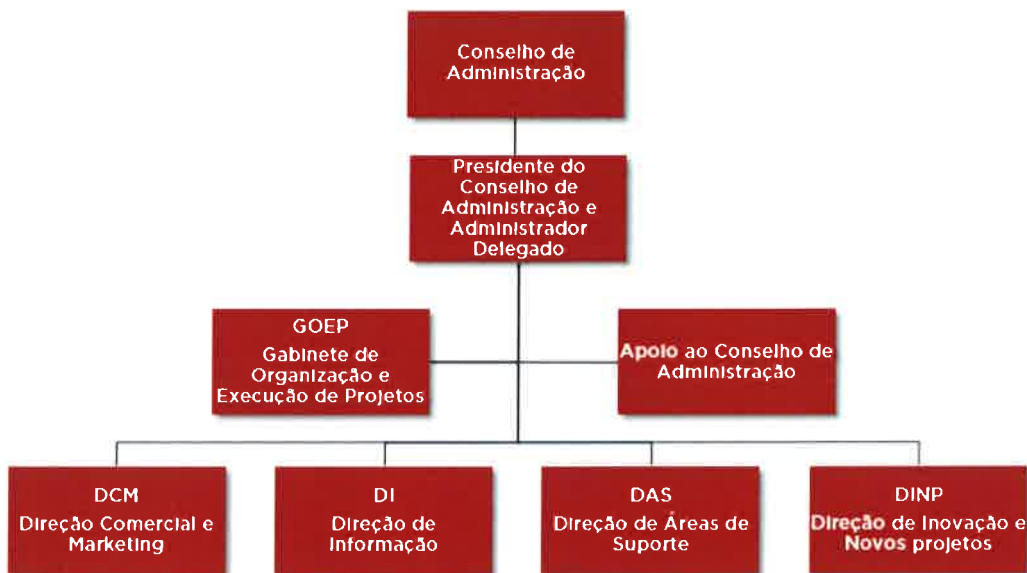
A Lusa conta também com uma rede de correspondentes, quer a nível nacional, cobertura de todo o território nacional, quer a nível internacional, em cerca de 30 países de todo o mundo.

A macroestrutura orgânica da empresa assenta no Presidente do Conselho de Administração (PCA), que é simultaneamente o Administrador-delegado, a quem compete a coordenação da atividade geral e a direção das relações institucionais e internacionais.

Em outubro de 2018 mudou a Direção de Informação e foi criada a Direção de Inovação e Novos Projetos. Assim, os órgãos de estrutura de primeira linha passaram a enquadrar desde a data referida, quatro direções operacionais e duas estruturas de apoio:

- Informação, que assegura a produção de conteúdos noticiosos;
- Comercial e Marketing, que promove a venda de serviços e a sua imagem;
- Áreas de Suporte, que consolida os departamentos financeiro, compras, pessoal e sistemas de informação;
- Inovação, que gere projetos tecnológicos ligados à área editorial
- O Gabinete de Organização e Execução de Projetos responsável pela execução de vários projetos transversais à agência;
- O apoio ao Conselho de Administração, que inclui o apoio administrativo a todos os órgãos sociais da Empresa.

Organograma

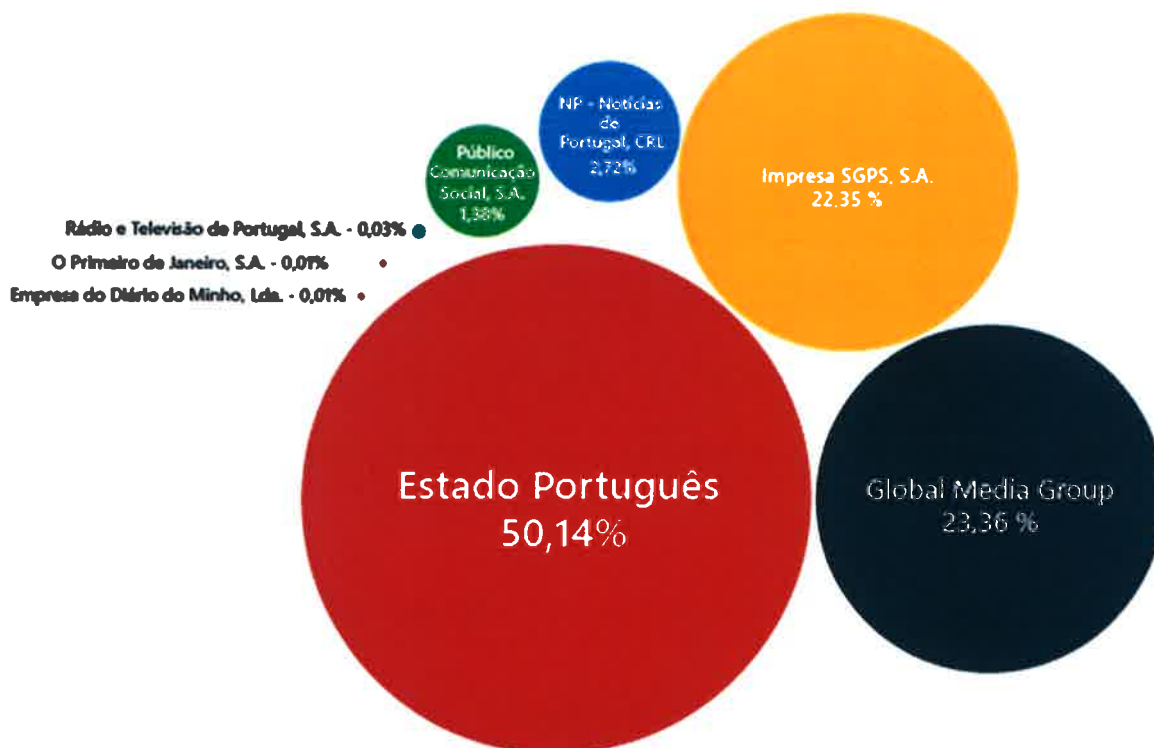


Handwritten signatures and initials in blue and black ink.

Estrutura Acionista

O capital social da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., integralmente realizado, é de €5.325.000 representado por 2.130.000 ações no valor nominal de €2,50 cada, e está distribuído como se apresenta:

Acionistas	N.º de Ações	%	Euros
Estado Português	1.068.000	50,14	2.670.000,00
Global Media Group	497.420	23,36	1.243.550,00
Impresa - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	476.064	22,35	1.190.160,00
NP - Notícias de Portugal, CRL	58.000	2,72	145.000,00
Público - Comunicação Social, S.A.	29.307	1,38	73.267,50
Rádio e Televisão de Portugal, S.A.	674	0,03	1.685,00
O Primeiro de Janeiro, S.A.	310	0,01	775,00
Empresa do Diário do Minho, Lda.	225	0,01	562,50
CAPITAL SOCIAL	2.130.000,00	100,00	5.325.000,00



III. Relatório de Gestão

Atividade desenvolvida

▪ Institucional

Cooperação

- Participação do Presidente do Conselho de Administração na XXXIV Assembleia Geral da UCCLA - União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, que teve lugar em maio, em Cascais.
- Encontro de trabalho entre o Presidente da ANGOP-Agência Angola Press e o Presidente do Conselho de Administração, em junho, na sede da Lusa, no qual foi abordada a cooperação entre as duas agências.
- No quadro das relações de cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, o Presidente do Conselho de Administração recebeu a Gestora Executiva e a Diretora de Informação da agência cabo-verdiana de notícias Inforpress, em junho, na sede da Lusa.
- Deslocação do Presidente do Conselho de Administração a Angola, em junho, acompanhado pelo Diretor de Informação, pela Diretora Comercial e Marketing e pelo Editor de Lusofonia, no âmbito da nova estratégia da Lusa para aquele país africano. A Delegação da Lusa foi recebida pelo Senhor Ministro da Comunicação Social de Angola, pelos Presidentes da TPA - Televisão Pública de Angola, Sonangol e ANGOP- Agência Angola Press. Tiveram também lugar reuniões com as Administrações de vários bancos e com grupos de comunicação social angolanos.
- Deslocação do Presidente do Conselho de Administração a Angola, em setembro, acompanhando a visita oficial do Senhor Primeiro-Ministro. Durante a visita foram celebrados Memorandos de Entendimento de Cooperação na área da formação com a TPA - Televisão Pública de Angola e a RNA - Rádio Nacional de Angola.
- Assinatura de um Protocolo de Cooperação bilateral no campo do intercâmbio de notícias com a ANGOP-, em novembro, na sede da Lusa.
- Encontro de trabalho entre o Presidente do Conselho de Administração da RNA- Rádio Nacional de Angola e o Presidente do Conselho de Administração, em novembro, na sede da Lusa, no qual foi abordada a formação aos jornalistas da RNA.
- Assinatura de um Memorando de Entendimento de Cooperação na área da formação com as Edições Novembro, em dezembro, na sede da Lusa.

Relações Internacionais e Institucionais

A Lusa, em 2018, manteve a sua presença em instituições internacionais nomeadamente:

- EPA - European Pressphoto Agency (de que a Lusa é acionista fundadora):
 - Participação do Presidente do Conselho de Administração na Assembleia-Geral realizada em maio, em Amesterdão;
 - Participação do Presidente do Conselho de Administração na Assembleia-Geral extraordinária, que teve lugar em novembro, em Amesterdão.
- AMAN - Alliance of Mediterranean News Agencies, participação da Lusa, representada pelo Diretor de Áreas de Suporte, na Conferência anual e na Assembleia Geral da Aliança, que teve lugar em outubro, em Sounio, na Grécia;

Apoio institucional, através da participação em *newsletters* da aliança.

- **EANA – European Alliance of News Agencies:**
 - Presença da Lusa, representada pela Diretora Comercial e Marketing, na Conferência de abril, em Bucareste, subordinada ao tema *News Agencies and Changing Markets - Strategies for Developing New Content*;
 - Participação da Lusa, representada pela Diretora Comercial e Marketing, na Assembleia Geral e na Conferência de setembro, em Varsóvia. A conferência teve como temas *The Future for National News Agencies in Europe* e *Training of News Agency Journalists for the Future*.
- **Minds International** (de que a Lusa é acionista fundadora):
 - Nomeação da Diretora Comercial e Marketing para Membro do Conselho de Administração do MINDS International, em fevereiro;
 - A Lusa participou na 26.ª Conferência do MINDS, representada pela Diretora Comercial e Marketing e pelo Diretor de Áreas de Suporte, realizada em outubro, em Praga;
 - Colaboração, a nível institucional, através da participação em *newsletters* e inquéritos de opinião sobre temáticas comuns a todas as agências.

No âmbito da atividade institucional, devem, ainda, destacar-se as seguintes ações:

- Participação da Lusa, representada pela Diretora Comercial e Marketing, no World Government Summit 2018, a convite da WAM - Emirates News Agency, que teve lugar em fevereiro, no Dubai;
- Assinatura de um Memorando de Entendimento de Cooperação no campo do intercâmbio de notícias com a WAM - Emirates News Agency, durante o World Government Summit 2018, no Dubai;
- Assinatura de um Protocolo de Parceria Institucional com a Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, em abril, na sede da Lusa;
- Participação do Presidente do Conselho de Administração, como orador, no encontro "Tertúlias de Comunicação" organizado pela Atravia, em abril, em Lisboa.
- O Presidente do Conselho de Administração recebeu a Diretora Regional da AP-Associated Press, em abril, na sede da Agência;
- O Presidente do Conselho de Administração esteve presente na Assembleia-Geral anual e na Assembleia-Geral Extraordinária do IPPS-IUL, realizadas em junho;
- Assinatura de um Protocolo de Parceria Institucional com a Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, em junho, na sede da Lusa;
- Reunião do Conselho de Administração com representantes do Grupo Parlamentar do PCP, em julho, na sede da Lusa, na qual foi apresentada a estratégia do novo Conselho de Administração para a Agência;
- Assinatura de um Protocolo de Colaboração com o Conselho da Diáspora Portuguesa, à margem do Eurafrican Fórum, que teve lugar em julho, em Cascais, no qual a Lusa participou enquanto Media Partner.
- Assinatura de um Memorando de Entendimento de Cooperação bilateral na área da troca de conteúdos noticiosos e multimédia, em setembro, durante a cerimónia de lançamento do evento "2018 Video China", que teve lugar em Lisboa;
- Visita à sede da Lusa de uma Delegação da CCTV+ (China Central Television), chefiada pelo seu Diretor-Geral, em setembro;
- O Presidente do Conselho de Administração participou, na qualidade de orador, numa sessão sobre a relevância da atividade da comunicação social para a diáspora, no âmbito do programa da Comissão Temática sobre o Ensino do Português no Estrangeiro, da Cultura, do Associativismo e da Comunicação

Social, do Conselho das Comunidades Portuguesas, que teve lugar em setembro, na Assembleia da República.

- Audição do Presidente do Conselho de Administração na Comissão Parlamentar de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, sobre a atividade da empresa, em setembro, na Assembleia da República;
- Participação do Presidente do Conselho de Administração num dos painéis de debate da IV Cimeira do Turismo, realizada pela Confederação do Turismo de Portugal, em setembro, em Lisboa;
- Encontro de trabalho entre o CEO da Australian Associated Press (AAP) e o Presidente do Conselho de Administração, em outubro, na sede da Lusa;
- Deslocação do Presidente do Conselho de Administração a Macau, em outubro, acompanhado pela Diretora Comercial e Marketing, pela Subdiretora de Informação e pelo Editor de Lusofonia e África, no quadro da nova estratégia da Lusa para Macau e a China Continental. Durante a visita, a Delegação da Lusa foi recebida em audiência por altos dirigentes da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), designadamente o Presidente da Assembleia Legislativa, o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, o Secretário para a Economia e Finanças e o Senhor Dr. Edmund Ho. Tiveram também lugar encontros com o Diretor do Gabinete de Comunicação Social, a Secretária-Geral do Fórum Macau, a Diretora do Turismo de Macau, o Presidente da TDM-Teledifusão de Macau, o Presidente do IPIM, a Administração do BNU e os diretores do Macau Daily Times e da Fundação Rui Cunha. Foi ainda organizado um encontro com todos os Órgãos de Comunicação Social locais.
- Participação do Presidente do Conselho de Administração no 10.º Congresso Nacional da Administração Pública como moderador do debate na Mesa Redonda subordinada ao tema “As fronteiras institucionais: Políticas públicas de inovação”, que decorreu em outubro, em Lisboa;
- A convite do jornal chinês People’s Daily, o Diretor de Inovação e Novos Projetos representou a Lusa no “2018 Forum of Media Cooperation on Belt & Road”, que teve lugar em outubro, em Boao, na China;
- A Lusa esteve presente na conferência internacional promovida pela ANA - Agência de Notícias de Andorra, no âmbito das celebrações do 10.º aniversário da agência andorrana, que decorreram em novembro, em Andorra la Vella, representada pelo Editor de Lusofonia e África.
- O Presidente do Conselho de Administração foi ouvido pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sobre o processo de regularização extraordinária dos vínculos precários da Lusa, em novembro, na Assembleia da República;
- Visita de uma Delegação da Lusa à Agência EFE, em novembro, composta pelo Presidente do Conselho de Administração, pela Diretora de Informação, pela Diretora Comercial e Marketing, pelo Diretor de Inovação e Novos Projetos e pelo Diretor-Adjunto de Informação. Durante as reuniões havidas na sede da EFE, foram abordadas possíveis parcerias entre as duas agências nas áreas tecnológica e comercial.
- Visita à sede da Lusa de uma Delegação do jornal chinês People’s Daily, chefiada pela Diretora-Adjunta de Informação daquele jornal, em dezembro;
- Assinatura do Acordo de Adesão e de Renovação de Compromissos com a CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego no âmbito do i-Gen-Fórum Organizações para a Igualdade, em novembro, numa cerimónia pública que decorreu em Lisboa.

Grandes eventos

Ao contrário do que aconteceu no exercício anterior, 2018 foi um ano tranquilo em termos de atualidade que exigisse operações logísticas especiais por parte da equipa editorial. Assim, os principais eventos, em termos de recursos humanos e/ou financeiros, foram:



- A participação da Lusa na Web Summit, na qualidade de media partner, pelo terceiro ano consecutivo;
- A cobertura da presença portuguesa do Mundial de Futebol da Rússia;
- O grande incêndio de Monchique;
- As eleições legislativas em São Tomé e Príncipe;
- A Volta a Portugal em bicicleta.

Distinções

- Atribuição do Prémio da AMAN de melhor fotografia do ano de 2017 ao fotojornalista da Lusa José Sena Goulão, no âmbito do concurso anual da melhor fotografia e melhor notícia que são selecionados entre os trabalhos apresentados pelas agências membro sobre a zona do mediterrâneo. O Prémio foi entregue ao fotojornalista José Sena Goulão numa cerimónia durante a Assembleia-Geral da AMAN, em julho, em Sounio, na Grécia.
- Menção honrosa do Prémio Estação Imagem de 2018, atribuída ao fotojornalista da Lusa Nuno André Ferreira.

Patrocínios

A Lusa patrocinou o Prémio de fotojornalismo “Estação Imagem”, nas categorias Notícias e Fotografia do Ano, e o Prémio “Barão da Cunha” promovido pelo Aero Club de Portugal.

Responsabilidade Social

Durante 2018, a Lusa continuou a apoiar a Associação CAIS através da cedência de fotografias, notícias e reportagens, da colaboração na produção de conteúdos da revista CAIS e da divulgação dos projetos e atividades daquela associação.

▪ Editorial

Num ano marcado por uma transição de liderança da Direção Editorial apenas em outubro, com o diretor cessante a transitar para a chefia da nova Direção de Inovação e Novos Projetos, o balanço da atividade editorial acaba por ser muito marcada por iniciativas que tiveram também forte dimensão tecnológica. O novo portal da Lusa (www.lusa.pt), financiado pelo DNI, da Google, e lançado em finais de 2017, afetou também inevitavelmente o trabalho da área editorial ao longo de todo o ano seguinte. Em termos estratégicos, o projeto colocou a Lusa a organizar, processar e disseminar informação, de forma clara, visível e focada, para e sobre o mundo lusófono. Um trabalho que hoje se encontra completamente integrado nas rotinas da Redação.

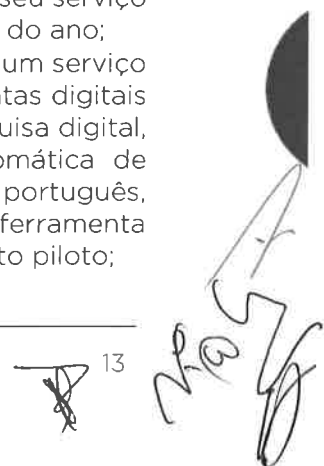
Como única agência de notícias em Portugal, e como maior agência noticiosa do mundo em língua portuguesa, com delegações, delegados e correspondentes em todos os países, territórios e grandes comunidades onde se fala o português, a Lusa apostou no desenvolvimento deste portal para aumentar o grau de conhecimento da agência e consolidar o seu papel nos planos do território nacional, da lusofonia e da restante comunidade internacional. Lançou desta forma o edifício que permite dar a conhecer a sua produção a potenciais clientes num espaço geográfico alargado, a agências de notícias de outros países, a outros órgãos estrangeiros de comunicação social e a diferentes entidades públicas e privadas, afirmando-se simultaneamente enquanto fonte principal, em quantidade e qualidade, de matéria noticiosa para e sobre a lusofonia.

É que, simultaneamente, este novo site significou também, para a Lusa, um salto muito grande de consolidação de operações e conteúdos no *backoffice*, a possibilidade de importação de diferente tecnologia e novas ferramentas de trabalho com as quais pode desenhar e criar novos serviços, comerciais ou gratuitos.

Assim, em 2018, foram «ancorados» no portal da Lusa novos sites com conteúdo editorial, seja para criar novos serviços de valor acrescentado (casos da Agenda Financeira, ferramenta de planeamento para empresas, e do Info3E, ferramenta de informação estratégica de gestão), seja para abrir novas áreas de disponibilização de informação de interesse coletivo, numa lógica pura de serviço público. Estão neste último caso a Carta de Portugal, site georreferenciado com informação útil sobre todos os municípios do País, e o EyeData, surgido já no último trimestre do ano, dedicado à informação estatística e feito em parceria com a Social Data Lab, que permite ver e comparar diferentes variáveis socioeconómicas de Portugal, da União Europeia, da CPLC e do resto do mundo.

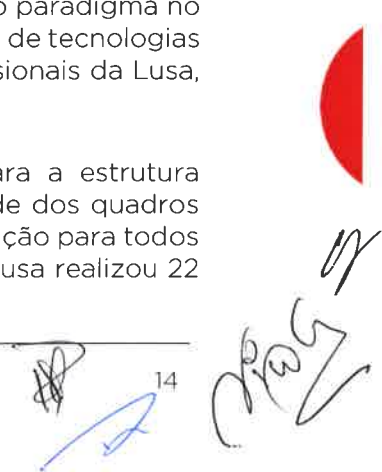
Este processo de desenvolvimento continuará em 2019, numa lógica de aperfeiçoamento e reforço do próprio portal da Lusa e também na criação de novos projetos e serviços editoriais de interesse público. Entre projetos concretizados em 2018 e lançados para concretizar em 2019, destacam-se os seguintes:

- Uma equipa de jornalistas sénior trabalhou ao longo do ano na revisão do Livro de Estilo da Lusa e na atualização do prontuário da agência, dois documentos que deverão ser aprovados pela Direção de Informação, entrar em vigor na equipa redatorial e serem divulgados ao público já em 2019;
- Ligado ao ponto anterior, foi desenvolvida, em parceria com o Ciberdúvidas e a InKnow, parte importante de um projeto que colocará no portal da Lusa, em 2019, um prontuário sonoro, onde os clientes da agência e os cidadãos em geral poderão encontrar a forma certa de escrever e dizer vocábulos que são, com grande frequência, escritos e/ou ditos de forma errada;
- Foram estabelecidos protocolos, com entidade externa, para atualizar dicionários digitais da Lusa e implementar sistema de *text mining* que permita à agência aumentar o grau de eficiência das pesquisas no seu vasto espólio digital e a sua capacidade de criar serviços de informação segmentados e especializados. Processo que ficará concluído em 2019;
- Foram criados novos serviços noticiosos especialmente vocacionados para os PALOP, dando consistência à aposta da Lusa no espaço da Lusofonia, à separação da Lusofonia e do Internacional, como duas secções autónomas, e ao esforço liderado pela administração para reforçar o peso da Lusa na África lusófona;
- Foi dada formação profissional em jornalismo de agência e jornalismo multimédia a colegas da agência de notícias de Cabo Verde, a Inforpress. Esta ação foi formalizada num protocolo de colaboração assinado em 2019 juntamente com o Instituto Camões. Uma ação que se vai repetir este ano e que deverá ser replicada noutros países africanos, nomeadamente em Angola e na Guiné-Bissau, de onde nos chegaram vários pedidos de formação;
- Contactaram-se diferentes fornecedores de serviços web de tradução, com o objetivo de descobrir a melhor solução para a Lusa poder expandir o seu serviço em inglês, processo que teve um forte incremento nos últimos meses do ano;
- Iniciou-se o desenvolvimento, em parceria com redatores da Lusa, de um serviço web que oferece aos jornalistas da agência um conjunto de ferramentas digitais de apoio ao trabalho jornalístico, que inclui as possibilidades de pesquisa digital, agregação customizável de fontes de informação, tradução automática de notícias e outros documentos de diferentes línguas para o português, sumarização de documentos, transcrição de voz para texto. Uma ferramenta digital que está já a ser usada por vários jornalistas da Lusa, em projeto piloto;



- Realizaram-se concursos internos para substituição de chefias, cujo mandato terminava, nas delegações de Cabo Verde, Angola, Timor-Leste e Bruxelas;
- A rede nacional e internacional de correspondentes da Lusa foi reforçada, pelo que no ano passado a agência voltou a estar presente em Genebra, Joanesburgo, Berlim, Brasília ou em Buenos Aires, entre outros locais do mundo;
- Entregou-se uma candidatura, em parceria com *startup* portuguesa, à 6.ª *call* do DNI, para criação de uma rede global de jornalistas freelancers. Um projeto que, dado o atual contexto dos media e dos seus profissionais, pode vir a desempenhar um importante papel na promoção do trabalho dos jornalistas, no reforço operacional e económico das empresas de media e na afirmação do jornalismo profissional enquanto papel fundamental para as sociedades democráticas, como contraponto às novas realidades da iliteracia digital e das operações de desinformação (ou *fake news*);
- Iniciaram-se negociações, com parceiro externo, para a comercialização digital da informação produzida pela Lusa junto de entidades, que não órgãos de comunicação social, que possam estar interessadas nos conteúdos da lusofonia;
- Foram iniciados contactos com tecnológica especializada na implementação e gestão de newsletters, um processo que terá desenvolvimento em articulação com as melhorias da homepage;
- Candidatou-se, também à 6.ª *call* do DNI, um projeto de análise de consumo de informação por clientes de agências de notícias, no âmbito de um consórcio liderado pela EzyInsights;
- Em articulação com o ponto anterior, foi estabelecido protocolo com empresa que fornecerá à Lusa informação sobre o consumo das suas notícias, quer pelos seus clientes, quer pelos clientes dos seus clientes, quer pelo público em geral via redes sociais;
- Foi apresentada uma candidatura ao Horizonte 2020, em parceria com a agência de notícias espanhola Efe, para a produção de notícias sobre regiões transfronteiriças no âmbito da coesão europeia. A Lusa recebeu, já em 2019, a notícia de que o projeto foi aprovado;
- Numa iniciativa da empresa europeia de jornalismo Euractiv, a Lusa integrou a candidatura de um projeto de produção e divulgação de notícias sobre as eleições europeias de maio de 2019 a financiamento do Parlamento Europeu. A candidatura foi bem sucedida e o projeto arrancou em julho;
- Foram lançadas as bases – o projeto e os parceiros iniciais – para a criação de um consórcio que apresentará candidatura ao Horizonte 2020, no âmbito da integração de minorias e de migrantes. Este consórcio que é liderado pela Lusa e que junta parceiros portugueses, franceses, gregos e italianos, provenientes do mundo empresarial, de universidades e entidades autárquicas;
- Estabeleceram-se os primeiros contactos, e foram vistas as primeiras apresentações, de possíveis modelos alternativos para todo o sistema editorial e de gestão de conteúdos que suporta as diferentes áreas e atividades da Lusa, um processo que terá a sua fase crucial de estudo das alternativas durante o ano 2019;
- Já no final do ano, foi lançado o projeto de desenvolvimento de dois novos sites temáticos – um sobre o combate às *fake news* e outro sobre os 20 Anos da passagem administrativa de Macau para a China – que ficaram operacionais em janeiro e fevereiro de 2019, respetivamente, e que criam um novo paradigma no desenvolvimento de processos semelhantes pela Lusa: a utilização de tecnologias *open source* e o domínio absoluto dos sites por parte dos profissionais da Lusa, sem dependência de qualquer fornecedor externo exclusivo.

A formação profissional voltou a representar um grande esforço para a estrutura editorial, não apenas porque representa uma percentagem muito grande dos quadros de pessoal, mas também porque lhe foi atribuída a coordenação da formação para todos os departamentos da empresa. Em termos de formação profissional, a Lusa realizou 22 ações, 14 das quais certificadas



Foram realizadas três rondas de estágios curriculares, em fevereiro, maio e setembro, em Lisboa, Porto e Açores, não apenas na Direção de Informação, mas também na Direção Comercial e Marketing (DCM).

A Lusa tem ainda protocolos em vigor com três pós-graduações: em Jornalismo Internacional de Língua Portuguesa Lusa/ISCTE - Lisboa; em Jornalismo Multimédia Lusa/ISMT - Coimbra; e em Jornalismo Especializado Lusa/UFP - Porto. Este último esteve em fase de aulas no ano letivo de 2017/2018, abrangendo 12 estagiários, enquanto os dois primeiros estiveram em período de estágio, com conclusão em fevereiro de 2019.

▪ Produção

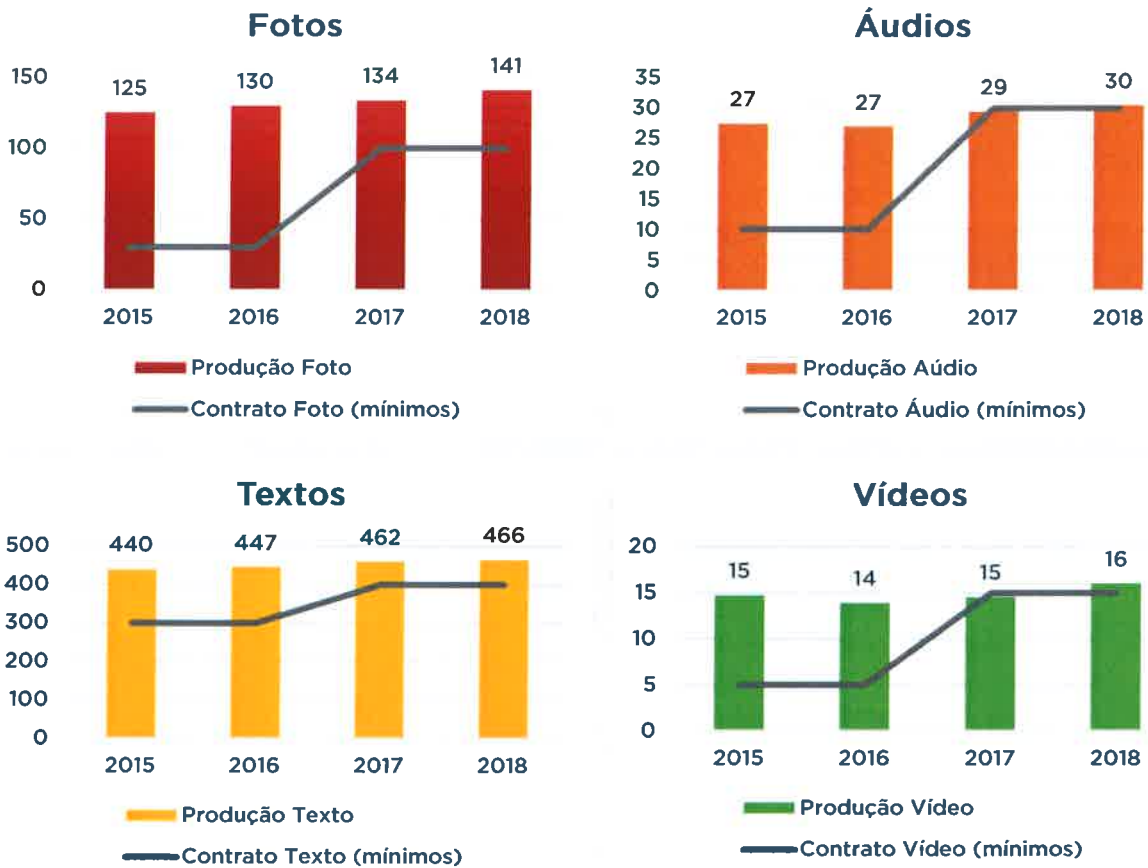
A produção editorial da Lusa voltou a crescer, pelo terceiro ano consecutivo, totalizando 240.770 conteúdos anuais e cumprindo com todas as metas celebradas com o Estado para 2018. Uma média diária de 660 conteúdos jornalísticos que alcançaram os volumes, anuais e diários, por tipo de produção, que se podem ver nos quadros seguintes:

Tipo de Conteúdo	2015	2016	2017	2018
Foto	45.655	47.567	48.876	51.612
Áudio	10.014	9.881	10.748	11.132
Misto	1.288	1.516	1.629	2.063
Texto (Todos os Géneros)	160.468	163.764	168.524	170.105
Vídeo	5.374	5.093	5.314	5.858
Total	222.799	227.821	235.091	240.770

Tipo de Conteúdo	Média Diária				Contrato Serviço Público	
	2015	2016	2017	2018	2015/ 2016	2017/2018
Foto	125	130	134	141	30 a 50	100 a 150
Áudio	27	27	29	30	10 a 20	30 a 45
Texto (Todos os Géneros)	440	447	462	466	300 a 400	400 a 500
Vídeo	15	14	15	16	5 a 10	15 a 30

Média Diária de Produção

Apesar do forte incremento de produção contratualizada com o Estado em 2016 - que em alguns casos é triplicada - e de a Lusa só ter conseguido repor meios humanos na Redação em finais de 2018, as metas foram atingidas em todos os segmentos de análise, indiciando a consolidação da retoma de produção iniciada há três anos. Como se pode verificar no quadro e gráficos abaixo, a agência alcançou os objetivos que lhe foram atribuídos no último Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público, celebrado com o Estado, colocando todos os segmentos da sua produção de notícias - texto, fotografia, áudio, vídeo e conteúdos mistos - dentro dos patamares contratualizados.



O quadro seguinte reflete a produção noticiosa da agência em 2018*, segundo a classificação temática do IPTC (International Press Telecommunications Council).

Temas	Foto	Áudio	Story	Texto	Vídeo	Total	%
Acidentes e Desastres	2.338	862	93	13.621	290	17.204	4%
Agenda	369	7	NULL	2.691	17	3.084	1%
Ambiente	1.273	806	70	9.456	209	11.814	3%
Artes, Cultura e Entretenimento	7.092	1.271	411	16.063	456	25.293	6%
Ciência e tecnologia	474	247	20	4.115	80	4.936	1%
Crime, lei e justiça	2.029	1.254	20	25.650	403	29.356	6%
Desporto	16.455	1.032	549	29.937	1.190	49.163	11%
Economia, Negócios e Finanças	9.676	4.268	120	61.048	2.585	77.697	17%
Educação	1.200	659	13	7.095	220	9.187	2%
Estilo de Vida e Lazer	3.456	394	19	6.463	100	10.432	2%
Guerras e Conflitos	2.149	453	85	13.470	304	16.461	4%
Interesse humano	3.706	382	103	6.834	174	11.199	2%
Meteo	620	233	86	4.083	64	5.086	1%
Política	20.351	7.244	211	78.849	2.107	108.762	24%
Religião	627	143	114	2.378	54	3.316	1%
Saúde	1.155	984	14	10.056	271	12.480	3%
Sociedade	2.013	2.740	168	36.854	839	42.614	9%
Trabalho	2.229	1.052	18	9.690	328	13.317	3%
União Europeia	157	561	2	6.348	159	7.227	2%
Total	77.369	24.592	2.116	344.701	9.850	458.628	

* Tendo em conta que a mesma notícia pode ser classificada em vários temas, o número de trabalhos distribuídos ultrapassa os números de produção.

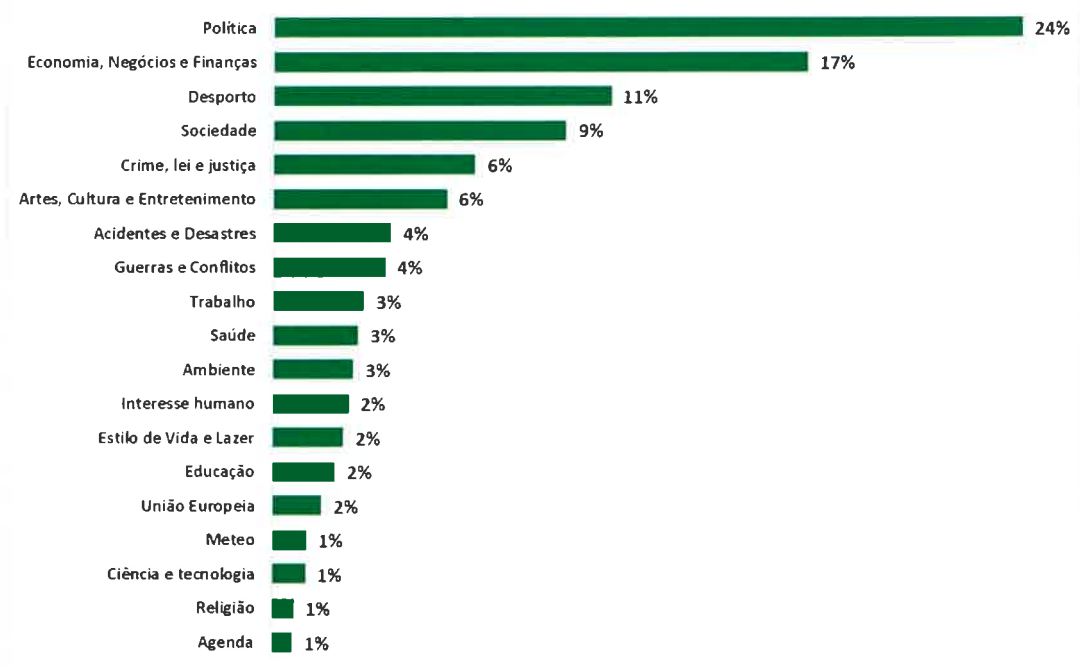
Como tem acontecido em exercícios anteriores, e seguindo a classificação internacional espelhada no quadro anterior, «Política Nacional», «Economia, Negócios e Finanças»,



«Desporto» e «Sociedade» são as áreas que mais peso têm na produção noticiosa da Lusa. Mas «Artes, Cultura e Entretenimento» surgem a seguir, com 6% da produção, mostrando um crescimento de cerca de 2 500 notícias entre 2017 e 2018, muito provavelmente em resultado da decisão editorial de autonomizar a «Cultura», destacando-a da secção de «Sociedade» (que aglutina, aliás, muitos dos temas espalhados por este quadro).

E como se pode ver facilmente no gráfico seguinte, no conjunto dos conteúdos distribuídos pela Lusa destacam-se os textos que abordam temas de política nacional e internacional (24%), de economia (17%), de desporto (11%) e de sociedade (9%). Em conjunto, representam 61% dos textos noticiosos.

**Total de Produção por Temas
2018**



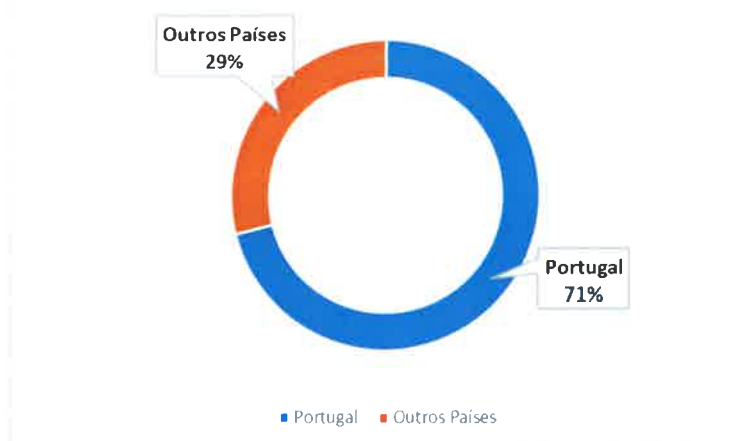
O mapa seguinte mostra a distribuição de conteúdos por país. Em 2018, 71% dos conteúdos produzidos foram relativos a Portugal e 29% a outros países.



17

[Handwritten signatures and marks]

Na análise da produção noticiosa sobre outros países que não Portugal, é fácil perceber o esforço da agência para seguir o dia a dia dos países, territórios e comunidades de língua portuguesa, além, claro está, do acompanhamento obrigatório dos principais parceiros políticos e económicos de Portugal e dos principais protagonistas da política internacional.



▪ Agenda

Durante o ano de 2018 foram registados 81.477 eventos de Agenda, o que representa uma média diária de 223 eventos. Apesar de uma pequena descida dos valores, 2018 está em linha com a média dos anos anteriores.



▪ Atividade comercial

O ano de 2018 constituiu uma viragem nas receitas próprias da Lusa. Pese embora se mantenham as restrições de mercado registadas nos anos anteriores, pela primeira vez, desde 2015, a Lusa inverteu a tendência de perda de receita própria face ao ano anterior.

Importa referir que continuamos a registar uma pressão constante e transversal a todos os segmentos de renegociação em baixa dos contratos existentes, uma vez que os Clientes estão também eles sujeitos a pressões de otimização e racionalização orçamental. O digital (economia 4.0) tem igualmente constituído, consistentemente, um

fator de redução de receita, uma vez que este tipo de meio gera receitas menores, fruto de um modelo de negócio com margens menores. Assim, 2018 continuou a apresentar grandes dificuldades e desafios, em continuidade de 2017.

A Lusa continua a segmentar a sua atividade comercial nas seguintes áreas de negócio:

- a) Grandes Órgãos de Comunicação Social
- b) Pequenos Órgãos de Comunicação Social
- c) Empresas
- d) Clientes institucionais
- e) Grande Público / Outros
- f) Mercado Externo

Durante o exercício de 2018, a Lusa gerou receitas próprias totais no valor de €3.691.453 correspondendo a um acréscimo de €17 mil (+0,5%) face ao período homólogo. Parecendo um crescimento muito discreto, importa referir que no período homólogo a diminuição das receitas foi de 4,7%.

O Mercado Nacional contribuiu com 84,4% das receitas próprias, idêntico ao verificado no ano anterior, mantendo-se assim, também, a distribuição do negócio Externo. De referir que este crescimento foi essencialmente alicerçado nos segmentos de Pequenos Órgãos de Comunicação Social e Institucional:

- Grandes Órgãos de Comunicação Social: -0,9% (face a - 4,7% de 2017)
- Pequenos Órgãos de Comunicação Social: 7,1% (face a 8,4% de 2017)
- Empresas: -2,6% (face a -14,2% de 2017)
- Institucional: 5,3% (face a -4,6% de 2017)
- Outros: 1012% (face a - 84,8% de 2017)
- Mercado Externo: 0,4% face a - 3,8% de 2017)

NEGÓCIOS	2017	2018	Variação 2018/2017	
			Valor	%
GRANDES ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	2.065.923	2.048.355	-17.568	-0,9%
PEQUENOS ÓRGÃOS DE C. SOCIAL	279.898	299.857	19.959	7,1%
EMPRESAS	370.629	360.870	-9.759	-2,6%
INSTITUCIONAL	382.897	403.098	20.202	5,3%
GRANDE PÚBLICO	0	0	0	0,0%
OUTROS	132	1.468	1.336	1012,0%
MERCADO EXTERNO	575.373	577.805	2.431	0,4%
Total	3.674.853	3.691.453	16.601	0,5%

As razões para o decréscimo de receitas próprias nos Grandes Órgãos de Comunicação Social (GOCS) mantêm-se: renegociações em baixa de contratos existentes e rescisões de Clientes. No entanto, importa referir que a recuperação dos GOCS foi muito significativa, evoluindo de perdas de 4,7%, no período homólogo, para perdas de apenas 0,9%. De igual modo, também o segmento Empresas apresentou perdas, mas em recuperação face ao ano anterior: -2,6% em 2018 contra -14,2% de 2017.

Para o segmento Institucional como para os Pequenos Órgãos de Comunicação Social (POCS), o aumento de receitas justifica-se pelo aumento de novos Clientes nestes segmentos: no institucional, um aumento significativo dos Municípios Clientes, e nos POCS o efeito de transferência dos GOCS – isto é, com a solidificação das plataformas digitais, os novos Clientes de Comunicação Social tendem a ser pequenos projetos editoriais, que depois se vão consolidando (ou não) ao longo de 12 a 18 meses. É um efeito que temos vindo a assistir desde há dois anos, e que se mantém. É por estas razões que os POCS apresentam um crescimento de 7,1%, e os Clientes Institucionais um crescimento de 5,3%, ambos face a 2017.

O Mercado Externo continua muito exposto às diferenças cambiais, embora todos os novos contratos, desde 2015, estejam a ser elaborados com clausulado de proteção nesse sentido. Ainda assim, essa proteção não é suficiente para evitar uma exposição muito significativa à variação cambial. O facto de o Mercado Externo ter estado em linha com o ano anterior deve-se, essencialmente, aos contratos/*tenders* com a EURACTIV, resultantes de concursos europeus no âmbito da Comissão Europeia e Parlamento Europeu.

Estratégia, Clientes e Serviços

A missão da área Comercial e de Marketing da Lusa é apresentar um portfolio de serviços dedicados a cada Cliente, trabalhando as suas expectativas, de forma criar valor para a empresa e afirmar a Lusa como líder de mercado no fornecimento de serviços noticiosos e informativos.

Tal como nos anos anteriores, em 2018 a atividade comercial da Lusa baseou-se nas seguintes premissas:

- Fidelização dos atuais Clientes e esforço de aumento de receita nos mesmos;
- Angariação de novos Clientes, em especial em novos mercados, tanto geográficos – com especial foco na Lusofonia, como de segmento.

Também como habitualmente, as efemérides dão usualmente lugar a Campanhas temáticas – embora 2018 não tenha sido um ano de grandes acontecimentos desportivos, normalmente mais propícios a este tipo de campanhas. Como habitualmente fizemos a Volta a Portugal 2018, uma campanha temática destinada a websites desportivos e a meios de comunicação social generalistas.

No entanto, são de destacar as coberturas internacionais especiais que fizemos na Grécia (Fogos em junho de 2018), e na Tailândia (Resgate dos meninos na gruta em Chiang Rai). Em ambas, deslocámos meios jornalísticos e oferecemos serviços especiais aos nossos Clientes, nomeadamente, entradas em direto dos nossos jornalistas nos telejornais.

O ano foi também marcado por visitas de delegações multidisciplinares da Lusa a Luanda, Angola e a Macau, tendo ambas um caráter institucional e comercial:

- **Luanda, Angola:** a visita a Luanda visou conhecer de perto a realidade económica de Angola, efetuar visitas institucionais, e também visitar atuais e potenciais clientes, nomeadamente os ligados à banca e telecomunicações, setores onde os

serviços da Lusa ainda não conseguiram penetrar. Como resultado das reuniões com os Órgãos de Comunicação Social, foram efetuados vários protocolos, ao nível da Cooperação na Formação Profissional, nomeadamente com a RNA – Rádio Nacional de Angola, ANGOP, Edições Novembro (Jornal de Angola) e TPA – Televisão Pública de Angola.

- **Macau, RAEM:** de um caráter mais formal, a visita à Região Administrativa Especial de Macau teve como intenção dar a conhecer o empenho e investimento da Lusa enquanto plataforma para os países da Lusofonia e para a Europa. Serviu igualmente para dar a conhecer os planos especiais de 2019, um ano especialmente rico em efemérides para Macau e para a China.

Este ano foi igualmente marcado pelo culminar do projeto EURACTIV para a Comissão Europeia DG AGRI, destinado a promover a Política Agrícola Comum (junho) e pelo início de um novo projeto EURACTIV com o Parlamento Europeu, sobre as Eleições Europeias (julho). Ambos os projetos têm retorno económico para a Lusa, enquanto *contractor* (entidade parceira e prestadora de serviços à EURACTIV).

Em 2018 manteve-se o esforço promoção de serviços e angariação de novos Clientes não pertencentes aos meios de comunicação social, nomeadamente Ordens Profissionais, Consultoras, Agências de Comunicação, Autarquias, Consulados e Embaixadas da Lusofonia, entre muitos outros.

Os Clientes Lusa em Números


Os serviços prestados pela Lusa segmentam-se em 13 categorias:

Alertas, Temáticos, Notícias de texto, Agenda, Fotografia, Serviços Especiais (Info3E e Agenda Financeira), Arquivos, Newsletters, Vídeo, Títulos, SMS, Infografias e Áudio.

Estes serviços são subscritos pelos Clientes, também denominados **subscritores**. Cada subscritor pode ter mais do que uma subscrição, isto é, pode subscrever mais do que um serviço em simultâneo.

Com o lançamento do novo website Lusa em novembro de 2017, a Agência passou a dispor de um novo tipo de subscritores: os subscritores web. Este tipo de subscritores não é pagante, mas encontra-se registado em sistema, usufruindo, diariamente, de um número limitado de notícias disponibilizadas na sua totalidade (6). Em 2018, este tipo de subscritores totalizou 3326 (face a 407 de 2017). Estima-se, por isso, que pelo menos este segmento de Clientes não pagantes visite regularmente o site da Lusa para saber mais sobre o que se passa em Portugal e no mundo.

Em 31 de dezembro de 2018 a distribuição do **Total de Subscritores** era a seguinte:



SUBSCRITORES	2017	2018
COMUNIDADES	187	190
INSTITUCIONAIS	138	145
GRANDE PÚBLICO	4	4
EMPRESAS	87	86
GRANDES ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	144	152
PEQUENOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	181	182
TOTAL	741	759

Em 2018 registou-se um total de 759 subscritores, apresentando por isso um saldo líquido positivo de 18 novos subscritores face ao ano anterior, já deduzidas as desativações de subscritores e suspensões de serviço. Ao longo do ano a Lusa teve 88 potenciais clientes em período experimental, com um tempo médio de teste de 16 dias.

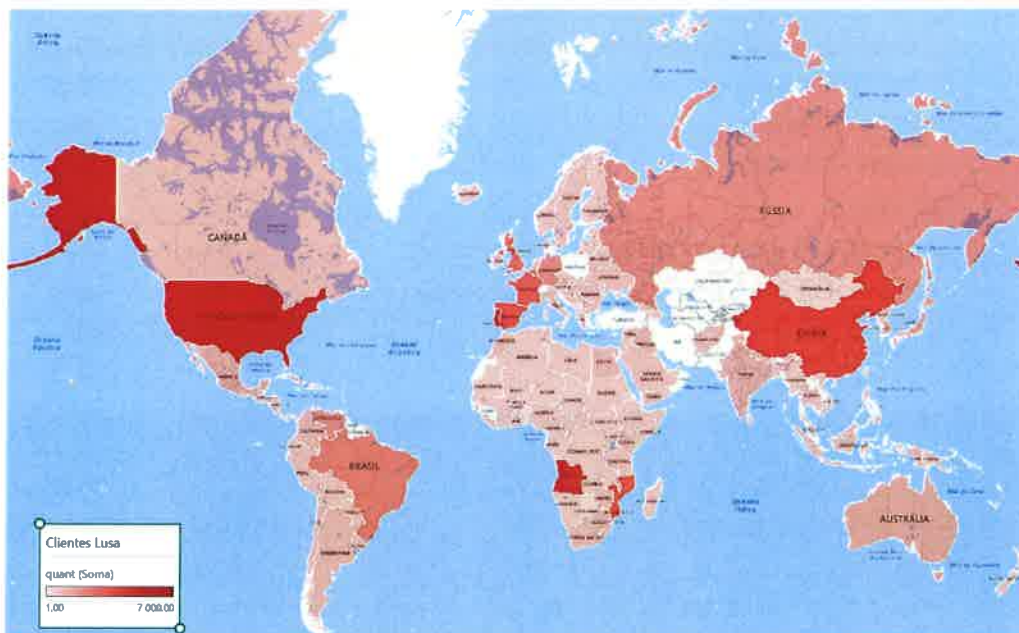
Pela sua natureza, e tal como no ano passado, o segmento Comunidades continua a ser o mais expressivo em número total de subscritores, com 25,2%, seguindo-se os Pequenos Órgãos de Comunicação Social (POCS) com 24%. Tanto os Clientes Institucionais como os Grandes Órgãos de Comunicação Social apresentaram crescimentos este ano. No entanto, as Comunidades e os POCS totalizam praticamente metade do universo de subscritores da Lusa (49,2%).

Total de Subscritores por Área de Negócio



A Lusa no Mundo

Confirmando a sua missão de presença no mundo e nas Comunidades Portuguesas, o mapa apresenta a elevada dispersão dos subscritores da Lusa pelo mundo.



Importa salientar um ponto prévio: com a introdução dos Subscritores Web, o sistema LUNA lê todos os subscritores da mesma maneira. Desta forma, na distribuição geográfica foram contemplados todos os subscritores da Lusa, independentemente da sua condição (pagante ou não pagante).

2018 confirma mais uma vez o facto de Portugal, naturalmente, constituir o país com maior número de subscritores (representando 63% do total). Seguem-se os seguintes países:

- Angola, representando 6,9%
- Moçambique, representando 4,6%
- Brasil, representando 4,6%
- China, representando 1,5%

Estes cinco países representam mais de 80% dos subscritores da Lusa. De referir que em 2017 a lista dos cinco países com mais subscritores Lusa era a seguinte: Portugal, Canadá, França, Estados Unidos e Brasil. Conclui-se, por isso, que a disponibilização de subscritores web aproximou mais a Lusa ao universo da Lusofonia.

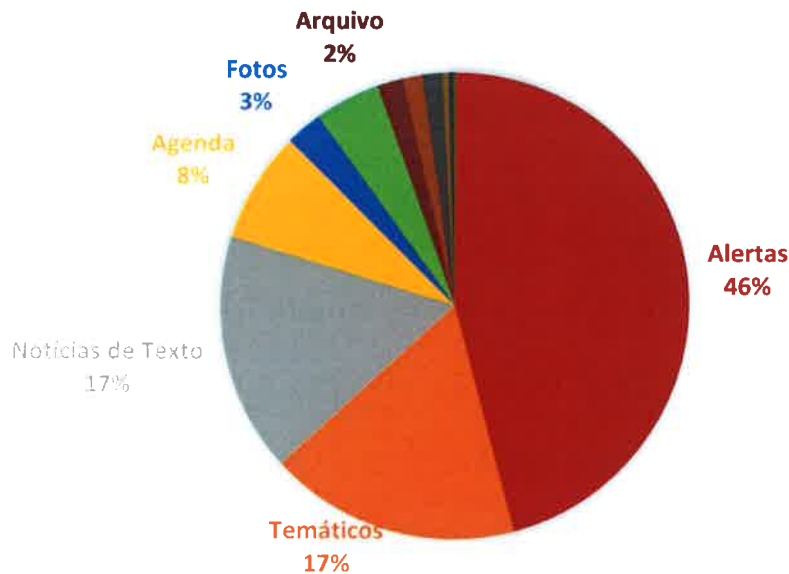
Serviços

Em 2018 o universo de subscritores da Lusa teve um total de 663 serviços ativos, distribuídos pelas categorias de serviço previamente elencadas, registando-se um aumento face ao ano anterior. Tal como em anos anteriores, as categorias com maior expressividade são os serviços Alertas (45,9%), Temáticos (17,3%) e serviços de Texto (16,6%), que em conjunto representam quase 80% da totalidade dos serviços ativos.

Total de Serviços por Categoria de Serviço

Categoria	Total 2017	Total 2018
Alertas	287	304
Temáticos	126	115
Notícias de Texto	106	110
Agenda	51	51
Fotos	22	17
Serviços Especiais (Info3E + Agenda Financeira)	15	30
Arquivo	14	12
Newsletters	9	9
Vídeo	7	9
SMS	3	3
Infografia	1	1
Áudio	1	2
	648	663

TOTAL DE SERVIÇOS



Subscrições

A 31 de dezembro de 2018, os Subscritores (clientes) tinham ativas 3.629 subscrições, apresentando um aumento de 33,6% face ao ano anterior. Este aumento deve-se a um aumento generalizado de todas as subscrições, mas acima de tudo das Newsletters Lusa, que passaram a ser geradas pelo sistema LUNA (sistema de produção da empresa), ao invés do que acontecia anteriormente, em que não estavam associadas a nenhum serviço.

Tal como anteriormente, as categorias Notícias de Texto (33,0%), Fotos (9,8%) e Serviços Temáticos (9,7%) são as que apresentam maior expressividade na distribuição,

contribuindo estas três categorias com mais de metade da totalidade das subscrições no ano.

Total de Subscrições por Categoria de Serviços

Categoria	2017	2018
Notícias de Texto	1186	1196
Serviços Especiais	94	621
Fotos	334	354
Temáticos	298	351
Newsletters		229
Vídeo	187	211
Arquivo	192	199
Alertas	157	188
Agenda	154	167
Áudio	101	99
Infografia	11	11
SMS	3	3
	2717	3629

▪ Comunicação e Marketing

O ano de 2018 ficou indelévelmente marcado pela mudança da imagem da Agência Lusa em dezembro. Essa mudança foi o culminar de um processo que já estava a ser pavimentado. Em 2017, o lançamento do novo Portal Lusa posicionou a Agência num registo de maior modernidade, tanto para os visitantes do site, quanto para os Clientes que beneficiaram de várias alterações funcionais e de layout na área privada. Com a mudança da imagem e do logótipo, mantendo, no entanto, a identidade e os valores, a Lusa está finalmente em condições de avançar em pleno para a área digital, num registo de modernidade, simplicidade, eficácia e plasticidade.

Nova Imagem Corporativa Lusa

A criação de uma nova imagem corporativa é um dos processos internos mais estruturantes que uma empresa enfrenta. O desafio da Agência Lusa era modernizar a sua imagem, mantendo os seus valores e a sua missão, sem perder alguma da sua identidade gráfica (nomeadamente o globo e as cores base).



Lançada dia 4 de dezembro de 2018, numa cerimónia com a presença da Senhora Ministra da Cultura, Dra. Graça Fonseca que teve lugar no Espaço Noémia de Sousa, na sede da Lusa, a nova imagem propõe-se ser suporte à internacionalização e à sustentação de negócio no mercado empresarial, assim como uma ferramenta mais adequada às exigências dos suportes digitais.

Além da alteração da imagem corporativa, o ano de 2018 foi um ano pleno de iniciativas, visando promover interna e externamente a marca Lusa:

- Encontros de Proximidade 2018: Encontro promovido na Lusa, em conjunto com a Associação Portuguesa de Imprensa, em janeiro de 2018, tendo em vista a aproximação da imprensa regional à Lusa.
- Participação, em fevereiro de 2018, no WGS – World Government Summit, onde a Lusa, em conjunto com 15 agências de notícias do mundo, assinou o Memorando de Entendimento sobre o papel de cooperação das agências de notícias na promoção do entendimento global.
- Devido à alteração do RGPD – Regime Geral da Proteção de Dados, em março a Lusa teve que proceder à alteração da maneira como efetuava a distribuição das newsletters. Assim, houve necessidade de os subscritores procederem a novos registos, em conformidade com o RGPD, para todas as newsletters.
- A 17 de maio a Lusa inaugurou no piso 0 da sua sede em Lisboa o Espaço Noémia de Sousa, um espaço polivalente, aberto a todos os trabalhadores e colaboradores da lusa, com uma zona de lazer, uma área de entrevistas, uma exposição permanente de fotografias, uma cafetaria e um refeitório.
- A 2 de junho teve o lugar o 1º Encontro de Trabalhadores e Colaboradores da Agência Lusa, sob a tutela da nova Administração. Este foi o momento escolhido para o PCA e a equipa de diretores apresentarem a estratégia do triénio, acompanhado de oradores convidados, além de um momento cultural.
- Decorrente da necessidade de esclarecer um tema em debate na altura – a proteção dos dados pessoais, a Lusa promoveu a Conferência "Internet e Dados Pessoais: que futuro?", no dia 29 de junho, no Auditório da Sociedade de Advogados Vieira de Almeida.
- Pela terceira vez consecutiva, a Lusa foi *media partner* do Web Summit 2019, em Lisboa, em novembro.
- Ainda em novembro, a 26, a Lusa apresentou o EyeData, uma ferramenta de dados estatísticos criada pela empresa Social Data Lab para a Agência Lusa, com o intuito de democratizar e desmistificar o acesso aos dados estatísticos nacionais e internacionais.
- Nos dias 30 de novembro e 1 de dezembro decorreu a Reunião Anual de Trabalhadores e Colaboradores da Agência Lusa, que teve lugar em Évora. Desta reunião constou o Jantar de Natal, uma iniciativa que não ocorria há sete anos, seguindo-se do Encontro de Trabalhadores e Colaboradores, onde a Administração e cada Direção apresentou um resumo do ano, bem como uma antecipação de 2019. Teve também a presença de um orador convidado, que falou de liderança e criatividade e nos convidou a refletir como a gestão de uma cozinha, e ser chefe de cozinha tem afinal muitas semelhanças com o dia-a-dia de todas as profissões.

- *Media Partner* da 2.ª Conferência do Fórum Permanente das Competências Digitais InCoDe 2030, uma iniciativa da FDC - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, que teve lugar dia 12 de dezembro.

Uma vez inaugurado o Espaço Noémia de Sousa, a 17 de maio de 2018, a Lusa envidou esforços para dinamizar o espaço com atividades culturais para os trabalhadores e também para convidados externos, assim como atividades de caráter interno. Estas foram as atividades que tiveram lugar neste espaço, durante 2018:

- Debate promovido pelo Presidente do Conselho de Administração com todos os trabalhadores sobre os novos desafios editoriais e comerciais da Lusa, na sequência do encontro de trabalhadores e colaboradores de 2 de junho, com a presença dos diretores das diversas áreas (7/06/2018);
- Debate sobre igualdade de género no quadro do projeto IGEN - Igualdade de Género na Agência Lusa, com a participação da investigadora e professora no ISEG Sara Falcão Casaca, especialista neste tema, sobretudo na sua vertente empresarial (27/06/2018);
- Sessão de Fado com Tiago Correia e Ana Freitas (5/7/2018);
- Sessão "Poesia canta-se no summertime", com Elsa de Noronha (16/7/2018);
- Encontro interno promovido pelo Presidente do Conselho de Administração sobre a visita de uma Delegação da Lusa a Angola, realizada entre 9 e 15 de junho, onde foram dadas informações sobre os resultados dessa iniciativa e sobre o projeto da Agência em relação àquele país africano. A delegação da Lusa integrava o Presidente do CA, o Diretor de Informação, a Diretora Comercial e Marketing e o Editor da Lusofonia e Mundo (24/07/2018);
- Concerto a capela com o conjunto Spell Choir (27/7/2018);
- Debate promovido pelo Presidente do Conselho de Administração aberto a todos os trabalhadores sobre a reorientação estratégica da agência e a correspondente reorganização interna (11/09/2018);
- Encontro a convite da nova Diretora de Informação com os jornalistas da Agência Lusa (01/10/2018);
- Encontro a convite do Presidente do Conselho de Administração com os trabalhadores da agência sobre a deslocação de uma delegação da Lusa a Macau, realizada entre 14 e 20 de outubro, onde foi feito o balanço dessa iniciativa e dadas informações sobre o projeto da Agência em relação àquele território. A delegação da Lusa integrava o Presidente do CA, a Diretora Comercial e Marketing, a Subdiretora de Informação e o Editor de Lusofonia e África (06/11/2018);
- Concerto do grupo de música tradicional portuguesa Rota do Sul (14/11/2018);
- Sessão de apresentação do EyeData, uma plataforma interativa que permite aceder a uma vasta série de indicadores socioeconómicos de Portugal, Europa, CPLP e Mundo (26/11/2018);
- Sessão de apresentação oficial da nova imagem da Lusa (4/12/2018);
- Apresentação do livro "A Queda de Salazar - O princípio do fim da ditadura", dos jornalistas António Caeiro, Natal Vaz e José Pedro Castanheira (17/12/2018).

▪ Inovação/modernização

Conforme referido anteriormente, no final de 2017 a Lusa lançou o novo site. Este portal (www.lusa.pt) foi financiado pelo Digital News Innovation Fund, depois de ser selecionado num concurso internacional lançado pelo Google para apoiar o desenvolvimento tecnológico e a inovação nos media europeus.

Em termos estratégicos, o projeto colocou a Lusa a organizar, processar e disseminar informação, de forma clara, visível e focada, para e sobre o mundo lusófono. Um trabalho que hoje se desenvolve e é visível através de um portal digital que comporta plataformas tecnologicamente inovadoras, e que resultou numa transformação fundamental: o abandono de um site exclusivamente B2B (business-to-business), exclusivo a clientes da Lusa, num portal de última geração que associa a missão fundamental de serviço B2B, a obrigação contratual de prestar aos portugueses em geral um serviço noticioso digital e a possibilidade de desenvolvimento de novos projetos e ferramentas.

É que, simultaneamente, este novo site significou também, para a Lusa, um salto muito grande de consolidação de operações e conteúdos de backoffice, a possibilidade de importação de diferente tecnologia e novas ferramentas de trabalho, a possibilidade de abrir para o mundo uma grande montra onde é possível visualizar a produção da Lusa, nos seus diferentes suportes, e a existência de uma plataforma onde pudesse ancorar novos e diferentes projetos.

Assim, em 2018, foi possível desenvolver e acoplar à lusa.pt novos sites associados, seja para criar novos serviços de valor acrescentado (casos da Agenda Financeira, ferramenta de planeamento para empresas, e do Info3E, ferramenta de informação estratégica de gestão), seja para abrir novas áreas de disponibilização de informação de interesse coletivo, numa lógica pura de serviço público. Estão neste último caso a Carta de Portugal, site georreferenciado com informação útil sobre todos os municípios do País, e o EyeData, surgido já no último trimestre do ano, site de informação estatística, realizado em parceria com a Social Data Lab, que permite ver e comparar diferentes variáveis socioeconómicas de Portugal, da União Europeia, da CPLC e do resto do mundo.

Vindo do final de 2017, a consolidação e desenvolvimento do portal lusa.pt foi uma peça central do processo de modernização tecnológica da Lusa em 2018, envolvendo todos os departamentos da empresa. E continuará a sê-lo ao longo de 2019, mesmo estando prevista para este exercício uma decisão fundamental sobre o edifício tecnológico que deverá suportar a Lusa no futuro próximo.

No esforço de modernização de processos e procedimentos da agência, e também no âmbito da inovação que se pretende imprimir ao trabalho desenvolvido e entregue pela Lusa aos seus profissionais, clientes e público em geral, vários outros projetos e ações, envolvendo as direções de Informação, de Áreas de Suporte e Comercial e Marketing, merecem destaque em 2018:

- Um protocolo de colaboração com a OKO, uma *startup* do Porto, permitiu desenvolver um serviço web que oferece aos jornalistas da Lusa um *set* de ferramentas de trabalho, dirigido para o mundo digital, que inclui as possibilidades de pesquisa digital, agregação customizável de fontes de informação, tradução automática de notícias e outros documentos, de «todas» as línguas do mundo para português, sumarização de documentos, transcrição de voz para texto, e, espera-se que já para 2019, legendagem de vídeos, produção automática de notícias que não necessitam de inteligência humana e análise e classificação de conteúdo de vídeos, nas vertentes de som e imagem; várias



destas funcionalidades estão já a ser usadas na Redação do Lusa, em fase experimental;

- Foi apresentada candidatura, em parceria com *startup* portuguesa, à 6ª *call* do DNI, para criação de uma rede global de jornalistas freelance. Um projeto que, dado o atual contexto dos media e dos seus profissionais, pode vir a desempenhar um importante papel na promoção do trabalho dos jornalistas, na capacidade dos media poderem desenvolver as suas próprias histórias, em qualquer parte do mundo, com custos comportáveis e com a garantia do jornalismo profissional e, por último, no combate às *fake news*, à manipulação e desinformação da opinião pública, oferecendo o contraponto de uma informação certificada por empresas, jornalistas, técnicas e deontologia dos media profissionais;
- Foram estabelecidos protocolos, com entidade externa, para atualizar dicionários digitais da Lusa e implementar sistema de *text mining* que permita à Lusa aumentar o grau de eficiência das pesquisas no seu vasto espólio digital e aumentar a sua capacidade de criar serviços de informação segmentados e especializados.
- Foram desenvolvidos inúmeros contactos com diferentes fornecedores de serviços web de tradução, com o objetivo de descobrir a melhor solução para a Lusa poder expandir o seu serviço em inglês;
- Foram iniciadas negociações, com parceiro externo, para a comercialização digital da informação produzida pela Lusa junto de entidades, que não órgãos de comunicação social, que possam estar interessadas nos conteúdos da lusofonia.
- Foram iniciados contactos com tecnológica especializada na implementação e gestão de newsletters, um processo que terá desenvolvimento em articulação com as melhorias da homepage que estão a ser desenvolvidas com a Direção de Informação.
- Foi apresentada candidatura, também à 6ª *cal* do DNI, de um projeto de análise de consumo de informação por clientes de agências de notícias, no âmbito de um consórcio liderado pela EzyInsights.
- Em articulação com o ponto anterior, foi estabelecido protocolo com empresa que fornecerá à Lusa informação sobre o consumo das suas notícias, quer pelos seus clientes, quer pelos clientes dos seus clientes quer pelo público em geral via redes sociais.
- Foi desenvolvida, em parceria com o Ciberdúvidas e a InKnow, parte importante de um projeto que colocará no portal da Lusa, em 2019, um prontuário sonoro, onde os clientes da Lusa e os cidadãos em geral poderão encontrar a forma certa de escrever e dizer vocábulos que são, com grande frequência, escritos e/ou ditos de forma errada.
- Foram lançadas as bases - o projeto e os parceiros iniciais - para a criação de um consórcio que apresentará candidatura ao Horizonte2020, no âmbito da integração de minorias. Consórcio que é liderado pela Lusa e que junta parceiros portugueses, franceses, gregos e italianos, provenientes do mundo empresarial, da academia e de estruturas do Estado.
- Foram estabelecidos os primeiros contactos, e vistas as primeiras apresentações, de modelos alternativos para todo o sistema informático que suporta as diferentes áreas e atividades da Lusa, um processo que terá a sua fase crucial no decurso de 2019.
- Foi ainda lançado, já no final do ano, o projeto de desenvolvimento de dois novos sites temáticos - um sobre o combate às Fake News e outro sobre os 30 Anos da passagem administrativa de Macau para a China - que ficaram operacionais em janeiro e fevereiro de 2019, respetivamente, e que criam um novo paradigma no desenvolvimento de processos semelhantes pela Lusa: a utilização de tecnologias open source e o domínio absoluto dos sites por parte da Lusa, sem dependência de qualquer fonte externa única.

Investimentos

Os investimentos efetuados em 2018 ascenderam a €797 mil, representando um aumento de 70,6% face ao exercício anterior. A totalidade do investimento foi financiado com recursos próprios.

Foram realizados investimentos de substituição, racionalização e reestruturação de processos e de expansão da capacidade de produção e comercialização, aplicados sobretudo na modernização do parque informático, de telecomunicações e fotográfico e no reforço da área digital e multimédia (hardware e software), incluindo a implementação de ferramentas de automatização de processos de produção. A modernização tecnológica constitui um dos pressupostos definidos contratualmente entre o Estado e a Lusa.

Em 2018, conforme já referido, foi inaugurado, na sede da Lusa, o Espaço Polivalente Noémia de Sousa, que inclui um espaço para refeições com cafetaria, uma sala de lazer, uma sala de entrevistas e um espaço multiútil. Já no final do ano foi dada continuidade ao projeto de reabilitação do piso zero, com o início das obras de remodelação da receção, prevendo-se a sua conclusão até ao final do 1.º trimestre de 2019. Incluirá a instalação de um *ledwall* de grandes dimensões para qual se encontra em desenvolvimento, num âmbito mais alargado, um projeto de TV corporativa e de gestão multimédia.

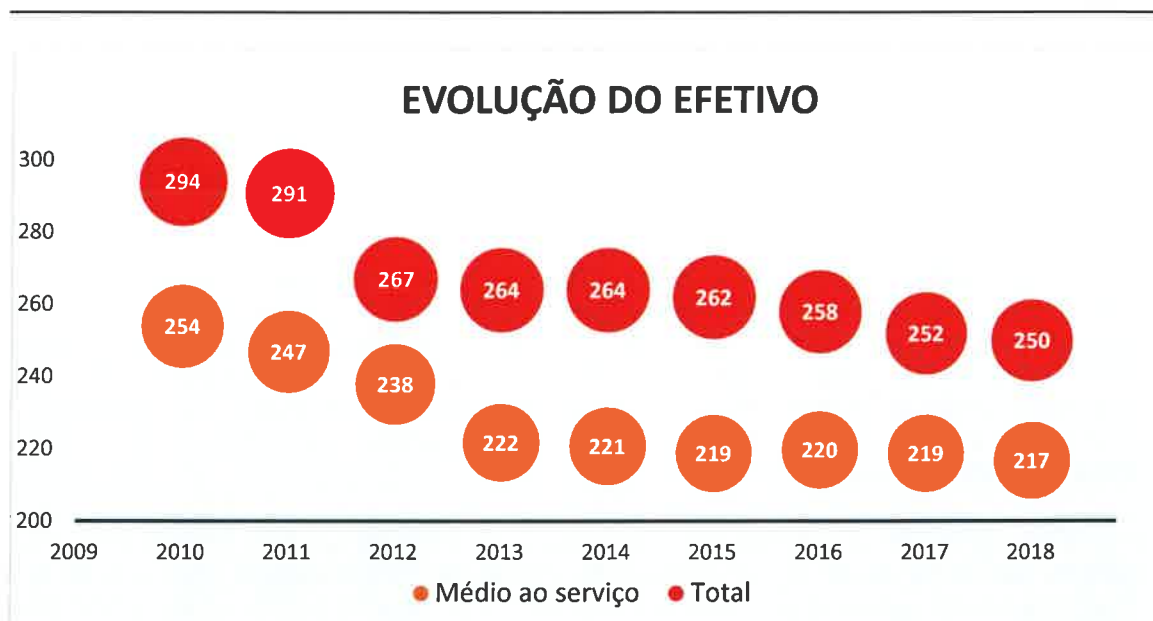
No decurso de 2018 foram realizados vários trabalhos de manutenção e modernização no edifício da sede que incluíram, além de intervenções pontuais de caráter corretivo e preventivo, a substituição de cablagem informática, no pressuposto da melhoria constante da gestão da largura de banda, e a operacionalização das medidas de autoproteção, em conformidade legal e por forma a aumentar as condições de segurança no local de trabalho. As delegações do Funchal e de Maputo sofreram uma remodelação profunda nas respetivas instalações. De referir ainda que se procedeu à substituição de mobiliário administrativo nas delegações do Funchal e do Porto e de uma viatura adstrita à delegação de Luanda.

No final do ano, e após a instalação de uma nova unidade de climatização (bomba de calor), iniciou-se a substituição do sistema de renovação de ar do edifício, com o objetivo de redução do consumo de eletricidade e do aumento da eficiência energética.

Recursos humanos

Em 31 de dezembro de 2018, o total de efetivos da Agência é de 250, que compara com 252 no ano anterior.

Entre os 250 trabalhadores no quadro de efetivos incluem-se 11 requisitados e com licenças sem retribuição, 12 em situação de pré-reforma e 5 trabalhadores de baixa de média / longa duração. O efetivo médio ao serviço foi de 217, que compara com 219 em 2017.

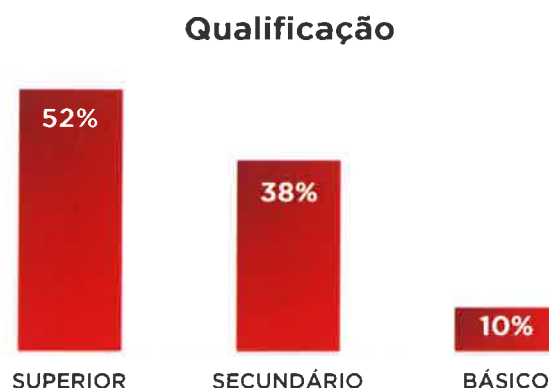


Do efetivo total, 17,0% dos trabalhadores têm menos de 40 anos de idade (19,0% em 2017), 17,8% trabalham na Lusa há menos de dez anos (18,3% em 2017), e 52,8% são mulheres (46,1% em 2017).

O grupo profissional mais expressivo é o dos jornalistas com 201 elementos, correspondente a 80,4% de todos os trabalhadores, dos quais 186 elementos pertencem ao efetivo ao serviço (183 em 2017), 5 estão em situação de pré-reforma e 10 estão requisitados ou com licenças sem retribuição.

Qualificação

No universo de 250 trabalhadores da Lusa, 52,4% têm como qualificações o nível do ensino superior, 38,4% o nível do ensino secundário, 7,6% o 3.º ciclo do ensino básico, e 1,6% distribuem-se pelos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.



Formação profissional

A formação para a Lusa faz parte integrante da sua estratégia, no sentido de dotar os trabalhadores com competências para fazer face à conjuntura atual de contínua mudança do mercado onde se insere. Esta necessidade materializa-se, não só na atualização, como também na aquisição de novos conhecimentos e competências em todas as áreas internas da Lusa. Em 2018, com a reorganização iniciada no ano transato

continuou o enfoque nesta atividade de vital importância de valorizar o principal recurso da empresa que são os seus trabalhadores.

No seguimento do acima exposto foram ministradas cerca de 2.500 horas em cerca de 20 ações de formação (15 certificadas), das quais destacamos as seguintes:

Nome da Ação	Área	Nº de Participantes	Horas de Formação
Inglês	Geral	57	1.116
Narrativa Audiovisual	Jornalistas	12	480
Literacia Estatística	Jornalistas	25	50
Medidas de Autoproteção	Compras	21	63
Orçamento Estado	Financeira	1	8
Workshop Recuperação Crédito	Financeira	1	8
Regime Geral Proteção Dados	Financeira	1	8
IVA Creditos Incobráveis	Financeira	1	4
Refugiados realidade e mitos	Jornalistas	19	152
Women on Board	Financeira	2	56
Outlook	Geral	31	248
O Futuro do trabalho	Jornalistas	8	8
Conceção ,implementação e monitorização de planos para igualdade do género	Projectos	1	2
Cibersegurança	Geral	38	76
Inforpress Cabo Verde	Jornalistas	2	80
Código Contratos Públicos	Compras	2	49
Crowdtangle	Jornalistas	4	16
Comunicação e linguagem	Jornalistas	1	2
Comunicação de risco de incêndio	Jornalistas	5	15
Inovação através da automatização	Jornalistas	10	10
Total		242	2.451

De realçar ainda que a Lusa mantém um protocolo com a Ciberdúvidas, Conteúdos Multimédia Lda., que garante a formação contínua dos jornalistas em redação de texto jornalístico e a monitorização permanente do fio noticioso da Agência para deteção e correção de quaisquer anomalias.

Análise económica e financeira

Situação Económico-Financeira

A análise económica financeira, que se apresenta de seguida, sintetiza os resultados alcançados pela Lusa no ano de 2018 e a situação patrimonial e financeira no final do exercício em comparação com o ano de 2017.



Análise Económica e Financeira

(Euros)

RENDIMENTOS E GANHOS	REAL 17	REAL 18	DIF. R18/R17	VAR. (%) R18/R17
Vendas e serviços prestados:	15.324.419	15.977.584	653.165	4,3%
Contrato com o Estado	11.649.567	12.286.131	636.564	5,5%
Indemnização Compensatória	12.876.719	12.876.719	0	0,0%
Ajustamento da IC conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª do CPSNIIP	-1.227.152	-590.588	636.564	-51,9%
Outras	3.674.853	3.691.453	16.601	0,5%
Varição nos inventários da produção	0	0	0	0,0%
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0	0,0%
Subsídios à exploração	141.163	59.287	-81.876	-58,0%
Reversões	106.411	86.842	-19.569	-18,4%
Ganhos por aumentos de justo valor	173	124	-49	-28,4%
Outros rendimentos e ganhos	159.622	582.922	423.300	265,2%
Rendimentos e ganhos operacionais	15.731.788	16.706.759	974.971	6,2%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	6	7	0	7,7%
Total dos rendimentos e ganhos	15.731.795	16.706.766	974.971	6,2%
GASTOS E PERDAS	REAL 17	REAL 18	DIF. R18/R17	VAR. (%) R18/R17
Fornecimentos e serviços externos	3.963.965	4.056.614	92.650	2,3%
Gastos com o pessoal	9.864.846	10.218.859	354.013	3,6%
Gastos de depreciação e de amortização	321.967	435.078	113.112	35,1%
Perdas por imparidade:	45.389	39.589	-5.800	-12,8%
Em dívidas a receber	45.389	39.589	-5.800	-12,8%
Em investimentos financeiros	0	0	0	0,0%
Perdas por reduções de justo valor	7	0	-7	-100,0%
Provisões do período	355.912	224.278	-131.634	-37,0%
Outros gastos e perdas	137.670	122.551	-15.119	-11,0%
Gastos e perdas operacionais	14.689.756	15.096.970	407.214	2,8%
Gastos e perdas de financiamento	1.092	0	-1.092	-100,0%
Total dos gastos e perdas	14.690.849	15.096.970	406.122	2,8%
EBITDA	1.363.999	2.044.867	680.868	49,9%
Resultado operacional	1.042.032	1.609.789	567.757	54,5%
Resultado antes de impostos	1.040.946	1.609.795	568.849	54,6%
Imposto sobre o rendimento do período	320.253	449.014	128.761	40,2%
Resultado líquido do período	720.693	1.160.781	440.089	61,1%

Rendimentos e Ganhos

O total de rendimentos e ganhos ascendeu a €16,7 milhões o que traduz um acréscimo de €975 mil (+6,2%) relativamente a 2017, sobretudo como resultado do ajustamento efetuado na IC e do proveito associado ao Processo Judicial do IVA - Pro-rata referente ao exercício fiscal de 1992. Este processo ficou concluído em 2018 com o recebimento de €431 mil.

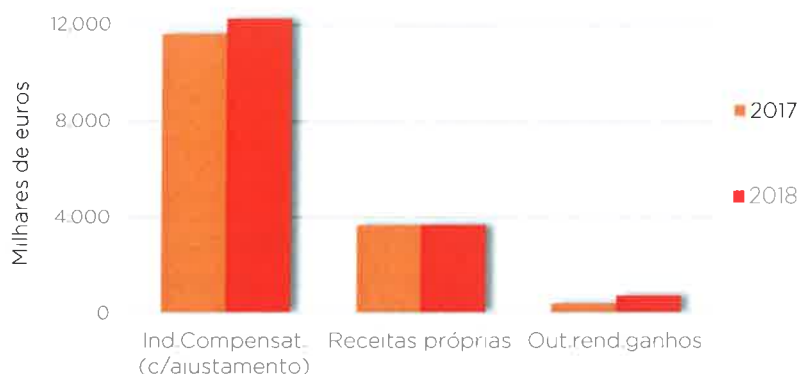
Os subsídios à exploração associados ao projeto cofinanciado da Google ascenderam a €59 mil, tendo sido esta a última prestação do projeto. A soma das verbas recebidas em 2017 e 2018 totalizaram €280 mil.

Em 2018, e em contraciclo com os anos anteriores, as receitas próprias registaram um aumento na ordem de €17 mil, oriundos do crescimento nos segmentos Institucional, Pequenos Órgãos de Comunicação Social e Mercado Externo. Fruto da instabilidade registada no setor da Comunicação Social, nomeadamente nos GOCS, este segmento apresentou uma diminuição de -0,85% face ao período homólogo, representando assim

uma melhoria, face à diminuição verificada em 2017, face a 2016, de -4,7%, constituindo um sinal de recuperação nas receitas.

A devolução a efetuar referente à Indemnização Compensatória é €591 mil, apresentando uma diminuição de €637 mil (-51,9%) quando comparada com o valor de 2017. Esta diminuição resulta do incremento verificado no investimento, para além do comportamento dos gastos e perdas.

RENDIMENTOS E GANHOS



Gastos e Perdas

O total de gastos e perdas ascendeu a €15,1 milhões, o que reflete um acréscimo de €406 mil (+2,8%) face ao ano transato. Para esta variação contribuíram principalmente os seguintes factos:

- Aumento na rubrica de fornecimentos e serviços externos em €93 mil. Os principais aumentos ocorreram nas rubricas conservação e reparação, como resultado de intervenções/reparações no edifício Sede, e gastos com deslocações, estadas e transportes;
- Incremento nos gastos com pessoal de €354 mil, sobretudo, como resultado da aplicação do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017 e do disposto nos no Despacho n.º 3746/2017, bem como do aumento com ajudas de custo como por via do reforço da delegação em Bruxelas;
- Acréscimo de €113 mil nos gastos de depreciação e amortização por via do investimento realizado;
- Diminuição de €132 mil em provisões como efeito do reforço, em 2017, da provisão com pré-reformas, por via do aumento da idade da reforma, e da constituição de provisões para processos em curso.

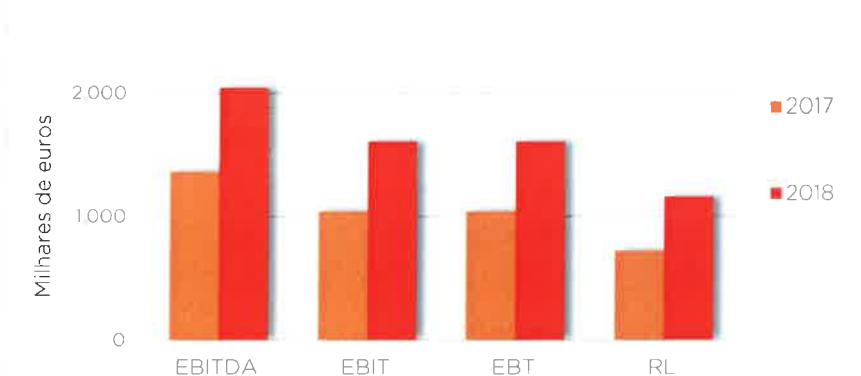
GASTOS E PERDAS



Resultados

O resultado líquido, que ascendeu a €1,2 milhões, apresentou, face ao período homólogo, um aumento de €440 mil (+61,1%), como resultado do proveito associado ao Processo Judicial do IVA - Pro-rata, anteriormente referido.

RESULTADOS



Situação Patrimonial e Financeira

O ativo líquido, na ordem de €13,1 milhões, registou um aumento de €1,1 milhões relativamente ao ano transato, efeito essencialmente das seguintes variações:

- Aumento de €340 mil verificado nos ativos fixos tangíveis e nos ativos fixos tangíveis em curso por via do investimento realizado;
- Acréscimo no saldo de clientes, no montante de €118 mil;
- Aumento de €629 mil na caixa e depósitos bancários, fundamentalmente, por via de recebimentos de parte do Processo Judicial do IVA - Pro-rata e da última tranche do Projeto Google; diminuição de pagamentos, nomeadamente encargos com empréstimos e locações financeiras, que terminaram em 2017, encargos com pré-reformas, como resultado da passagem à reforma de trabalhadores abrangidos pelo programa, e diminuição dos pagamentos do PERES, cujo fim ocorrerá em setembro de 2019.

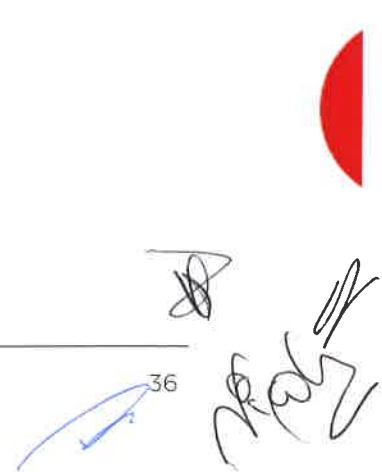
O capital próprio na ordem de €4,5 milhões regista, face ao período homólogo, um acréscimo de €1,1 milhões, por via do resultado líquido do exercício e da parte do proveito do Projeto Google que se refere a investimento, líquido das amortizações entretanto efetuadas.

No passivo, no montante de €8,6 milhões, registou-se uma diminuição de cerca de €45 mil resultante das seguintes variações:

- Diminuição das provisões em €404 mil resultante, por via da utilização de parte da provisão para responsabilidades com pré-reformados, conjugado com o reforço da mesma como consequência do aumento da idade da reforma e a constituição de provisões para processos em curso, conforme referido acima no ponto "Gastos e Perdas";
- Decréscimo de €224 mil, verificado em outras tributações, como resultado das amortizações no âmbito do Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES);
- Aumento de €84 mil na rubrica de fornecedores;
- Diminuição de €325 mil na rubrica "Estado e outros entes públicos", sobretudo, como resultado da interação entre a diminuição verificada nas outras tributações, por via do pagamento do PERES, e o aumento no IRC como resultado do imposto a pagar;
- Aumento de €829 mil nas outras dívidas a pagar, fundamentalmente por via do ajustamento da IC do Contrato com o Estado.

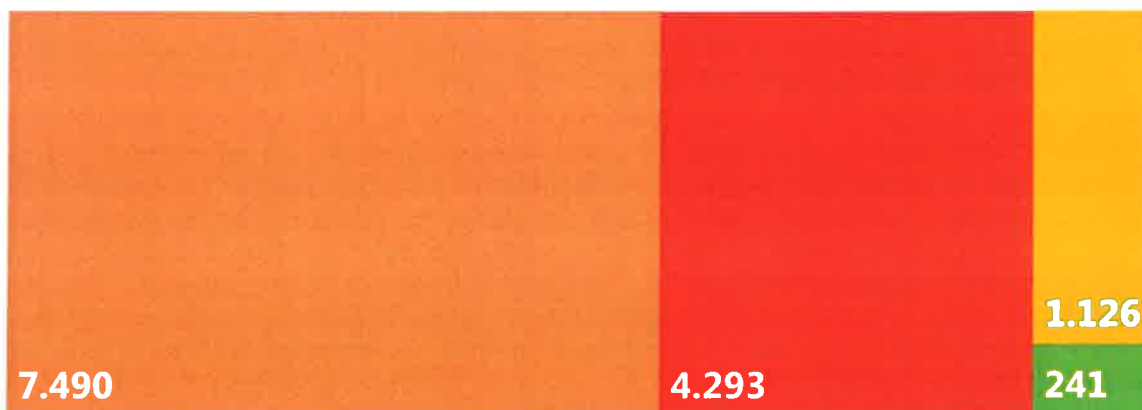
(milhares de euros)

BALANÇO	2018	2017	VAR.
Ativo não corrente	7.490	7.250	240
Dívidas de terceiros	1.126	947	179
Diferimentos	241	201	40
Caixa e depósitos bancários	4.293	3.664	629
Total do Ativo	13.150	12.061	1.089
Capital Próprio	4.504	3.370	1.134
Passivo:	8.646	8.691	-45
Passivo não corrente	1.358	1.985	-628
Dívidas a terceiros	7.266	6.678	589
Diferimentos	22	28	-6
Total do Capital Próprio e do Passivo	13.150	12.061	1.089



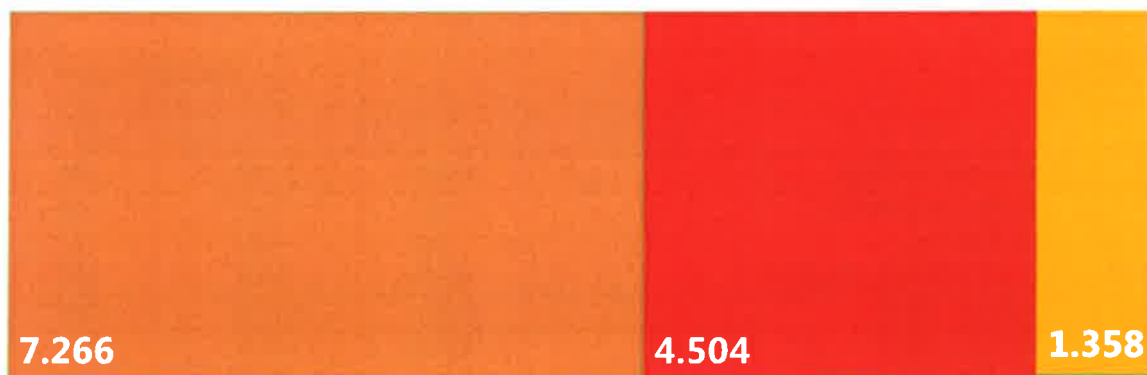
Composição do Ativo e do Capital Próprio e Passivo

ATIVO



■ Ativo não corrente ■ Dívidas de terceiros ■ Diferimentos ■ Caixa e depósitos bancários

CAPITAL PRÓPRIO + PASSIVO



■ Capital Próprio ■ Passivo não corrente ■ Dívidas a terceiros ■ Diferimentos

[Handwritten signature and initials]

Principais Indicadores

Indicadores económico-financeiros (Milhares de euros)	2018	2017	Δ% 18 /17
Rendimentos e ganhos operacionais	16.707	15.732	6
EBITDA	2.045	1.364	50
Resultado operacional	1.610	1.042	54
Resultado líquido	1.161	721	61
Resultado líquido por ação (euro)	0,54	0,34	61
VAB	11.921	11.360	5
Investimento	797	467	71
Margem EBITDA	13%	9%	+ 4 p.p.
Margem Operacional	10%	7%	+ 3 p.p.
Margem líquida	7%	5%	+ 2 p.p.
VAB / Efetivo médio (euro)	54.935	51.874	6
Ativo líquido	13.150	12.061	9
Capital próprio	4.504	3.370	34
Capital social	5.325	5.325	-
Passivo	8.646	8.691	-1
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	26%	21%	+ 4 p.p.
Liquidez Geral	78%	72%	+ 6 p.p.
Autonomia Financeira	34%	28%	+ 6 p.p.
Solvabilidade	52%	39%	+ 13 p.p.
Cobertura do imobilizado	78%	74%	+ 4 p.p.

Recursos humanos	2018	2017	Δ% 18 /17
Número de trabalhadores a 31 de dezembro	250	252	-0,8
Jornalistas	186	183	1,6
Assessores	2	2	-
Técnicos Superiores	13	12	8,3
Assistentes Administrativos	23	23	-
Assistentes Técnicos	1	1	-
Pessoal de Apoio	2	2	-
Requisitados e Licenças sem Retribuição	11	11	-
Pré-reformados	12	18	-33,3
Efetivo médio ao serviço	217	219	-0,9

Produção de notícias (n.º conteúdos)	2018	2017	Δ% 18 /17
Foto	51.612	48.876	5,6
Áudio	11.132	10.748	3,6
Conteúdos mistos	2.063	1.629	26,6
Texto	170.105	168.524	0,9
Vídeo	5.858	5.314	10,2
Total	240.770	235.091	2,4



Proposta de aplicação de resultados

Para o resultado líquido do exercício de 2018, no montante de €1.160.781, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:

- Transferência de €58.039 para Reservas Legais;
- Transferência de €1.102.742 para a conta de Resultados Transitados.

IV. Demonstrações financeiras

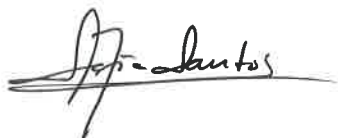
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2018	2017
Euros			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	8	1.493.641	1.493.641
Edifícios e outras construções	8	4.742.410	4.792.348
Equipamento básico	8	548.812	463.799
Equipamento de transporte	8	77.178	76.359
Equipamento administrativo	8	14.985	3.010
Outros ativos fixos tangíveis	8	169.808	112.564
Investimentos em curso	8	320.258	85.057
Subtotal ativos fixos tangíveis		7.367.093	7.026.778
Ativos intangíveis			
Projetos de desenvolvimento	7	-	-
Subtotal ativos intangíveis		-	-
Outros investimentos financeiros			
EPA	9	105.000	105.000
IPPS-IUL	9	10.000	10.000
Fundo de compensação do trabalho		8.028	5.097
Subtotal outros investimentos financeiros		123.028	120.097
Ativos por impostos diferidos	6 / 11	-	102.795
Total do ativo não corrente		7.490.121	7.249.669
Ativo corrente			
Clientes	10	804.402	686.837
Estados e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento			
Pagamentos especiais por conta	11	46.424	46.424
Pagamentos por conta	11	87.180	-
Retenções efetuadas por terceiros	11	31.090	9.967
Imposto a recuperar	11	-	12.892
IVA	11	2.271	1.963
Subtotal Estado e outros entes públicos		166.965	71.246
Outros créditos a receber			
Fornecedores c/c	11	-	1.000
Pessoal	11	17.216	10.711
Devedores por acréscimos de rendimentos	11	13.163	-
Outros devedores diversos	11	124.224	177.055
Subtotal outros créditos a receber		154.603	188.766
Diferimentos	11	240.799	200.898
Caixa e depósitos bancários			
Depósitos bancários			
À ordem	4	4.279.057	3.656.531
Outros	4	8.665	2.072
Caixa	4	5.146	5.053
Subtotal caixa e depósitos bancários		4.292.869	3.663.656
Total do ativo corrente		5.659.638	4.811.403
TOTAL DO ATIVO		13.149.759	12.061.072

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		2018	2017
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	12	5.325.000	5.325.000
Reservas legais	12	554.094	518.059
Resultados transitados	12	(2.828.555)	(3.513.853)
Excedentes de revalorização			
Antes de imposto sobre o rendimento	12	304.097	304.922
Impostos diferidos	6	(65.078)	(65.264)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			
Subsídios ao investimento	20	52.278	79.550
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	12	1.057	1.057
		3.342.892	2.649.471
Resultado líquido do período		1.160.781	720.693
		4.503.673	3.370.163
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	17.3	1.292.540	1.696.466
Passivos por impostos diferidos	6/16	65.078	65.264
Outras tributações	16	-	223.530
Total do passivo não corrente		1.357.618	1.985.259
Passivo corrente			
Fornecedores	14	346.081	261.550
Estado e outros entes públicos			
Imposto sobre o rendimento (IRC)	16	346.405	-
Retenção de impostos sobre rendimentos (IRS)	16	163.253	159.723
IVA	16	638.749	514.914
Contribuições para a segurança social	16	193.180	195.135
Outras tributações	16	231.214	1.027.756
Subtotal Estado e outros entes públicos		1.572.802	1.897.528
Outras dívidas a pagar			
Fornecedores de investimentos	14	359.993	187.605
Credores por acréscimos de gastos	16	1.600.355	1.526.923
Pessoal	16	1.373	4.044
Outros credores diversos:			
Outros credores diversos	16	147.524	152.353
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme n.º5 da cláusula 8.ª CPSNIIP)	16	3.238.258	2.647.670
Subtotal outras dívidas a pagar		5.347.502	4.518.593
Diferimentos	16	22.083	27.978
Total do passivo corrente		7.288.468	6.705.649
Total do passivo		8.646.086	8.690.909
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		13.149.759	12.061.072

A Contabilista Certificada,



O Conselho de Administração,

Abelton Fernando Ramos dos Santos
 Anna dos Dias Pessoa de Azevedo

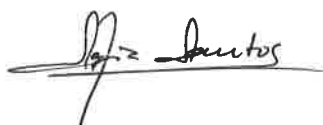


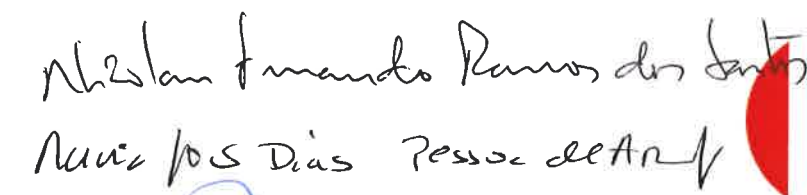

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados			
Contrato com o Estado	21	12.876.719	12.876.719
Ajustamento da IC conforme n.º 5 da Cláusula 8.ª do CPSNIIP	21	(590.588)	(1.227.152)
Outras	21	3.691.453	3.674.853
Subtotal vendas e serviços prestados		15.977.584	15.324.419
Subsídios à exploração	20	59.287	141.163
Fornecimentos e serviços externos	23	(4.056.614)	(3.963.965)
Gastos com o pessoal			
Remunerações dos órgãos sociais	24	(139.635)	(133.800)
Remunerações do pessoal	24	(7.946.682)	(7.705.970)
Encargos sociais e outros	24	(2.132.542)	(2.025.076)
Subtotal gastos com o pessoal		(10.218.859)	(9.864.846)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Clientes	17.1/22	23.391	35.122
Outros devedores	17.1/22	-	3.478
Subtotal imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		23.391	38.601
Provisões (aumentos/reduções)	17.3/22	(200.416)	(333.491)
Aumentos/reduções de justo valor	22.1	124	166
Outros rendimentos			
Rendimentos suplementares	22.1	13.715	14.099
Rendimentos em investimentos não financeiros			
Alienações	22.1	3.462	179
Sinistros	22.1	-	2.064
Outros			
Descontos	22.1	5.592	4.097
Diferenças de câmbio favoráveis	22.1	25.002	20.723
Reembolsos diversos	22.1	10.867	2.572
Diversos	22.1	524.284	115.888
Subtotal outros rendimentos		582.922	159.622
Outros gastos			
Impostos	22.2	(31.104)	(35.070)
Gastos em investimentos não financeiros			
Abates	22.2	(21.842)	(27)
Outros			
Quotizações	22.2	(22.053)	(20.567)
Outros não especificados			
Serviços bancários	22.2	(23.837)	(33.053)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22.2	(20.346)	(41.561)
Multas e penalidades	22.2	(851)	(7.013)
Diversos	22.2	(2.519)	(379)
Subtotal outros gastos		(122.551)	(137.670)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.044.867	1.363.999
Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
Ativos fixos tangíveis	22.2	(435.078)	(321.967)
Subtotal gastos/reversões de depreciação e de amortização		(435.078)	(321.967)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.609.789	1.042.032
Juros e rendimentos similares obtidos			
De depósitos	25	7	6
Subtotal juros e rendimentos similares obtidos		7	6
Juros e gastos similares suportados			
Com empréstimos bancários			
Médio e longo prazo	25	-	(911)
Com leasing	25	-	(181)
Subtotal juros e gastos similares suportados		-	(1.092)
Resultado antes de impostos		1.609.795	1.040.946
Imposto sobre o rendimento do período	6	(449.014)	(320.253)
Resultado líquido do período		1.160.781	720.693

Contabilista Certificada

O Conselho de Administração




 António Fernando Ramos dos Santos
 Presidente do Conselho de Administração


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

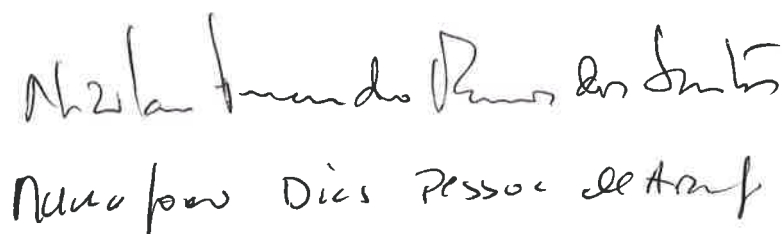
RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	21	15.977.584	15.324.419
Custos das vendas e dos serviços prestados		(13.102.281)	(11.219.674)
Resultado bruto		2.875.303	4.104.745
Outros rendimentos	22	729.181	407.369
Gastos de distribuição		(261.480)	(224.341)
Gastos administrativos		(1.432.446)	(1.335.828)
Outros gastos		(300.763)	(1.909.912)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		1.609.795	1.042.032
Gastos de financiamento (líquidos)	25	-	(1.086)
Resultado antes de impostos		1.609.795	1.040.946
Imposto sobre o rendimento do período	6	(449.014)	(320.253)
Resultado líquido do período		1.160.781	720.693
Resultados por ação	26	0,54	0,34

Euros

A Contabilista Certificada,

O Conselho de Administração,







DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2018	13	5.325.000	518.059	239.658	(3.513.853)	80.607	720.693	3.370.163
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização	13	-	-	(825)	825	-	-	0
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	186	(186)	-	-	0
Aplicação de resultados		-	36.035	-	684.658	-	(720.693)	0
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	(27.271)	-	(27.271)
		5.325.000	554.094	239.019	(2.828.556)	53.335	-	3.342.892
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	1.160.781	1.160.781
Resultado integral		-	-	-	-	-	1.160.781	4.503.673
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	13	5.325.000	554.094	239.019	(2.828.556)	53.335	1.160.781	4.503.673

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

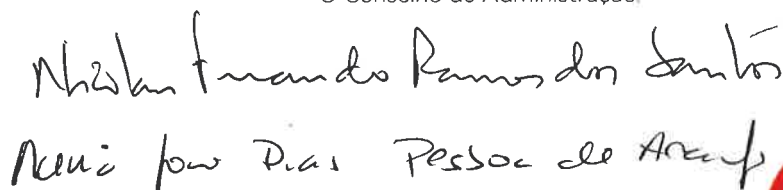
NO PERÍODO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Descrição	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Excedentes de revalorização	Resultados acumulados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2017	13	5.325.000	411.332	247.293	(5.549.305)	1.057	2.134.544	2.569.921
Alterações no período								
Primeira adoção de novo referencial contabilístico		-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de reexpressão		-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de excedentes de revalorização	13	-	-	(9.851)	9.851	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos	6	-	-	2.217	(2.217)	-	-	-
Aplicação de resultados		-	106.727	-	2.027.817	-	(2.134.544)	-
Subsídios ao investimento		-	-	-	-	79.550	-	79.550
		5.325.000	518.059	239.658	(3.513.853)	80.607	-	2.649.471
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	720.693	720.693
Resultado integral		-	-	-	-	-	720.693	3.370.163
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13	5.325.000	518.059	239.658	(3.513.853)	80.607	720.693	3.370.163

A Contabilista Certificada,




O Conselho de Administração,



 Nelson Fernando Ramos dos Santos

 Acumulado Dias Pessoa de Acaup



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	NOTAS	PERÍODO	
		DEZEMBRO 2018	DEZEMBRO 2017
Euros			
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		20.161.664	20.327.092
Pagamentos a fornecedores		(3.003.882)	(2.655.841)
Pagamentos ao pessoal		(5.976.365)	(6.474.523)
Caixa gerada pelas operações		11.181.417	11.196.727
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(76.592)	6.217
Outros recebimentos/pagamentos		(9.783.627)	(10.261.473)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.321.197	941.472
Fluxos de caixa das atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(691.545)	(458.162)
Investimentos financeiros		(3.656)	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2.244	2.230
Investimentos financeiros		969	-
Juros e rendimentos similares		4	17
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(691.984)	(455.915)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	(134.408)
Amortização de contratos de locação financeira		-	(20.907)
Juros e gastos similares		-	(11)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	(155.326)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		629.213	330.231
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.663.656	3.333.425
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.292.869	3.663.656

A Contabilista Certificada.

O Conselho de Administração,



Abelam Fernando Ramos dos Santos
 Nunci pro Dias Pessoa de Amp



V. Anexo

1. Introdução

A Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 31 de julho de 1997 e com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto - Lote C.

A Lusa tem como atividade principal ser uma agência noticiosa, competindo-lhe assegurar uma informação factual, isenta, rigorosa e digna de confiança, prestando principalmente serviços de recolha de material noticioso ou de interesse informativo e o seu tratamento para difusão, divulgação do material recolhido, prestação ao Estado Português dos serviços de interesse público relativos à informação dos cidadãos e a prestação de serviços de telecomunicações de valor acrescentado no âmbito do exercício das atividades referidas, sendo esta atividade anteriormente desempenhada pela Agência Lusa de Informação - C.I.P.R.L., tendo a Empresa adquirido o estabelecimento comercial da referida cooperativa.

As demonstrações financeiras anexas, reportadas ao exercício económico de 12 meses, terminado em 31 de dezembro de 2018, são apresentadas em base individual.

A Empresa integra nas suas demonstrações financeiras as demonstrações financeiras da Lusa Brasil, apesar das operações da Empresa no Brasil se desenvolverem através de uma entidade que assume a forma jurídica de sociedade comercial, sob a denominação Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. ("Lusa Brasil") e formalmente independente da Empresa. No entendimento desta, aquela entidade na substância, corresponde efetivamente a uma delegação, que opera de forma similar às restantes delegações da Empresa, apenas tendo sido autonomizada juridicamente para cumprir com os requisitos específicos da legislação Brasileira, razão pela qual se justifica a inclusão das demonstrações financeiras da mesma nas demonstrações financeira da Empresa. Durante o ano de 2018 continuou a ser executado o processo de encerramento da sucursal no Brasil e, à semelhança do ano anterior, não foi desenvolvida qualquer atividade operacional.

A 21 de março de 2018 foram aprovadas as contas da Lusa relativas ao exercício de 2017 com a ênfase constante da Certificação Legal de Contas, emitida a 9 de fevereiro de 2018. O Conselho de Administração durante o ano de 2018, continuou a envidar todos os esforços para clarificar a situação decorrente do cálculo do ajustamento à indemnização compensatória, omissa na Declaração de Compromisso assinada em 30 de dezembro 2016.

A 1 de janeiro de 2017 foi celebrado o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público entre o Estado Português e a Lusa S.A. para o triénio 2017/19, tendo o mesmo sido visado pelo Tribunal de Contas a 13 de julho de 2017.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) na sua reunião de 18 de fevereiro de 2019, sendo esta a data relevante para efeitos da autorização para divulgação das mesmas, embora tal divulgação dependa da sua aprovação pelos Acionistas, os quais podem determinar eventuais alterações, em sede de Assembleia Geral. Uma vez que as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018 foram rececionadas após essa aprovação, foi realizada nova reunião do CA, em 13 de março, para aprovação do documento final.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas com base no Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) e respetivas Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI).

A adoção das NCRF ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do anterior referencial contabilístico (POC) para este normativo foi fixada em 1 de janeiro de 2009, de acordo com o disposto na NCRF 3 - Adoção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram expressamente derrogadas disposições do SNC que sejam suscetíveis de afetar materialmente a imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, resultados e fluxos de caixa da Empresa.

2.3. Conteúdos não comparáveis com períodos anteriores

Não aplicável.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Tendo em atenção o normativo definido no SNC, designadamente nas várias NCRF e Interpretações publicadas, apresentam-se de seguida as principais políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos ativos e passivos da Empresa.

3.1.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas, exceto no que se refere aos imóveis da Lusa, em que na sua mensuração é adotado o método da revalorização.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes (linha reta), de acordo com as taxas máximas legalmente fixadas no DR 25/2009, de 14 de setembro, alterado pelo DR 4/2015, de 22 de abril e respetivas vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	20 - 50
Equipamento básico	3 - 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 8

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2000, a Empresa efetuou uma reavaliação livre das frações detidas àquela data no "Edifício Lusa", registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado.

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis, tendo em vista a adequação do seu valor ao valor de mercado. As avaliações foram efetuadas por avaliadores independentes e o seu resultado encontra-se refletido na Nota 8.

No exercício de 2016 e de 2018, foram efetuadas avaliações de todos os imóveis da Empresa, mas que não foram refletidas contabilisticamente.

3.1.2. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem projetos de desenvolvimento, estão registados ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, estando totalmente amortizados.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão mensurados ao custo de aquisição deduzido de imparidades, quando existentes.

3.1.4. Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como:

- Locação financeira, se através deles forem transferidos para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à posse; e
- Locação operacional, se através deles não forem transferidos para a Empresa todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira - através dos quais são transferidas para a Empresa todas as vantagens e riscos inerentes à sua posse - bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros são incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

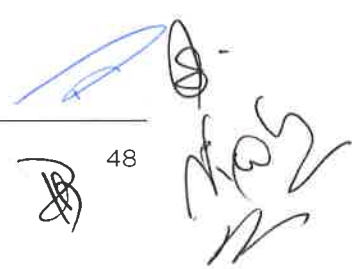
3.1.5. Instrumentos financeiros

3.1.5.1. Clientes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

3.1.5.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, vencíveis a menos de 3 meses e imediatamente mobilizáveis.



3.1.5.3. Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal. Não existem situações em que a eventual aplicação do método do custo amortizado conduzisse a diferenças de mensuração materialmente relevantes.

Os empréstimos com vencimento inferior a 1 ano são classificados como passivos correntes, sendo os restantes classificados como passivos não correntes.

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício, de acordo com o princípio do acréscimo.

3.1.5.4. Fornecedores e dívidas a pagar

As dívidas a pagar fornecedores e outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal.

3.1.6. Imparidades sobre dívidas a receber

Foram constituídas imparidades relativas em dívidas a receber de clientes e de outros devedores, de acordo com a expectativa de perdas a incorrer na sua cobrança, não só tendo em consideração o critério fiscal, mas essencialmente o critério económico (Nota 17.1.).

3.1.7. Especialização dos exercícios

Os réditos e gastos são reconhecidos no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos gerados são registadas nas rubricas de "devedores e credores por acréscimos" e "diferimentos".

3.1.8. Subsídios

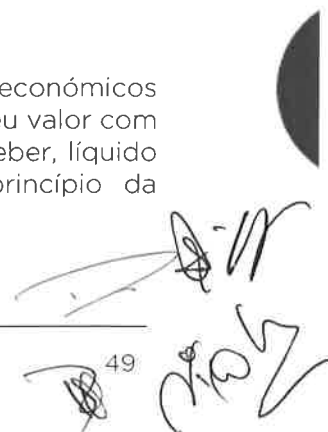
Os subsídios do Governo são reconhecidos pela Empresa nas suas demonstrações financeiras apenas no momento em que são recebidos ou quando existe razoável certeza de que a Empresa cumprirá as condições a eles associados, tendo em atenção as disposições previstas na NCRF 22 - Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação dos Apoios do Governo.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em resultados de forma sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

Os subsídios ao investimento, quando ocorrem, são inicialmente registados em capitais próprios, sendo subsequentemente transferidos para resultados durante a vida útil do respetivo ativo subsidiado.

3.1.9. Rédito

O rédito apenas é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos inerentes à transação fruam para a Empresa e quando é possível apurar o seu valor com fiabilidade, sendo registado pelo justo valor dos ativos recebidos ou a receber, líquido de descontos e de devoluções expectáveis, tendo em atenção o princípio da especialização.



A Empresa regista os montantes que lhe são atribuídos, para fazer face aos custos que incorre com serviços de interesse público, relacionados com o Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Lusa, na rubrica de "Prestações de serviços" do exercício a que dizem respeito, de acordo com a especialização dos exercícios.

3.1.10. Imposto sobre o rendimento, incluindo impostos diferidos

O imposto do rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e por imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 25.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se esperam estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem sido preenchidas as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

3.1.11. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os efeitos decorrentes de alterações em taxas de câmbio são tratados de acordo com o disposto na NCRF 23.

Neste sentido, as transações em moeda estrangeira são registadas no momento do reconhecimento inicial na moeda funcional (Euro), pela aplicação à quantia da moeda estrangeira da taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes nas datas de cobrança, pagamento ou à data do balanço, são registadas em resultados do período em que ocorrem.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para Euros das demonstrações financeiras das delegações, expressas em moeda estrangeira foram incluídas na demonstração dos resultados nas rubricas de resultados operacionais. A conversão daquelas demonstrações financeiras é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio: i) taxa de câmbio vigente à data do balanço para converter todos os ativos e passivos monetários, ii) taxa de câmbio média do exercício para converter as rubricas da demonstração dos resultados e iii) taxa de câmbio histórica para converter os ativos e passivos não monetários e as rubricas de capital próprio.

Os valores constantes das demonstrações financeiras da Delegação do Brasil, expressos em Reais, foram convertidos para Euros com base na aplicação do método da taxa histórica. Assim, e com base nesse método, as taxas de câmbio (Real/Euro) utilizadas foram as seguintes:

Taxas históricas	2018	2017
Janeiro	0,2551	0,2982
Fevereiro	0,2493	0,3048
Março	0,2472	0,2959
Abril	0,2394	0,2880
Maio	0,2333	0,2741
Junho	0,2271	0,2660
Julho	0,2235	0,2720
Agosto	0,2208	0,2673
Setembro	0,2083	0,2657
Outubro	0,2314	0,2627
Novembro	0,2327	0,2586
Dezembro	0,2260	0,2565
Taxa de fecho	0,2250	0,2517
Taxa média do ano	0,2329	0,2774

3.1.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando e somente quando, a Empresa teme uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um acontecimento passado em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões existentes respeitam a processos em curso, cujos montantes foram determinados com base na estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade, a impostos (cf. Nota 17.3.) e a provisões com pré-reformas.

3.1.13. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no Anexo quando é expectável a existência de um benefício económico futuro.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre situações que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Não aplicável.

3.3. Juízos de valor na aplicação das políticas contabilísticas

Não aplicável.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamentos no período contabilístico seguinte

Não aplicável.

4. Fluxos de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa evidenciados em balanço não estão afetados por quaisquer condicionantes suscetíveis de afetar a sua utilização futura.

O detalhe dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

Natureza	2018	2017
Depósitos à ordem	4.279.057	3.656.531
Caixa (dinheiro em caixa)	5.146	5.053
Depósitos a prazo	8.665	2.072
Total de caixa e seus equivalentes	4.292.869	3.663.656

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, estimativas nem foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), à taxa normal. Deste modo, aplica-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama municipal. No caso do lucro tributável apurado, ser superior a €1,5 milhões, há lugar à aplicação da derrama estadual de 3% sobre o valor excedente do lucro tributável.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado, sendo as mesmas elevadas em 10 pontos percentuais sempre que a Empresa apresente prejuízo fiscal.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos¹ após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 2016, a Empresa utilizou o prejuízo fiscal relativo ao exercício de 2013, no montante de €162.593 e o prejuízo fiscal de 2014, no montante de €69.431.

Desde 1 de janeiro de 2004 a Empresa deixou de aplicar o regime previsto no Artigo 23.º do Código do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (CIVA), pelo facto do valor do contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado com o Estado ter passado a estar sujeito a IVA à taxa normal.

¹ O período de reporte de doze anos aplica-se aos prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2014 a 2016, nos exercícios de 2012 e 2013 o período de reporte era cinco anos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

Ações de inspeção

i) Durante o exercício de 2015, a Empresa foi objeto de uma ação de inspeção por parte da Autoridade Tributária (AT) relativa às declarações de IRC respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo sido notificada a pagar €910.727, incluindo juros e coimas, conforme seguidamente discriminado:

Descrição	2011	2012	Total
Capital	87.140	731.895	819.035
Juros :			
Compensatórios	11.726	78.678	90.404
Mora	89	824	913
Coimas	188	188	376
Total	99.143	811.585	910.728

Relativamente à declaração de IRC de 2011, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento do Arquivo de Imagem e a provisão constituída para o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002, que se encontra em fase de recurso.

Analisada a fundamentação apresentada no Projeto de Relatório de Inspeção Tributária, a Empresa entendeu não contestar a decisão relativa à provisão, mas discordou da mesma quanto ao desreconhecimento do Arquivo Imagem.

No que respeita à declaração de IRC de 2012, a AT não aceitou como custo fiscal o desreconhecimento de ativos relativos a dívidas reclamadas judicialmente ao Estado e a anulação de faturação a entidades institucionais. Neste caso, a Empresa entendeu não contestar a decisão da AT.

Assim, a Empresa deu conhecimento do seu entendimento à AT e, simultaneamente, entregou as declarações de substituição respeitantes aos exercícios de 2011 e 2012, tendo em dezembro de 2015 pago o imposto devido. Em 2016, quando notificada a Empresa pagou os correspondentes juros, dos quais foi constituída provisão para acautelar o risco associado (cf. Nota 17.3.) no Balanço a 31 de dezembro de 2015.

No decurso de 2016, a Empresa recebeu o Relatório de Inspeção Tributária que manteve as conclusões do Projeto de Relatório e foi notificada para pagar capital e juros relativos ao desreconhecimento do Arquivo Imagem, no montante de €706.850. A diferença entre o valor da provisão (€708.037) e o valor da notificação da AT, no montante de €1.187, resulta do facto de não ter sido possível conciliar o valor da AT.

Em agosto de 2016, e apesar de ter pago à AT o montante relativo a este processo, tendo revertido na totalidade a provisão constituída no exercício anterior, a Empresa apresentou contestação ao mesmo. Idêntica ação foi utilizada pela Empresa, tendo contestado também o processo de desreconhecimento de ativos relativos a dívidas ao Estado.

No final de agosto de 2017 foi recebida a decisão final da AT tendo sido proferido o indeferimento à reclamação graciosa apresentada pela Lusa no ano de 2016. Perante este despacho o Conselho de Administração decidiu não impugnar judicialmente nem recorrer hierarquicamente à AT desta decisão.

ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2003, a Empresa foi notificada pela Administração Fiscal a pagar, aproximadamente, €2,6 milhões (excluindo juros e coimas), em resultado de revisões efetuadas em sede de IVA a determinadas transações ocorridas nos exercícios de 2001 e 2002. A Empresa, suportada no parecer dos seus advogados, recorreu daquelas notificações, por considerar que as mesmas não têm fundamento. Na data de preparação destas demonstrações financeiras, o processo de impugnação judicial do IVA de 2001 e 2002 encontra-se em fase de recurso, após o Tribunal Tributário de Lisboa, em julho de 2011, ter julgado improcedente a ação da Lusa. Para acautelar esta contingência, foi constituída uma provisão em dezembro de 2011.

Em 15 de dezembro de 2016, a Empresa aderiu ao Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado, "PERES" na modalidade de pagamento em 36 prestações, aprovado pelo Dec. Lei n.º 67/2016 de 3 de novembro, por forma a regularizar a situação tributária acima descrita. Neste sentido, a provisão que havia sido constituída em 2011 foi revertida. Por outro lado, foi englobado no processo n.º 3271200401017896 o montante total de €3.956.286 dos quais €1.354.896 referem-se a custas, juros de mora e compensatórios, que foram objeto de um benefício de 80% no valor de €1.056.856. No final de 2018 tinham sido pagas já 27 prestações no valor total de €2.668.656, sendo que as 12 prestações pagas em 2018, foram de €1.020.204. O montante em dívida a dezembro de 2018 é de €230.773.

Impostos diferidos

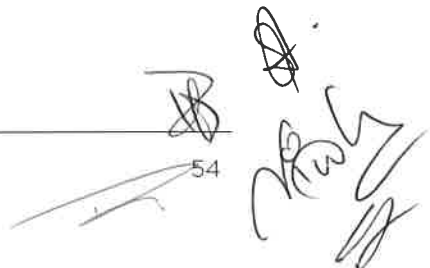
Conforme referido na Nota 3.1.10., o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado de acordo com o preconizado na NCRF 25 - Impostos Sobre o Rendimento. Na mensuração do custo de imposto, além do imposto corrente determinado com base no resultado antes de imposto corrigido de acordo com a legislação fiscal, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre o resultado antes de imposto e o lucro tributável originadas no exercício ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data de balanço.

O montante de imposto, quer corrente, quer diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em reservas, é registado diretamente nestas rubricas não afetando o resultado do exercício.

À data de balanço, os impostos diferidos são atualizados por eventuais alterações na taxa de tributação que se espera estar em vigor à data da sua reversão, bem como por eventuais alterações na legislação fiscal relevante.

Tal como estabelecido na referida NCRF, são reconhecidos ativos por impostos diferidos, sempre que exista razoável segurança de que possam vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro ou quando existam impostos diferidos passivos, cuja reversão seja expectável no mesmo exercício dos impostos diferidos a constituir.

No cálculo dos impostos diferidos não se procedeu ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos associados a imparidades de dívidas a receber, por se considerar que existe o risco de não serem recuperáveis.



a) Reconciliação da taxa de imposto

a) Reconciliação da taxa de imposto

	2018	2017
Resultado antes de impostos	1.609.795	1.040.946
Taxa nominal de imposto (i)	22,5%	22,5%
Débito de imposto esperado	362.204	234.213
Diferenças permanentes (ii)	36.445	39.237
Ajustamentos à colecta (iii)	50.365	46.804
Imposto sobre o rendimento do exercício (b)	449.014	320.253
Imposto corrente (Nota 16)	346.405	161.191
Imposto diferido gerado no exercício	102.609	159.063
	449.014	320.253

(i) A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC, à taxa normal. Deste modo, nos exercícios de 2018 e 2017, aplicou-se a taxa de 21%. O valor do imposto pode ser incrementado até 1,5% sobre o valor do lucro tributável pela aplicação da derrama.

(ii) Este montante tem a seguinte composição:

Multas e outras penalidades	851	7.013
Imposto complementar em Macau	-	1.557
Provisões líquidas	(356.001)	(440.166)
Outras correções, líquidas	517.129	605.981
	161.979	174.385
Taxa nominal de imposto	22,5%	22,5%
	36.445	39.237

(iii) Este montante representa a parcela de imposto relativa à tributação autónoma de certas despesas da Empresa, nos termos da legislação fiscal em vigor.

b) Movimento dos impostos diferidos

2018	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos ativos (Nota 11):				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-
Imparidades não aceites fiscalmente	-	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	102.795	-	(102.795)	-
	102.795	-	(102.795)	-
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	65.264	-	(186)	65.078
Ajustamento de prestação de serviços	-	-	-	-
	65.264	-	(186)	65.078

(i) à taxa de imposto de 22,5%

2017	Saldo inicial	Ajustamentos	Constituição/ Reversão	Saldo final
Impostos diferidos ativos (Nota 11):				
Prejuízos fiscais reportáveis	-	-	-	-
Imparidades não aceites fiscalmente	-	-	-	-
Provisões não aceites fiscalmente	264.075	-	(161.279)	102.795
	264.075	-	(161.279)	102.795
Impostos diferidos passivos (i) (Nota 16):				
Excedentes de revalorização	67.480	-	(2.217)	65.264
Ajustamento de prestação de serviços	-	-	-	-
	67.480	-	(2.217)	65.264

(i) à taxa de imposto de 22,5%

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não ocorreram movimentos nos ativos intangíveis, nem nas respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os ativos intangíveis constituídos por projetos de desenvolvimento no montante de €633.758 encontram-se totalmente amortizados.

8. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

31 de dezembro de 2018	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.493.641	7.516.395	2.872.894	190.200	398.323	2.912.049	85.057	15.468.560
Aquisições	-	29.909	223.906	40.000	32.481	89.294	381.646	797.236
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	99.773	19.477	-	2.942	24.253	(146.444)	-
Abates	-	(32.489)	(1.485)	-	(1.834)	(11.136)	-	(46.943)
Alienações	-	-	-	(26.748)	-	-	-	(26.748)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.493.641	7.613.589	3.114.792	203.452	431.912	3.014.460	320.258	16.192.105
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(2.724.046)	(2.409.096)	(113.842)	(395.313)	(2.799.486)	-	(8.441.783)
Reforços	-	(157.780)	(158.369)	(39.180)	(23.447)	(56.302)	-	(435.078)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por alien., transf. e abates	-	10.647	1.485	26.748	1.834	11.136	-	51.849
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	(2.871.179)	(2.565.980)	(126.274)	(416.927)	(2.844.652)	-	(8.825.012)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2018	1.493.641	4.742.410	548.812	77.178	14.985	169.808	320.258	7.367.093

No decurso do ano de 2018, efetuou-se o abate de bens descontinuados que faziam parte principalmente do edifício da Empresa. O valor líquido contabilístico de €21.842 refere-se à substituição de cablagem nos pisos da Sede, bens esses não totalmente amortizados, à data do abate.

Em 2018, o aumento na rubrica de "Equipamento básico" resultou, sobretudo, da aquisição de equipamento informático, equipamento audiovisual e do desenvolvimento do sistema de automação de processos. O aumento na rubrica de "Edifícios e outras construções" resultou das melhorias gerais realizadas nas infraestruturas do edifício. O aumento na rubrica "Equipamento Administrativo" justifica-se pela aquisição de diverso material de escritório, com destaque para cadeiras e mesas. O aumento na rubrica "Equipamento de transporte" justifica-se pela aquisição de uma viatura para a delegação de Luanda.

Por último, de referir que o valor registado em "Outros Ativos Fixos Tangíveis" respeita maioritariamente a equipamento multimédia, ao novo portal da Lusa e a melhorias do sistema Luna.

O valor da rubrica "ativos fixos tangíveis em curso" refere-se essencialmente às obras de reabilitação do edifício, ao desenvolvimento do web-site "Fake news", ao desenvolvimento da TV corporativa, equipamento informático bem como ao desenvolvimento do prontuário ortográfico.

31 de dezembro de 2017	Terrenos e Recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.493.641	7.471.524	4.242.594	190.200	397.592	2.817.105	73.440	16.686.096
Aquisições	-	36.928	128.738	-	19.216	21.166	261.237	467.286
Revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	7.943	159.855	-	-	81.823	(249.621)	-
Abates	-	-	(1.658.293)	-	-	(8.045)	-	(1.666.338)
Alienações	-	-	-	-	(18.485)	-	-	(18.485)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.493.641	7.516.395	2.872.894	190.200	398.323	2.912.049	85.057	15.468.560
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(2.574.927)	(3.964.507)	(74.451)	(396.815)	(2.793.896)	-	(9.804.595)
Reforços	-	(149.119)	(102.839)	(39.391)	(16.983)	(13.635)	-	(321.967)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por revalorizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações por alien., transf. e abates	-	-	1.658.250	-	18.485	8.045	-	1.684.779
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(2.724.046)	(2.409.096)	(113.842)	(395.313)	(2.799.486)	-	(8.441.783)
Valor líquido em 31 de dezembro de 2017	1.493.641	4.792.348	463.799	76.359	3.010	112.564	85.057	7.026.777

A Lusa adota o método da revalorização na mensuração dos imóveis que compõem o ativo fixo tangível, abaixo discriminados:

- Em Portugal: “Edifício Lusa”, em Lisboa, correspondente à sede da Empresa, sito na R. Dr. João Couto, Lote C, Lisboa, constituído por 10 frações (A, B, C, D, E, F, G, H, I, J), distribuídas por 9 andares;
- Em Macau - Fração A2 do edifício sito na Avenida da República, 72/72A (em Macau os terrenos são da propriedade do Governo da Região Administrativa Especial de Macau);
- Em Díli - Edifício em terreno arrendado (não propriedade da Lusa) na Avenida de Portugal, Díli, em Timor-Leste.

“Edifício Lusa” em Lisboa

Em 2000 foram fixados os primeiros montantes revalorizados para o “Edifício Lusa”, em Lisboa.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao “Edifício Lusa”, em Lisboa, eram os seguintes:

Custo aquisição do terreno	Custo aquisição do edifício	Total custo aquisição
1.445.059,24	6.662.331,49	8.107.390,73

Reavaliação terreno ano 2000	Reavaliação edifício ano 2000	Valor terreno após reavaliação	Valor bruto edifício após reavaliação	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor líquido Contabilístico 31.12.2012
219.698,02	831.369,39	1.664.757,26	7.493.700,88	1.989.985,82	7.168.472,32

No exercício de 2013, procedeu-se a uma revisão dos valores dos imóveis.

Com base em relatório de avaliação do “Edifício Lusa”, em Lisboa, realizado por avaliador independente, procedeu-se a uma nova revalorização, na circunstância, com diminuição do valor, tendo sido adotados os seguintes procedimentos:

- O novo valor, de €6.566.175, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- A repartição do novo valor resultante da avaliação foi dividido numa parcela relativa ao terreno e noutra respeitante ao edifício, tendo sido adotada, na repartição, as taxas que refletiam a divisão em 31 de dezembro de 2012 do valor do imóvel, líquido de depreciações do edifício, sem a consideração de qualquer prévia revalorização: 22,75% para o terreno e 77,25% para a edificação (valor atribuído contabilisticamente aquando da aquisição e valor de obras subsequentes registadas como ativo fixo tangível, líquidos de depreciações acumuladas, procurando, deste modo, albergar o natural decréscimo do valor do edifício, pela passagem do tempo);
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel "Edifício Lusa", em Lisboa, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor do terreno	Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
1.493.641,23	6.956.824,11	1.884.290,34	6.566.175,00	143.817,26	6.422.357,74

Estas alterações implicaram que a reserva de revalorização não realizada tenha passado para €211.165 (a reserva de revalorização no termo de 2012 era de €815.868, incluindo uma parte realizada de €235.199) e o passivo por impostos diferidos tenha ficado em €39.641 (€163.868 no termo de 2012).

As rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções" englobam as frações do "Edifício Lusa" que foram cedidas a título definitivo pelo Estado Português pelo montante global de €2.982.811, de acordo com o Auto de Cessão da Direção-Geral do Património, de 25 de novembro de 1997, e de acordo com a Portaria n.º 995/97, de 26 de novembro.

De acordo com a legislação supra referida, e nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70 de 13 de março, se aos bens cedidos não for dado o destino que justificou a cessão, ou se o cessionário culposamente deixar de cumprir qualquer condição ou encargo, o Secretário de Estado do Tesouro pode, ouvido o cessionário, ordenar a reversão dos bens cedidos, para o domínio do Estado, não tendo o cessionário direito, salvo caso de força maior, à restituição de importâncias pagas ou à indemnização por benfeitorias realizadas, sendo que o direito de reversão só pode ser exercido dentro de um ano, a contar do conhecimento oficial do facto que lhe deu causa.

Em 2018, conforme referido em 3.1.1, foram efetuadas avaliações por entidades independentes, para todos os imóveis da Empresa.

Relativamente ao "Edifício Lusa", em Lisboa, apesar do valor ser superior ao registado contabilisticamente em cerca de 900 mil euros, optou-se por não se refletir contabilisticamente a referida valorização, por uma questão de prudência. Na base desta decisão esteve, por um lado, o facto de não se considerar que o valor seja sustentável a médio prazo e, por outro, o que foi referido no respetivo relatório de avaliação.

Com efeito, na avaliação do imóvel considerou-se que: "não existem quaisquer constrangimentos à livre transação em mercado imobiliário aberto entre um comprador e um vendedor potenciais, não tendo ambos, limitações ou constrangimentos que derivem de interesses específicos no imóvel, estatutos jurídicos condicionantes ou limitativos.". Atendendo ao auto de cessão da Direção Geral do Património de 25 de novembro de 1997, bem como ao facto de metade das frações do imóvel estarem oneradas e condicionadas, considerou-se prudente não alterar o valor registado.

Durante 2019 irá ser solicitado esclarecimento ao Secretário de Estado do Tesouro sobre o respetivo ónus, bem como uma análise mais detalhada da respetiva condicionante sobre o impacto no valor do imóvel. Como garantia do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do Banco Popular Portugal, S.A. (Nota 13.), a Empresa tinha constituído hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do "Edifício Lusa", em Lisboa.

Em 2016, as mesmas foram canceladas na Conservatória do Registo Predial, de acordo com autorização de cancelamento do Banco Popular de novembro 2015, as hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", e "F" ficando apenas ativa hipoteca sobre a fração "E". Esta hipoteca foi cancelada na Conservatória do Registo Predial em janeiro de 2019 após autorização de cancelamento do banco Santander/Popular em 2018.

Edifício em Macau

O valor do imóvel de Macau foi inicialmente registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Dado os indícios de sustentada subida do seu valor, procedeu-se também a uma avaliação deste imóvel por avaliador independente.

De referir que o terreno era propriedade Governo da Região Administrativa Especial de Macau, não se traduzindo em qualquer encargo para a Lusa.

Aquando da aquisição do imóvel, considerou-se que 25% do valor do mesmo dizia respeito ao terreno. Atendendo a que o valor do imóvel corresponde apenas ao valor da edificação, procedeu-se posteriormente à correspondente reclassificação da rubrica "Terrenos" para a rubrica "Edifícios e Outras Construções", tendo-se reajustado as correspondentes depreciações acumuladas, por contrapartida de resultados transitados.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao imóvel de Macau eram os seguintes:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
01-01-1998	521.625,62	521.625,62	156.487,69	365.137,93

Os procedimentos de registo da revalorização foram idênticos aos descritos para o imóvel "Edifício Lusa", ou seja:

- O novo valor, de €1.598.918, conversão do montante de 17.500.000 MOP à taxa de final do ano de 2013, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, assim, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel de Macau, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
2.284.168,88	685.250,66	1.598.918,22	45.683,38	1.553.234,84

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €1.198.529 e um passivo por impostos diferidos de €423.187.

Em 2015 o imóvel em Macau foi alienado por €1.824.286 (HKD 15.500.000), tendo gerado uma mais-valia contabilística de €354.804.

Edifício em Díli

O valor do edifício de Díli foi inicialmente, igualmente, registado ao custo histórico, líquido de depreciações. Procedeu-se, também, a uma avaliação por avaliador independente, da qual resultou um aumento do montante contabilístico.

Deve referir-se que, em Díli, a propriedade do terreno não é da Lusa, pagando esta uma renda pela sua ocupação mediante a edificação.

Em 31 de dezembro de 2012 os valores relativos ao imóvel de Díli eram os seguintes:

Ano aquisição	Valor do edifício	Total bruto 31.12.2012	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2012
31-12-2002	295.429,07	295.429,07	59.578,18	235.850,89

Os procedimentos de registo da revalorização foram os seguintes:

- O valor da avaliação foi de €496.778, conversão do montante de 680.785 USD à taxa de final do ano de 2013;
- Àquele valor atribuído ao imóvel foi, todavia, efetuada uma dedução, de €124.343, para, prudentemente, acautelar a hipótese de o valor da avaliação poder conter total ou parcialmente o valor do terreno, sendo aquele montante o valor atual das rendas futuras, em perpetuidade, tendo por base uma taxa de atualização de 10%;
- Obteve-se, assim, um valor de €372.435 para o edifício;
- O valor do edifício assim obtido, foi imputado, por motivo de prudência, ao momento imediatamente anterior ao do cálculo da depreciação do exercício de 2013;
- O gasto de depreciação do exercício de 2013 foi, como nos outros casos, determinado com base no novo valor resultante daquela avaliação;
- As depreciações anuais de 2013 e anos seguintes corresponderam à distribuição do valor líquido do edifício nos moldes em que vinha sendo efetuada, em função, pois, da vida útil remanescente, mantendo o período de vida útil total inalterado.

Neste contexto, resultou a seguinte expressão contabilística do imóvel de Díli, em 31 de dezembro de 2013:

Novo valor bruto do edifício	Amortizações Acumuladas 31.12.2012	Valor Líquido Contabilístico antes AE 2013	AE 2013	Valor Líquido Contabilístico 31.12.2013
466.515,73	94.080,67	372.435,06	9.330,31	363.104,74

Estas alterações implicaram a constituição de reserva de revalorização não realizada de €133.162 e um passivo por impostos diferidos de €41.078.

Em 2018, conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes para todos os imóveis da Empresa. Relativamente ao Edifício em Dili considerou-se que o valor apurado não é materialmente diferente do valor registado contabilisticamente, pelo que se optou por não refletir contabilisticamente qualquer valorização.

Valorização comparativa dos imóveis

Em 31 de dezembro de 2013, os valores respeitantes aos imóveis tinham a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	6.956.824	2.028.108	4.928.716	6.422.357	211.165	39.641
Macau	-	2.284.169	730.934	1.553.235	1.553.235	1.198.529	423.187
Dili	-	466.516	103.411	363.105	363.105	133.162	41.078
Totais	1.493.641	9.707.509	2.862.453	6.845.056	8.338.697	1.542.856	503.906

Em 31 de dezembro de 2014, os valores respeitantes aos imóveis tinham a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	6.956.824	2.165.938	4.790.886	6.284.527	204.735	34.959
Macau	-	2.284.169	776.617	1.507.551	1.507.551	1.163.279	380.709
Dili	-	466.516	112.741	353.774	353.774	129.741	36.955
Totais	1.493.641	9.707.509	3.055.297	6.652.212	8.145.853	1.497.754	452.623

Em 31 de dezembro de 2015, os valores respeitantes aos imóveis tinham a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.005.008	2.304.732	4.700.277	6.193.918	198.306	33.512
Dili	-	466.516	122.072	344.444	344.444	126.319	36.185
Totais	1.493.641	7.471.524	2.426.803	5.044.721	6.538.362	324.625	69.697

Em 31 de dezembro de 2016, os valores respeitantes aos imóveis tinham a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.005.008	2.443.526	4.561.482	6.055.124	191.876	32.065
Dili	-	466.516	131.402	335.114	335.114	122.897	35.415
Totais	1.493.641	7.471.524	2.574.928	4.896.596	6.390.237	314.773	67.480

Conforme referido em 3.1.1 foram efetuadas avaliações por entidades independentes em 2016 para todos os imóveis da Empresa, de que resultaram avaliações de €6,1 milhões e €756 mil, respetivamente, mas que não foram refletidas contabilisticamente.

No que respeita ao Edifício de Dili, atendendo à existência de um novo contrato de arrendamento com um valor de renda significativamente inferior ao anterior e à obrigatoriedade da presença da Lusa de acordo com o contrato de serviço público do triénio 2017/19, optou-se por manter a valorização do mesmo nos anos subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.049.879	2.583.314	4.466.565	5.960.206	185.446	30.619
Dili	-	466.516	140.732	325.783	325.783	119.476	34.645
Totais	1.493.641	7.516.395	2.724.046	4.792.348	6.285.990	304.922	65.264

Em 31 de dezembro de 2018, os valores respeitantes aos imóveis têm a seguinte decomposição:

Locais	Terrenos	Edifícios Valor bruto	Amortizações acumuladas	Edifícios Valor líquido	Valor de balanço	Reserva Revaloriz.	Imposto Diferido
Lisboa	1.493.641	7.136.675	2.720.857	4.415.818	5.909.459	188.043	31.203
Dili	-	466.516	150.063	316.453	316.453	116.054	33.875
Maputo (a)	-	10398,94	259,89	10.139	10.139	-	-
Totais	1.493.641	7.613.589	2.871.179	4.742.410	6.236.051	304.097	65.078

(a) Obras de benfeitorias na delegação de Maputo

9. Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são mensurados ao custo de aquisição e, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram registados os seguintes movimentos:

Investimentos financeiros	2018	2017
EPA - European Pressphoto Agency	105.000	105.000
IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais	10.000	10.000
FCT - Fundo de Compensação do trabalho	8.028	5.097
Total	123.028	120.097

EPA – European Pressphoto Agency - entidade criada para a prestação de serviços de fotografia e imagem. A participação da Lusa refere-se a sete ações, no valor nominal de €15 mil cada, que representam 1,37% do respetivo capital social e encontra-se contabilizada ao custo de aquisição, deduzida da perda por imparidade constituída no ano de 2015 (cf. Nota 17.1.). De realçar que durante o ano 2014 houve uma redução do valor unitário da ação, conforme minutas da Assembleia Geral da EPA realizada a 31 de julho de 2014. Em 2014, o valor nominal de cada ação era de €20 mil, representando 1,89% do respetivo capital social.

IPPS - Instituto para as Políticas Públicas e Sociais - entidade que tem por objeto a produção, transmissão e transferência de conhecimento científico e técnico que proporcione valor económico, social e cultural à sociedade, de modo a contribuir para a promoção de uma elevada qualidade na conceção, avaliação, regulação, supervisão e concretização das políticas públicas e de intervenção social, tendo em vista o bem-estar das populações, bem como na gestão e desenvolvimento das instituições públicas e das organizações não-governamentais. A Lusa detém uma unidade de participação do capital da entidade, no montante de €10 mil.

O valor do fundo de compensação do trabalho visa garantir ao trabalhador uma parte das compensações (até 50%) a que ele tem direito em caso de cessação do contrato de trabalho, a todos os contratos celebrados após 1 de outubro de 2013, que no caso da Lusa correspondiam a 22 e 16 trabalhadores em 2018 e 2017, respetivamente.

10. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	Valor bruto	2018 Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável	Valor bruto	2017 Perdas de imparidade acumuladas	Valor realizável
Clientes c/c	804.402	-	804.402	686.837	-	686.837
Clientes - cobrança duvidosa	863.424	(863.424)	-	1.118.527	(1.118.527)	-
	1.667.826	(863.424)	804.402	1.805.364	(1.118.527)	686.837

O montante das perdas por imparidade acumuladas está detalhado na Nota 17.1.

11. Outros ativos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2018	2017
Outros ativos não correntes:		
Ativos por impostos diferidos (Nota 6)	-	102.795
Outros ativos correntes:		
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (a)	164.694	69.283
IVA	2.271	1.963
Adiantamentos a fornecedores	-	1.000
Pessoal	17.216	10.711
Devedores por acréscimos de rendimentos	13.163	-
Outros devedores diversos	124.224	177.055
Gastos a reconhecer	240.799	200.898
	562.367	564.705

(a) O montante de IRC tem a seguinte composição:

Pagamentos especiais por conta	46.424	46.424
Pagamentos por conta	87.180	-
Retenções na fonte	31.090	9.967
Imposto a recuperar	-	12.892
	164.694	69.283

12. Capital próprio

Composição do Capital

Em 31 de dezembro de 2018 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 2.130.000 ações com o valor nominal de €2,5 cada.

Identificação de pessoas coletivas com mais de 20% do capital

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 20% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2018:

NOME	%	MONTANTE
DIREÇÃO GERAL DO TESOURO E FINANÇAS	50,14	2.670.000
GLOBAL MEDIA GROUP	23,36	1.243.550
IMPRESA - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS	22,35	1.190.160

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso da liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis

No decurso do exercício de 2013, a Empresa efetuou uma reavaliação livre aos imóveis da Lusa, registadas nas rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções", com base em avaliações do seu valor de mercado, de que resultou um saldo em 31 de dezembro de 2013 de excedente de revalorização de €1.542.857.

Desde o exercício de 2015 que o excedente de revalorização evidencia uma diminuição significativa face ao ano de 2013, em resultado da alienação do imóvel de Macau em 2015. O montante do excedente de revalorização apresentado em 2018 ascendeu a €239.018.

Resultados transitados

As variações registadas no Capital Próprio em 2018, encontram-se detalhadas nas Demonstrações das Alterações no Capital Próprio, no capítulo IV - Demonstrações Financeiras.

Aplicações de resultados

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 21 de março de 2018 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €720.693, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2017, fosse transferido para Reservas o montante de €36.035 e €684.658 para a rubrica de Resultados Transitados.

Na reunião de Assembleia Geral realizada a 27 de março de 2017 foi deliberado que o resultado líquido positivo de €2.134.544, referente ao exercício económico findo em 31 de dezembro 2016, fosse transferido para Reservas o montante de €106.727 e €2.027.817 para a rubrica de Resultados Transitados.

13. Empréstimos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existem valores em dívida com instituições de crédito.

Em março de 2017, a Lusa cancelou com o Banco BPI, S.A. a conta corrente caucionada n.º 8040 371-035-001-0575 com o montante de €3,5 milhões.

Como garantia do integral cumprimento do empréstimo contraído junto do Banco Santander (antigo Banco Popular Portugal, S.A.), a Empresa tinha constituído hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", "E" e "F" do edifício sede da Empresa. Em 2016 foram canceladas na Conservatória do Registo Predial, de acordo com autorização de cancelamento do banco de novembro 2015, as hipotecas das frações autónomas "B", "C", "D", e "F" ficando apenas ativa hipoteca sobre a fração "E". Esta hipoteca foi cancelada na Conservatória do Registo Predial em janeiro de 2019 após autorização do banco em 2018.

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2018	2017
Fornecedores	346.081	261.550
Fornecedores de investimentos	359.993	187.605
	706.074	449.155

15. Locações financeiras e Locações operacionais

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não mantinha contas a pagar relativas a contratos de locação financeira.

Em 31 de dezembro de 2018 os contratos de locações operacionais, respeitantes a viaturas ao serviço da Empresa, têm o seguinte detalhe:

Contrato nº	Matrícula	Prestador de Serviço	Valor do Contrato	Dívida a 31-12-2018	Data de Início	Data de Fim	Dívida a 31-12-2017
2014357068	77-PP-61	ARVAL SERVICE LEASE, S	35.100,00	1.610,22	19-03-2015	18-03-2019	8.051,10
2014357067	61-PQ-32	ARVAL SERVICE LEASE, S	33.800,01	1.518,09	30-03-2015	29-03-2019	7.590,45
2014357066	40-PR-36	ARVAL SERVICE LEASE, S	33.800,01	951,88	13-04-2015	12-04-2019	2.040,20
63061	95-PT-38	LOCARENT	19.775,71	-	04-05-2015	03-05-2018	1.555,08
63060	95-PT-39	LOCARENT	19.775,71	-	04-05-2015	03-05-2018	1.555,08
48809	88-PU-08	PARCOURS PORTUGAL, S	17.403,36	-	21-05-2015	20-05-2018	1.755,60
48809	88-PU-09	PARCOURS PORTUGAL, S	17.403,36	-	19-05-2015	18-05-2018	1.755,60
080LLD00635	88-PU-10	PARCOURS PORTUGAL, S	17.403,36	-	12-05-2015	11-05-2018	1.771,50
080LLD00634	88-PU-15	PARCOURS PORTUGAL, S	17.403,36	-	12-05-2015	11-05-2018	1.771,50
5000624	59-TI-83	ALD AUTOMOTIVE	17.124,04	6.412,69	07-08-2017	06-08-2020	10.462,81
5002965	74-TX-35	ALD AUTOMOTIVE	15.557,61	6.918,86	12-12-2017	11-12-2020	10.528,70
5000349	27-TE-78	ALD AUTOMOTIVE	15.557,61	5.715,58	29-07-2017	28-07-2020	9.325,42
5000348	27-TE-79	ALD AUTOMOTIVE	15.557,61	5.715,58	28-07-2017	27-07-2020	9.325,42
4131/1	43-VD-15	LEASEPLAN	13.615,39	13.177,99	17-09-2018	16-09-2021	-
4131/1	43-VD-36	LEASEPLAN	13.615,39	13.177,99	17-09-2018	16-09-2021	-
4131/1	45-VG-67	LEASEPLAN	13.309,01	13.179,06	05-11-2018	04-11-2021	-
4131/1	45-VG-76	LEASEPLAN	13.387,54	13.127,74	10-10-2018	18-10-2021	-
4131/1	82-VO-56	LEASEPLAN	12.323,95	12.210,61	29-11-2018	28-11-2021	-
4131/1	83-VO-60	LEASEPLAN	12.323,95	12.210,61	29-11-2018	28-11-2021	-
			354.237	105.927			67.488

16. Outros passivos não correntes e correntes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tinha o seguinte detalhe:

	2018	2017
Outros passivos não correntes:		
Passivos por impostos diferidos (Nota 6)	65.078	65.264
Estado e outros entes públicos:		
Outras tributações	-	223.530
Outros passivos correntes:		
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC (Nota 6)	346.405	-
Retenção de impostos sobre rendimentos - IRS	163.253	159.723
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	638.749	514.914
Contribuições para a segurança social	193.180	195.135
Outras tributações	231.214	1.027.756
	1.572.802	1.897.528
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	1.383.984	1.335.329
Outros acréscimos de gastos	216.370	191.594
	1.600.355	1.526.923
Pessoal	1.373	4.044
Outros credores diversos:		
Outros credores diversos	147.524	152.353
Contrato com o Estado (Ajustamento da IC conforme n.º5 da cláusula 8.ª)	3.238.258	2.647.670
	3.385.781	2.800.022
Rendimentos a reconhecer	22.083	27.978
	6.647.472	6.545.288

O valor de dívida à AT resultante da adesão ao PERES, do processo do IVA, que irá ser pago em 36 prestações, encontra-se registado em "Outros passivos não correntes - Outras tributações" e "Outros passivos correntes - Outras tributações", apesar de o mesmo se encontrar em litigância (cf. Nota 6).

Na rubrica "Remunerações a liquidar", estão incluídos os valores referentes à estimativa de férias e subsídio de férias que se vencem em 2019 bem como as folgas por gozar à data de 31 de dezembro de 2018.

Na rubrica "Outros credores diversos" está registada a estimativa relativa aos anos de 2018, 2017 e 2016 do ajustamento à indemnização compensatória a devolver ao Estado, no montante de €3.238.258. No ano em análise verificou-se o aumento do saldo em €590.588 referente ao ajustamento da Indemnização Compensatória de 2018, decorrente do contrato celebrado para o triénio 2017/2019.

Em 30 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração da Lusa assinou uma Declaração de Compromisso, conforme proposto pelo Ministério da Cultura, que visou colmatar a inexistência do Contrato de Prestação de Serviço Público para o ano de 2016. A referida declaração contempla a necessidade de aferir o cumprimento do serviço público, no que se refere à produção do número médio de notícias e ao nível de serviço prestado. No entanto, tendo em conta que a mesma não refere especificamente o método de cálculo de custo do serviço público a aplicar, considerou-se que o mesmo deverá ser efetuado com base no Anexo I ao novo Contrato, atendendo à expectativa que existia deste entrar em vigor no triénio 2016-2018. Durante o ano de 2016 foi registado um passivo relativo à devolução da IC, que teria lugar se o contrato estivesse em vigor naquele ano.

No período findo em 31 de dezembro de 2016 na rubrica de Rendimentos a reconhecer foi registado €84 mil que diz respeito ao projeto DNI/Google que se iniciou em setembro de 2016 e cujo término previsto era em novembro 2017, cujo valor total de financiamento

foi de €280 mil, sendo que os restantes €120 mil foram da responsabilidade da Empresa (cf. Nota 20).

Estes rendimentos foram reconhecidos em 2017, juntamente com os outros valores ainda a receber. De referir que o projeto DNI/Google tem como objetivo o desenvolvimento tecnológico de uma plataforma de última geração, dando lugar a um portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA. Este portal oferece a possibilidade de novas formas de acesso aos serviços, novas aplicações e novos pacotes noticiosos, em permanente interligação com as redes sociais. Com a implementação do projeto Portuguese News Hub, a agência começou a diversificar e a ampliar as suas audiências, a multiplicar a produção e circulação de informação digital no mundo da lusofonia, bem como a fornecer os seus serviços de forma mais eficaz e cómoda a clientes atuais e a novos clientes que necessitam de soluções tecnologicamente inovadoras. De referir que no período findo em 31 de dezembro de 2017 já havia sido recebido o montante total de €220.713 (cf. Nota 20) e que em janeiro de 2018 foi recebida a última prestação de € 59.287, totalizando assim o valor de € 280.000 conforme definido contratualmente.

17. Perdas por imparidade, processos judiciais e fiscais em curso e provisões

17.1. Perdas por imparidade de clientes e outros devedores e de investimentos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, realizaram-se os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de perdas por imparidade acumuladas, relativas a clientes e outros devedores:

2018	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dívidas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.118.527)	(18.705)	(1.137.232)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(39.589)	-	(39.589)
Anulação/regularização (b)	294.692	-	294.692
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(863.424)	(18.705)	(882.129)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
Dívidas de clientes	(39.589)	-	(39.589)
Outros devedores	-	-	-
	(39.589)	-	(39.589)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
- Anulação de créditos considerados incobráveis	231.712	-	231.712
- Reversões de imparidades (Nota 22.1.)	62.981	-	62.981
	294.692	-	294.692

2017	Perdas por imparidade em clientes (Nota 10)	Perdas por imparidade em dívidas a receber	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(1.211.553)	(22.678)	(1.234.231)
Reforços (a) (Nota 22.2)	(45.389)	-	(45.389)
Anulação/regularização (b)	138.415	3.973	142.388
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.118.527)	(18.705)	(1.137.232)
(a) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
Dívidas de clientes	(45.389)	-	(45.389)
	(45.389)	-	(45.389)
(b) Esta rubrica tem a seguinte decomposição:			
- Anulação de créditos considerados incobráveis	60.529	495	61.023
- Reversões de imparidades	77.886	3.478	81.364
	138.415	3.973	142.388

Em termos de investimentos (cf. Nota 9.) financeiros não houve registo de alterações durante o ano de 2018 pelo que a situação é a seguinte:

2018	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (a)	(35.000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(35.000)
(a) EPA	

2017	Perdas de imparidade em investimentos financeiros (Nota 9.)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (a)	(35.000)
Constituição	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(35.000)
(a) EPA	

17.2. Processos judiciais

Em 31 de dezembro de 2018 encontram-se a decorrer as seguintes ações:

- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à legalidade das liquidações de imposto e juros compensatórios, respeitante à não sujeição a IVA das contraprestações pagas pelo Estado, pelo serviço público prestado, no valor de €2.754.078 (Processo n.º 3271200401017896 SFLX13). Este processo tem uma garantia inicial associada de €3.710.950 emitida pelo Banco BPI, S.A. e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária. Ao abrigo da adesão ao PERES houve um perdão de juros que se encontra refletido nas contas, pelo que a garantia bancária atualmente é de € 2 094 696,97. A Empresa encontra-se a aguardar decisão final, tendo sido concluída, em 2016, toda a inquirição de testemunhas.
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à impugnação judicial contra o ato de liquidação indevida de IVA devido a cálculo de pró-rata referente ao exercício fiscal de 1992 no valor de €480 492,50, incluindo juros indemnizatórios e compensatórios (Processo n.º 56/2003 TTL). O processo baixou à primeira instância e começou a correr prazo para execução espontânea do julgado, i.e., devolução à LUSA das quantias pagas, acrescido de juros remuneratórios nos termos legais. A AT não cumpriu o prazo para execução espontânea do julgado e, em consequência, deu entrada, em 2017, de uma execução provocada do julgado tendo a AT requerido prazo para proceder ao pagamento da quantia em execução. Durante 2018 a Empresa foi ressarcida no valor de 430.648€ através de 4 cheques emitidos em abril e julho, tendo a Lusa optado pela conclusão do processo dado que o valor remanescente tinha uma baixa probabilidade de sucesso e esforço elevado para a sua obtenção.
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à titularidade de créditos, vencidos e não pagos, no montante global de €3.906.400 (Processo n.º 924/10.7BELSB), e para o qual não houve nenhum desenvolvimento em 2017 e 2018.
- Ação interposta pela Empresa contra o Estado referente à dedutibilidade fiscal de créditos sobre o Estado considerados para efeitos de IRC relativo a 2012 (Processo n.º 924/10.7BELSB e Nota de liquidação 2015 2310451316), no valor de € 872 851,95), e para o qual não houve nenhum desenvolvimento em 2017 e 2018.

Na mesma data, encontram-se a decorrer diversos processos gerais de cobrança em contencioso de devedores da Lusa, dos quais se destacam os seguintes:

Cliente	Tipo Processo	2018	2017
Megafin	Ação Executiva	57.109	80.859
Gráfica Açoreana	Ação Executiva	49.934	74.943
Jornal I	Ação Executiva	60.997	65.378
Jornal Sol	Ação Executiva		63.637
Diário Açores	Ação Executiva	58.156	58.309
S.T.&S.F.	Ação Executiva	53.145	53.145
Masemba	PER	13.234	
Descobrirpress	PER	5.731	5.731
Total		298.306	402.002

Nota : Os valores apresentados incluem juros

De realçar que a diminuição dos valores em litigância em 2018 se deve essencialmente ao acordo de pagamento efetuado com o cliente Megafin, e à penhora de saldo bancário do cliente na Gráfica Açoreana.

17.3 Provisões

Em 31 de dezembro de 2018 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	1.467.245	76.339	(520.279) (a)		1.023.306
Processos judiciais em curso e outras provisões	199.130	147.939	(84.063) (b)	(23.862) (c)	239.144
Processo encerramento sucursal Brasil	30.090		-	-	30.090
Total	1.696.465	224.278	(604.342)	(23.862)	1.292.539

(a) Reforço diz respeito à estimativa da idade de reforma para 66,8 anos.

(b) Reforço diz respeito à estimativa para o programa PREVPAP, atualização da auditoria IGF/Segurança Social e fornecedor em litígio.

(c) Diminuição diz respeito às anulações da indemnização da Byeva, do excesso de estimativa do processo João Medeiros e do excesso da provisão dos advogados Cuatrecasas.

A utilização verificada na rubrica "Pré-Reformas" decorre de pagamentos efetuados durante o ano de 2018 a pré-reformados, ao abrigo de acordos efetuados em 2010.

O reforço verificado na mesma rubrica justifica-se pelo aumento da idade de reforma para 66,5 anos (ano 2019), 66,6 anos (ano 2020), 66,7 anos (ano 2021) e 66,8 anos para 2022, ano em que se estima o término do pagamento destes compromissos.

O reforço verificado na rubrica "Processos judiciais em curso" decorre, essencialmente: (i) da estimativa para a integração de colaboradores ao abrigo do programa PREVPAP; (ii) de um potencial processo com a Segurança Social em resultado da cessação do vínculo laboral em 2016 com um ex-funcionário; (iii) e de um litígio emergente com uma empresa fornecedora de serviços.

O valor registado na rubrica "Processo encerramento sucursal Brasil" destina-se a cobrir todos os encargos com o encerramento da sucursal da Empresa no Brasil, que se estima que irá ocorrer no ano de 2019.

Em 31 de dezembro de 2017 as provisões para riscos e encargos apresentavam o seguinte detalhe:

Provisões para outros riscos e encargos	Saldo inicial	Reforço (Nota 22.2)	Utilização	Diminuições (Nota 22.1)	Saldo Final
Pré-Reformas	2.058.617	156.782	(748.154)	-	1.467.245
Processos judiciais em curso e outras provisões	-	199.130	-	-	199.130
Processo encerramento sucursal Brasil	30.090	-	-	-	30.090
Impostos	41.215	-	(18.793)	(22.422)	0
Total	2.129.922	355.912	(766.947)	(22.422)	1.696.466

A utilização verificada na rubrica "Pré-Reformas" decorre de pagamentos efetuados durante o ano de 2017 a pré-reformados, ao abrigo de acordos efetuados em 2010, sobre as responsabilidades futuras assumidas, bem como da atualização por falecimento de um pré-reformado durante o exercício de 2017.

O reforço verificado na mesma rubrica justifica-se pelo aumento da idade de reforma para 66,3 anos (ano 2017), 66,4 anos (ano 2018) e 66,5 anos (ano 2019 e seguintes).

O reforço verificado na rubrica "Processos judiciais em curso" decorre, essencialmente, da litigância com um correspondente da delegação de Ponta Delgada, bem como com um ex-funcionário, em resultado da cessação do respetivo vínculo laboral em sede de segurança social. Esta última situação decorreu de um parecer da Inspeção Geral de Finanças efetuado às contas de 2015/16.

Os valores registados na rubrica "Impostos", destinavam-se a cobrir as penalidades relativas ao atraso no pagamento de retenções na fonte do ano de 2014, cujo pagamento ocorreu em 2017.

A 31 de dezembro de 2018, a responsabilidade com valores atualizados era a seguinte:

Pré-Reformados	2018	2019	2020	2021	2022	Total 2018/22
Valor Nominal		388.755	346.567	245.589	49.853	1.030.764
Valor Atualizado		387.787	343.984	242.546	48.990	1.023.307
Responsabilidade a 31 dezembro	1.023.307	635.520	291.536	48.990	-	
Numero Pré-Reformados Iniciais	18	12	11	11	5	
Sáidas	6	1	-	6	5	18
Numero Pré-Reformados Finais	12	11	11	5	-	
Idade Reforma (anos e mês)		66,5	66,6	66,7	66,8	

18. Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Entidades	Número	2018	2017
EMGFA - Estado Maior General das Forças Armadas (a)	02/137/64260	17.945	17.945
Autoridade Tributária (b)	04/285/9298	2.094.697	2.094.697
		2.112.642	2.112.641,97

(a) Contrato de prestação de serviços em vigor em que o beneficiário é o EMGFA.

(b) Processo de liquidação adicional de IVA relativo aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 6. e Nota 17.2.). Dada a adesão ao PERES em dezembro 2016 a garantia bancária efetuada pelo BPI e cujo beneficiário é a Autoridade Tributária foi revista, em resultado do benefício da redução dos juros em 80% aquando da adesão ao citado programa, ascendendo o valor atual em €2.094.696.97.

19. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os instrumentos financeiros eram os seguintes:

Ativos financeiros	2018	2017
Caixa e seus equivalentes (Nota 3.1.6.2. e Nota 4.)	4.292.869	3.663.656
Contas a receber de terceiros	1.125.970	946.849
	5.418.839	4.610.504

Passivos financeiros	2018	2017
Contas a pagar a terceiros	(7.266.385)	(6.901.201)
	(7.266.385)	(6.901.201)

O valor da rubrica "Contas a receber de terceiros" inclui os saldos devedores das rubricas de clientes, Estado e outros entes públicos e outras contas a receber.

O valor da rubrica "Contas a pagar a terceiros" inclui os saldos credores das rubricas de fornecedores, Estado e outros entes públicos e outras contas a pagar.

20. Subsídios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os subsídios eram os seguintes:

2018						
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer
Subsídios ao investimento:						
Google	81.823	-	-	27.271	29.544	52.278
Subsídios à exploração:						
Google	59.287	59.287	-	59.287	198.178	-
	141.110	59.287	-	86.558	227.722	52.278

2017						
Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante por reconhecer
Subsídios ao investimento:						
Google	81.823	81.823	-	2.273	2.273	79.550
Subsídios à exploração:						
Google	198.178	138.891	59.287	138.891	138.891	59.287
	280.000	220.713	59.287	141.163	141.163	138.837

No período findo em 31 de dezembro de 2016 a Empresa candidatou-se ao projeto DNI/Google, que tinha como objetivo o desenvolvimento tecnológico de uma plataforma de última geração, dando lugar a um portal que aloja a futura oferta global de serviços da LUSA.

Este portal oferece a possibilidade de novas formas de acesso aos serviços, novas aplicações e novos pacotes noticiosos, em permanente interligação com as redes sociais. Com a implementação do projeto Portuguese News Hub, a agência começou a diversificar e a ampliar as suas audiências, a multiplicar a produção e circulação de informação digital no mundo da lusofonia, bem como a fornecer os seus serviços de

forma mais eficaz e cómoda aos seus clientes e a novos clientes que necessitam de soluções tecnologicamente inovadoras.

Este projeto atingiu um total de financiamento de €280.000, sendo que o restante investimento, €120.000, são da responsabilidade da Empresa.

O projeto iniciou-se em setembro de 2016 e o seu término ocorreu durante o 1.º trimestre de 2018 apesar das principais funcionalidades já estarem ativas e em produção desde novembro 2017.

De referir que no período findo em 31 de dezembro de 2017 já havia sido recebido o montante total de €220.713 (Nota 16) tendo o restante valor de €59.287 sido recebido no início de 2018.

21. Prestações de serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as prestações de serviços efetuadas foram as seguintes:

	2018	2017
Mercado nacional	15.399.780	14.745.151
Mercado externo	577.805	579.268
	15.977.584	15.324.419

	2018	2017
Indemnização compensatória líquida	12.286.131	11.649.567
Receitas próprias	3.691.453	3.674.853
	15.977.584	15.324.419

Mercado Nacional:		
Indemnização compensatória	12.876.719	12.876.719
Ajustamento à indemnização compensatória	(590.588)	(1.227.152)
Receitas próprias	3.113.649	3.095.585
Mercado Externo (receitas próprias)	577.805	579.268
	15.977.584	15.324.419

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, em sequência da entrada em vigor do contrato programa para o triénio 2017-2019, a rubrica "mercado nacional" encontra-se deduzida do ajustamento à indemnização compensatória no montante de €590.588 e €1.227.152, respetivamente.

22. Outros rendimentos e gastos operacionais

22.1 Outros rendimentos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros rendimentos obtidos e ganhos operacionais foram os seguintes:

	2018	2017
Subsídios à exploração (Nota 20.)	59.287	141.163
Reversões de imparidade clientes (Nota 17.1.)	62.981	80.511
Reversões de imparidade - outros devedores	-	3.478
Reversões de provisões (Nota 17.3.)	23.862	22.422
Rendimentos suplementares	13.715	14.099
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	3.462	2.242
Outros rendimentos e ganhos operacionais	565.744	143.280
Ganhos por aumentos de justo valor	124	173
	729.175	407.369

22.2 Outros gastos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os outros gastos e perdas operacionais incorridos foram os seguintes:

	2018	2017
Gastos de depreciação e de amortização	435.078	321.967
Provisões (Nota 17.3.)	224.278	355.912
Perdas por imparidade clientes (Nota 17.1.)	39.589	45.389
Impostos	31.104	35.070
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	21.842	27
Outros gastos e perdas operacionais	69.606	102.573
Redução justo valor	-	7
	821.497	860.946

23. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos foram os seguintes:

	2018	2017
Correspondentes e colaboradores	1.118.244	1.123.796
Trabalhos especializados	659.359	657.357
Rendas e alugueres	416.340	419.113
Deslocações, estadas e transportes	447.147	402.766
Conservação e Reparação	299.499	255.589
Serviço de agências noticiosas	293.926	297.151
Comunicação	231.023	228.064
Energia e fluidos	171.211	175.835
Limpeza, higiene e conforto	96.211	85.562
Vigilância e segurança	83.522	80.322
Honorários	55.640	69.598
Seguros	32.304	33.140
Publicidade e propaganda	4.471	11.697
Outros	147.718	123.974
	4.056.614	3.963.965

O valor dos honorários do Revisor Oficial de Contas foi de €15.750 em ambos os exercícios.

24. Gastos com o pessoal

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os gastos incorridos com o pessoal foram os seguintes:

	2018	2017
Remunerações do pessoal	7.946.682	7.705.970
Encargos sobre remunerações	1.800.217	1.721.297
Remunerações dos órgãos sociais	139.635	133.800
Indemnizações	793	140
Outros custos com o pessoal	331.532	303.639
	10.218.859	9.864.846

Em 31 de dezembro de 2018, o total de efetivos da Agência é de 250 (252 em dezembro de 2017).

Em dezembro de 2018, nos 250 trabalhadores efetivos incluem-se 11 requisitados e com licenças sem retribuição, 12 em situação de pré-reforma e 5 trabalhadores de baixa de média / longa duração.

Em dezembro de 2017, nos 252 trabalhadores efetivos incluem-se 11 requisitados e com licenças sem retribuição, 18 em situação de pré-reforma e 3 trabalhadores de baixa de média / longa duração.

25. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

	2018	2017
Juros e gastos similares suportados	-	(1.092)
Com empréstimos bancários	-	(911)
Com leasing	-	(181)
Juros e rendimentos similares obtidos	7	6
De depósitos	7	6
Resultados financeiros	7	(1.086)

26. Resultado por ação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o resultado por ação foi como se segue:

	2018	2017
Número de ações	2.130.000	2.130.000
Resultado líquido	1.160.781	720.693
Resultado por ação	0,54	0,34

27. Partes relacionadas

Os saldos pendentes com as entidades relacionadas e as transações efetuadas em 2018 e 2017, com essas mesmas entidades, estão evidenciados nos quadros seguintes (IVA incluído):

27.1 Saldos com partes relacionadas - IVA Incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores	
		31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017	31 dez 2018	31 dez 2017
Estado Português	Acionista	-	-	-	-	-	-
Global Media Group	Acionista	173.307	106.539	-	-	1.362	-
Global Notícias - Media Group, S.A.		127.306	83.519	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		28.450	14.071	-	-	-	-
Jornal do Fundão		1.740	1.044	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		5.424	2.712	-	-	-	-
Açormédia		10.387	5.193	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	1.362	-
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	140.877	97.353	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		33.369	36.102	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		107.508	61.251	-	-	-	-
Público-Comunicação Social, SA	Acionista	8.266	23.680	-	-	-	-
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	51.591	50.238	-	-	-	-
O Primeiro de Janeiro, SA (*)	Acionista	81.809	81.808	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	1.558	1.558	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	72.504	81.567
TOTAL		457.408	361.177	-	-	73.866	81.567

(*) Este valor encontra-se registado em imparidades

27.2 Transações com partes relacionadas - IVA incluído

ENTIDADE	NATUREZA	Clientes		Outras contas a Receber		Fornecedores	
		2018	2017	2018	2017	2018	2017
Estado Português	Acionista	15.838.364	15.838.364	-	-	-	-
Global Media Group	Acionista	477.942	473.626	-	-	18.664	16.812
Global Notícias - Media Group, S.A.		333.828	331.417	-	-	-	-
Rádio Notícias (TSF)		85.620	84.427	-	-	-	-
Jornal do Fundão		5.174	4.175	-	-	-	-
Diário de Notícias do Funchal		32.546	32.613	-	-	-	-
Açormédia		20.774	20.994	-	-	-	-
Notícias Direct		-	-	-	-	18.664	16.812
Impresa-Sociedade Gestora De Participações Sociais, S.A.	Acionista	447.790	481.338	-	-	-	-
Impresa Publishing, SA		98.095	142.898	-	-	-	-
SIC - Soc. Ind. De Comunicação, SA		349.695	338.440	-	-	-	-
NP-Notícias de Portugal, CRL	Acionista	-	-	84	82	-	-
Público-Comunicação Social, SA	Acionista	94.190	94.227	-	-	3.307	3.165
Rádio e Televisão de Portugal, SA	Acionista	487.965	487.042	-	-	-	-
O Primeiro de Janeiro, SA	Acionista	-	-	-	-	-	-
Empresa do Diário do Minho, LDA	Acionista	18.699	18.699	-	-	-	-
EPA	Out.Partes Relacionadas	-	-	-	-	99.693	108.756
TOTAL		17.364.950	17.393.296	84	82	121.664	128.733

27.3 Remunerações do pessoal chave de gestão

Em 21 de março de 2018 foram nomeados novos órgãos sociais, pelo que a informação referente às remunerações do pessoal chave de gestão encontra-se subdividida em 2 períodos distintos: de 1 janeiro a 20 de março de 2018 e de 21 de março 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Remuneração do pessoal chave de gestão de 1 de janeiro a de 20 de março 2018:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida		Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade	Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Identificar	Encargo anual da entidade
Maria Teresa Prata Macias Marques	4,77	252,81	Seg. Social	6.461,14	0,00	70,04	Seguro acid. trab. e doenças prof.	133,03
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	Seg. Social	552,78	0,00	0,00	-	0,00
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	Seg. Social	470,25	0,00	0,00	-	0,00
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	406,13	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	541,50	0,00	0,00	-	0,00
		252,81		6.431,80	0,00	296,40		352,21

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018					
	Fixa (**)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)=(1)-(2)+(3)
Maria Teresa Prata Macias Marques	28.636,71	0,00	28.636,71	1.431,89	0,00	81.764,71
João Manuel Pintado Silveira Lobo	2.450,00	0,00	2.450,00	122,50	0,00	3.990,00
Luis Paulo Mah Silva	2.100,00	0,00	2.100,00	120,00	0,00	2.850,00
José Carlos Barbosa Lourenço	1.800,00	0,00	1.800,00	90,00	0,00	3.420,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	2.400,00	0,00	2.400,00	120,00	18,75	2.298,75
			37.386,71	1.884,39	18,75	94.323,46

(**) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Remuneração do pessoal chave de gestão de 21 de março a de 31 de dezembro de 2018:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	4,77 (*)	310,05	Seg. Social	15 382,53	0,00	241,24	Seguro acad. trab. e doenças prof.	316,72
	6,00(**)	570,00						
Maria João Dias Pessoa Araújo	0,00	0,00	Seg. Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Gustavo Alberto Guerrelro Seabra Leltão Cardoso (**)	0,00	0,00	Seg. Social	0,00	0,00	0,00	-	0,00
Denise Mendes da Costa	0,00	0,00	Seg. Social	751,71	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	756,16	0,00	0,00	-	0,00
		880,05		16.890,40	0,00	241,24		316,72

(*) De 01 Janeiro a 30 de Junho de 2018 - valor unitário de 4,77 em dinheiro De 01 julho a 31 de dezembro de 2018 - valor unitário de 6,00 em cartão

(**) Pediu renúncia do Conselho de Administração da Lusa a 28 de maio 2018 por incompatibilidade com o estatuto de docente universitário, não tendo auferido qualquer rendimento desde a sua nomeação

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018					
	Fixa ^(*)	Variável	Bruto (1)	Redução Remuneratória (2)	Reversão Remuneratória (3)	Valor Final (4)-(1)-(2)+(3)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	56.928,73	0,00	66.928,73	3.347,28	1.187,10	64.768,55
Maria João Dias Pessoa Araújo	3.814,70	0,00	3.814,70	190,73	68,56	3.692,53
Denise Mendes da Costa	3.269,77	0,00	3.269,77	163,14	58,47	3.165,10
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	3.269,77	0,00	3.269,77	163,14	58,47	3.165,10
			77.282,97	3.864,29	1.372,60	74.791,28

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Remuneração do pessoal chave de gestão em 2017:

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Maria Teresa Prata Macias Marques	4,77	1105,03	Seg. Social	19 419,59	0,00	311,30	Seguro acad. trab. e doenças prof.	399,84
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0,00	0,00	Seg. Social	947,63	0,00	0,00	-	0,00
Luis Paulo Mah Silva	0,00	0,00	Seg. Social	676,88	0,00	0,00	-	0,00
José Carlos Barbosa Lourenço	0,00	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	-	0,00
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0,00	0,00	Seg. Social	812,25	0,00	0,00	-	0,00
		1.105,03		22.668,60	0,00	296,40		352,21

(*) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

28. Gestão de Riscos Financeiros

A Empresa encontra-se exposta, essencialmente, aos seguintes riscos financeiros:

a) Risco de taxa de câmbio

A atividade da Empresa encontra-se exposta ao risco de taxa de câmbio (vide Nota 3.1.11.), relacionado, essencialmente, com as transações efetuadas com as delegações que tem no estrangeiro, em resultado do contrato de interesse público em vigor, com os recebimentos em moeda estrangeira de alguns clientes, e com os pagamentos a alguns fornecedores internacionais.

Foram utilizadas, em 31 de dezembro de 2018, as seguintes taxas de câmbio (câmbio de final do ano e câmbio médio), para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Moeda	2018	
	Câmbio no final do ano	Câmbio médio
AOA	0,0028	0,0028
USD	0,8734	0,8468
BRL	0,2250	0,2329
CFA	0,0015	0,0015
CNY	0,1270	0,1281
CVE	0,0091	0,0000
HKD	0,1115	0,1080
MOP	0,1083	0,1049
MZN	0,0142	0,0141
GBP	0,8945	0,8850

b) Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa a este risco é muito reduzida.

c) Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com as contas a receber (Nota 10.). Para reduzir o risco de crédito, a Empresa tem políticas de concessão de crédito, com definição de limites de crédito por cliente e prazos de recebimento de 30 dias, como regra geral.

Em 2018, fruto de alguma instabilidade nalguns grupos de comunicação social, verificou-se uma deterioração do prazo médio de recebimento que se situou nos 65 dias. O risco de crédito é monitorizado regularmente com o objetivo de:

- Limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- Acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- Analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular através de reuniões com a Direção Comercial e Direção Financeira, bem como com os assessores jurídicos sempre que necessário.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas considerando o critério económico e maximizando o critério fiscal e de acordo com:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- O histórico de relacionamento comercial e financeiro com o cliente;
- Acordos de pagamento existentes;
- As condições financeiras dos clientes.

O movimento nas perdas por imparidade das contas a receber encontra-se divulgado na Nota 10.

O Conselho de Administração considera que as perdas por imparidade estimadas em contas a receber se encontram adequadamente refletidas nas demonstrações financeiras, dado que sistematicamente são revistas.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

A Empresa através do contrato de prestação de serviços de interesse público recebe regularmente do Estado um montante relevante que permite satisfazer as necessidades de financiamento e minimizar a volatilidade nos recebimentos com origem nas receitas próprias que em 2018 se situaram em 22% do total de vendas.

29. Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos pela Empresa dizem respeito às responsabilidades com os pré-reformados conforme detalhe da Nota 17.3.

30. Acontecimentos após a data do balanço

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração (CA) em 18 de fevereiro de 2019. De acordo com o ofício da DGTF de fevereiro de 2019, durante o ano de 2019, a Empresa irá proceder à devolução do ajustamento da Indemnização Compensatória, relativa ao ano de 2016, no valor de €1.420.518, no âmbito da Declaração de Compromisso assinada em 30 de dezembro de 2016 e conforme reportado no Relatório e Contas e no Anexo da Empresa desde 2016 (Nota 16.), confirmando-se assim o prudente entendimento da Lusa aquando do cálculo da estimativa do valor da Indemnização Compensatória a reembolsar.

Uma vez que as instruções sobre o processo de prestação de contas foram rececionadas em 12 de março, foi realizada nova reunião do CA, em 13 de março, para aprovação do documento final.

Após o termo do exercício e até à presente data não ocorreram outros acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e ou divulgação nas contas do exercício.

31. Outras informações

Para o resultado líquido do exercício de 2018, no montante de €1.160.781, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação:


- Transferência de € 58.039 para Reservas Legais;
- Transferência de € 1.102.742 para a conta de Resultados Transitados.

A CONTABILISTA CERTIFICADA,



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

Miguel Fernando Ramos dos Santos
 Adm. por Dias Pessoa do Aramp



VI. Cumprimento de orientações legais

Este documento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração (CA) de 18 de fevereiro de 2019. Uma vez que as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018 foram rececionadas após essa aprovação, foi realizada nova reunião do CA, em 13 de março, para aprovação do documento final. Assim, este capítulo foi elaborado tendo por base as instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2018, emanadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (Ofício-Circular n.º 1116, de 12 de março de 2019).

1. Objetivos de gestão (artigo 38.º RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento definiu um conjunto de objetivos principais para 2018:

- O cumprimento do Contrato de serviço público;
- Reforço das redes nacionais e internacionais por forma a assegurar o posicionamento da Lusa no mundo global;
- Dar continuidade ao plano de atualização tecnológica quer no que diz respeito aos sistemas de produção e distribuição de notícias, quer aos sistemas de informação de gestão;
- Dar continuidade a um programa de manutenção e conservação, bem como de reforço da segurança do edifício e ainda das condições de habitabilidade do mesmo por forma a contribuir para melhorar as condições de trabalho e aumentar a produtividade.

A produção editorial da Lusa voltou a crescer totalizando 240.770 conteúdos anuais e cumprindo com todas as metas celebradas com o Estado para 2018, conforme quadro seguinte:

Tipo de Conteúdo	Média Diária		Contrato Serviço Público
	2017	2018	2017/2019
Foto	134	141	100 a 150
Áudio	29	30	30 a 45
Texto (Todos os Géneros)	462	466	400 a 500
Vídeo	15	16	15 a 30

Em 2018 foi reforçada a rede nacional, capaz de cobrir Portugal Continental e Ilhas, com a contratação de novos correspondentes. A rede internacional, que garante a cobertura dos países de língua oficial portuguesa, das comunidades de falantes de língua portuguesa espalhadas pelo Mundo e dos países mais relevantes, em termos geoestratégicos, para o país e para a comunidade lusófona, em 2018, foi recomposta com a contratação de novos correspondentes. A Lusa voltou a estar presente em cidades como Brasília, Buenos Aires, Genebra e Berlim.

A Lusa considera essencial a prossecução da estratégia como agência de notícias multimédia, com a produção e distribuição de informação para várias plataformas, mantendo o elevado grau de desempenho no cumprimento do serviço público que lhe está cometido.

Neste sentido, e conforme referido anteriormente, em outubro de 2018 foi criada a Direção de Inovação e Novos Projetos, tendo como principal missão promover, de forma transversal e colaborativa, a adoção de novas ferramentas e de novos processos e procedimentos na agência.

Os investimentos efetuados em 2018 ascenderam a €797 mil, representando um aumento de 70,6% face ao exercício anterior. Investiu-se na modernização tecnológica da Agência, em equipamentos de transcrição de voz para texto, de tradução automática, de reconhecimento facial de fotos e vídeos, de sumarização de textos e da sua classificação, mas também nos equipamentos de trabalho dos jornalistas (portáteis, máquinas fotográficas, máquinas de vídeo e de filmar e smartphones).

Em 2018 foi inaugurado o Espaço Polivalente Noémia de Sousa, passando os trabalhadores a dispor de uma ampla sala para encontros e reuniões, de um bar/restaurante e de uma sala de jogos. Em dezembro foi dada continuidade ao projeto de reabilitação do piso zero do edifício sede, nomeadamente a receção.

Ainda no decurso de 2018 foram realizados vários trabalhos de manutenção e modernização no edifício da sede que incluíram, além de intervenções pontuais de carácter corretivo e preventivo, a substituição de cablagem informática, no pressuposto da melhoria constante da gestão da largura de banda, e a operacionalização das medidas de autoproteção, em conformidade legal e por forma a aumentar as condições de segurança no local de trabalho. As delegações do Funchal e de Maputo sofreram uma remodelação profunda nas respetivas instalações, bem como obras de conservação na cidade da Praia em Cabo Verde.

Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2018

Execução orçamental	PAO 2018	REAL 2018	Variação R18/O18	
			Valor	%
EBITDA	1.509.846	2.044.867	535.021	35,4%
Volume de Negócios (*)	16.779.996	15.977.584	-802.412	-4,8%
PMP (dias)	31	31	0	0,0%
Investimento	903.000	797.236	-105.764	-11,7%
Quadro de Pessoal				
Gastos	10.851.651	10.218.859	-632.792	-5,8%
N.º efetivo	253	250	-3	-1,2%
Nível de endividamento	0	0	0	n.c.

(*) - O volume de negócios apresenta uma redução, face ao orçamentado, essencialmente como resultado da devolução da IC ao Estado e do não recebimento, em 2018, do valor da inflação.

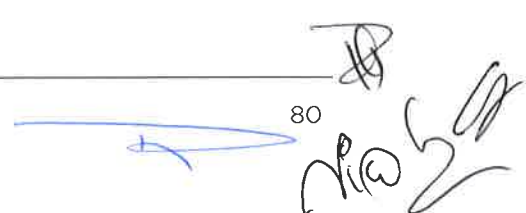
n.c. - não comparável

2. Gestão do risco financeiro

Em 2017 o endividamento bancário foi reduzido a zero, deixando a empresa de ter encargos financeiros associados.

Anos	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€) (i)	0	1.129	5.015	17.579	50.174
Taxa Média de Financiamento (%)	0,0%	1,6%	1,8%	3,1%	6,0%

(i) - inclui juros suportados e outros encargos associados



3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), apurado nos termos da forma disposta no n.º 4 do artigo 146.º do Decreto-Lei n.º 33/2016, de 15 de maio (DLEO 2018):

Passivo Remunerado (€)	2018	2017	Variação 2018-17	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (corrente e não corrente)	0	0	0	n.c.
...do qual concedido pela DGTF	0	0	0	n.c.
Aumentos de Capital por dotação	0	0	0	n.c.
Aumentos de Capital por conversão de créditos	0	0	0	n.c.
Novos investimentos	0			

Nota: Em 2018 a Lusa não tinha nenhum passivo remunerado ativo
n.c. - não comparável

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

4.1. Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM n.º 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho n.º 9870/2009

PMP	2018	2017	Variação 2018-17	
			Valor	%
Prazo (dias)	31	31	0	0,0%

Em 2018 o Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores foi de 31 dias, encontrando-se em linha com o registado em 2017.

4.2. Mapa da posição a 31/12/2016 dos Pagamentos em Atraso ("arrears"), nos termos do DL n.º 65-A/2011, de 17 de maio

Dividas Vencidas	0-90 dias (€)	Valor das dividas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	68.245	13.040	38.519	67	1.215
Aq. de Capital	0	0	0	0	0
Total	68.245	13.040	38.519	67	1.215

Os valores das dividas vencidas no prazo de 90 a 240 dias referem-se principalmente a faturas da EPA (European Pressphoto Agency), emitidas antecipadamente, cujo vencimento só ocorre em 2019 (€36.252). Está também incluído neste prazo uma fatura da Mainstream, do mês de agosto, só rececionada em janeiro de 2019 (€2.200). A faturação da Gráfica Açoreana encontra-se em dívida nos prazos de 90 a >360 dias, no valor total de €538 pelo facto da Lusa estar em situação litigiosa, conforme identificado no quadro constante no capítulo das "Pendências Judiciais". No prazo >360 dias para além da faturação da Gráfica Açoreana encontram-se também valores a aguardar regularizações da seguradora Açoreana/Seguradora Unidas no valor de €876.

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Aquando da aprovação das contas de 2017, em Assembleia Geral realizada em 21 de março de 2018, o representante do acionista Estado recomendou ao Conselho de Administração, o seguinte:

- i. Diligencie no sentido de elaborar e divulgar, nos termos do artigo 46.º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual sobre a prevenção de corrupção respeitante ao exercício de 2017.

O referido documento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2019 e encontra-se publicado no site da Lusa.

6. Remunerações

Na Assembleia Geral de 21 de março de 2018 foram eleitos os órgãos sociais para o mandato 2018-2020. Assim, como em 2018 ocorreu alteração de mandato dos órgãos sociais, a seguir se apresenta os quadros para os respetivos mandatos.

6.1. Mesa da Assembleia Geral

- Mandato 2018-2020

Mandato (Início-fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2018 (€)
				Bruta
2018-2020 (Início a 21-03-2018)	Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	500	500
2018-2020 (Início a 21-03-2018)	Vice-Presidente	Manuel Coelho Gonçalves Soares	425	425
2018-2020 (Início a 21-03-2018)	Secretário	Maria Fernanda Sousa R. L. Pires Borges	350	350

- Mandato 2015-2017

Mandato (Início-fim)	Cargo	Nome	Valor da senha Fixado (€)	Remuneração Anual 2018 (€)
				Bruta
2015-2017 (renúncia a 6-02-2017)	Presidente	Elsa Maria Rancon Santos	275	0
2015-2017 (Início a 27-03-2017) e (Termo a 21-03-2018)	Presidente	Cristina Maria Pereira Freire	275	0
2015-2017 (Termo a 21-03-2018)	Vice-Presidente	António Manuel Simões da Silva	220	440
2015-2017 (Termo a 21-03-2018)	Secretário	Rita Maria Góis de Carvalho	220	440

6.2. Conselho de Administração

- Mandato 2018-2020

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ⁽¹⁾			N.º de Mandatos (**)
			Forma ⁽¹⁾	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2018-2020	Presidente	Nicolau Fernando Ramos dos Santos	AG	21-03-2018	Não	Lusa S.A	Destino	1
2018-2020	Vice-Presidente (não executivo)	Maria João Dias Passos de Araujo	AG	21-03-2018	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2018-2020 (renúncia a 28-05-2018) (**)	Vogal (não executivo)	Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso	AG	21-03-2018	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2018-2020	Vogal (não executivo)	Denise Mendes da Costa Silva Pires	AG	21-03-2018	n a (*)	n a (*)	n a (*)	1
2018-2020	Vogal (não executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	AG	21-03-2018	n a (*)	n a (*)	n a (*)	7

Legenda ⁽¹⁾ - Indicar Resolução (R)/AG/DIET/Despacho (D)

⁽¹⁾ - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP - indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) - Defenido em ata o pagamento de valor igual ao auferido como senha de presença 14 vezes ao ano

(**) - inclui o mandato atual

(***) - Pediu renúncia do Conselho de Administração da Lusa a 28 de maio de 2018 por incompatibilidade com o estatuto de docente universitário não tendo auferido qualquer rendimento desde a sua nomeação

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	Lusa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	RDP - Antena 1	Comentador	Sector Público Empresarial
Maria João Dias Pessoa de Araújo	Lusa, S.A.	Vice-Presidente (Não-Executivo) do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	DGTF	Diretora-Geral	Sector Público
	Parvalorem, S.A. Parups, S.A. Parparticipadas SGPS, S.A.	Presidente da Mesa da Assembleia	Sector Público Empresarial
Denise Mendes da Costa Silva Pires	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	NP - Notícias de Portugal, CRL	Presidente da Mesa da Assembleia	Cooperativa
	Exerce funções de: Responsável da área jurídica e Secretária-Geral do Grupo Global Media; Presidente do Conselho Fiscal da IAB - Associação Interactive Advertising Bureau Portugal; Secretária da mesa da Assembleia Geral da Plataforma de Media Privados; Secretária da Mesa da Assembleia Geral da Empresa Gráfica Funchalense, S.A.; secretária da Mesa da Assembleia Geral da TSF.		Sector Privado
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	Exerce as funções de: Vice-Presidente do Conselho de Administração; Executivo da BALSEGER - SGPS, S.A.; CCO - Chief Corporate Officer e Secretário da Sociedade da IMPRESA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.; Administrador das empresas do Grupo IMPRESA, SIC - Sociedade Independente de Comunicação, SA, IMPRESA PUBLISHING, S.A., GMTS - Serviços Técnicos e Produção Multimédia, Lda, INFOPORTUGAL - Sistemas de Informação e Conteúdos, SA e IMPRESA OFFICE & SERVICE SHARE - Gestão de Imóveis e Serviços, S.A.; Administrador da VASP - Distribuidora de Publicações, S.A. (participada da IMPRESA)		Sector Privado

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	S	C	4.578	1.831
Maria João Dias Pessoa de Araújo (*)	S	C	350	-
Denise Mendes da Costa Silva Pires (*)	S	C	300	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (*)	S	C	300	-

(*) - Em 2018 receberam o pagamento de um valor mensal catorze vezes ao ano, de acordo com ata da AG de 21-03-2018.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	66.929	0	66.929	2.160	64.769
Maria João Dias Pessoa Araújo	3.815	0	3.815	122	3.693
Denise Mendes da Costa Silva Pires	3.270	0	3.270	105	3.165
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	3.270	0	3.270	105	3.165
			77.283	2.492	74.791

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	5	310	Seg. Social	15.383	0	241	Seguro acid. trab. e doenças prof.	317
	6	570						
Maria João Dias Pessoa Araújo	0	0	Seg. Social	0	0	0	-	0
Denise Mendes da Costa Silva Pires	0	0	Seg. Social	752	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	Seg. Social	752	0	0	-	0
		880		16.886	0	241		317

Nota: os valores de segurança social são calculados sobre as remunerações com redução remuneratória.

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas - 2018								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	S	S	33.800,01	Renting	2015	2019	368,76	3.318,84	3
Maria João Dias Pessoa Araújo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Denise Mendes da Costa	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda (1) - aquisição ALD Leasing ou outra

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (€)
				Identificar	Valor	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	8.128	3.661	1.627	Refeições estacionamento vistos, taxas, seguros de viagem Comunicações	1.366,12	14.782
Maria João Dias Pessoa de Araújo	0	0	0	-	0	0
Denise Mendes da Costa Silva Pires	0	0	0	-	0	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	0	-	0	0
						14.782

• Mandato 2015-2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRELO (2)		
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)
2015-2017	Presidente	Maria Teresa Prata Macias Marques	AG	19/01/2015	Não	Lusa S.A	Destino
2015-2017	Vice-Presidente (não executivo)	João Manuel Pintado Silveira Lobo	AG	19/01/2015	n a (*)	n a (*)	n a (*)
2015-2017	Vogal (não executivo)	Luis Paulo Mah Silva	AG	19/01/2015	n a (*)	n a (*)	n a (*)
2015-2017	Vogal (não executivo)	Jose Carlos Barbosa Lourenco	AG	19/01/2015	n a (*)	n a (*)	n a (*)
2015-2017	Vogal (não executivo)	Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	AG	19/01/2015	n a (*)	n a (*)	n a (*)

Legenda (1) - Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) - Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP - indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

(*) - senhas de presença

(**) - inclui o mandato atual

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Maria Teresa Prata Macias Marques	Lusa, S.A.	Presidente do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	EANA	Membro do Conselho de Administração	Associação sem fins lucrativos
	EPA	Membro do Supervisory Board	Sector Privado
João Manuel Pintado Silveira Lobo	Lusa, S.A.	Vice-Presidente (Não-Executivo) do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	Consultor independente, contribui regularmente para a COTEC e ensina na PBS, na NOVA SBE e na NOVA Executivos		Sector Privado
Luis Paulo Mah Silva	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	É professor auxiliar convidado na Lisbon School of Economics and Management - ISEG da Universidade de Lisboa e investigador do Centro de Estudos sobre Africa, Asia e América Latina (CESA) no ISEG. Leciona no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional e Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento (ambos no ISEG) e no Mestrado em Estudos Asiáticos (UCP)		Sector Público Empresarial
José Carlos Barbosa Lourenço	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	Exerce funções de Administrador do Grupo Global Media desde 2014, onde é C.O.O., bem como cargos de Administrador não Executivo em várias empresas do Grupo e participadas		Sector Privado
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	Lusa, S.A.	Vogal do Conselho de Administração	Sector Público Empresarial
	Exerce as funções de Secretário da Sociedade e de CCO - Chief Corporate Officer da IMPRESA - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., onde anteriormente tinha exercido as funções de CFO - Chief Financial Officer (1998-2016), e é administrador nas várias empresas participadas do Grupo IMPRESA, nomeadamente, SIC (televisão), IMPRESA PUBLISHING (editora do jornal Expresso), GMTS e INFOPORTUGAL		Sector Privado

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento	Despesas Representação
Maria Teresa Prata Macias Marques	S	C	4.578	1.831
João Manuel Pintado Silveira Lobo ⁽¹⁾	S	C	350	-
Luis Paulo Mah Silva ⁽¹⁾	S	C	300	-
José Carlos Barbosa Lourenço ⁽¹⁾	S	C	300	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira ⁽¹⁾	S	C	300	-

⁽¹⁾ - Em 2017 receberam sob a forma de senhas de presença, apesar de em AG de 19 de janeiro de 2015 ter sido proposto o pagamento de um valor mensal, o mesmo não foi implementado uma vez que se considerou que se traduzia num incremento dos valores remuneratórios. O valor mencionado no quadro refere-se ao valor por unidade de senhas de presença.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2018 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Maria Teresa Prata Macias Marques (i)	28.637	0	28.637	1.432	27.205
João Manuel Pintado Silveira Lobo (i)	2.450	0	2.450	123	2.328
Luis Paulo Mah Silva (i)	2.100	0	2.100	120	1.980
José Carlos Barbosa Lourenço (i)	1.800	0	1.800	90	1.710
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira (i)	2.400	0	2.400	101	2.299
			37.387	1.866	35.521

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento + despesas de representação (sem reduções)

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho

(i) Mandato 2015-2017, termo a 21-03-2018

NOTA: Em fevereiro de 2018 foram pagas reuniões do CA extraordinárias realizadas em 2017.

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros	
	Diário	Encargo anual da entidade	Identificar	Encargo anual da entidade			Identificar	Encargo anual da entidade
Maria Teresa Prata Macias Marques	5	253	Seg. Social	6.461	0	70	Seguro acid. trab. e doenças prof.	133
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0	0	Seg. Social	553	0	0	-	0
Luis Paulo Mah Silva	0	0	Seg. Social	470	0	0	-	0
José Carlos Barbosa Lourenço	0	0	Seg. Social	406	0	0	-	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	Seg. Social	542	0	0	-	0
		253		8.432	0	70		133

Membro do Conselho de Administração	Encargos com Viaturas - 2018								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com rendas	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	
Maria Teresa Prata Macias Marques	S	S	33 800,01	Renting	2015	2019	368,76	1106,28	3
João Manuel Pintado Silveira Lobo	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Luis Paulo Mah Silva	N	N	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos Barbosa Lourenço	N	N	-	-	-	-	-	-	-
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	N	N	-	-	-	-	-	-	-

Legenda (1) - aquisição ALD, Leasing ou outra

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gasto total com viagens (2)
				Identificar	Valor	
Maria Teresa Prata Macias Marques	0	0	0	Refeições estacionamento vistos, taxas, seguros de viagem	0,00	0
João Manuel Pintado Silveira Lobo	0	0	0	-	0	0
Luis Paulo Mah Silva	0	0	0	-	0	0
José Carlos Barbosa Lourenço	0	0	0	-	0	0
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	0	0	0	-	0	0
						0

No exercício de 2018 não foram atribuídos quaisquer prémios de gestão, nem foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

6.3. Fiscalização

6.3.1. Conselho Fiscal

- Mandato 2018-2020

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) [€]	Nº de Mandatos (*)
			Forma (1)	Data		
2018-2020	Presidente Conselho Fiscal	Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Samoio	AG	21/03/2018	1262	1
2018-2020	Vogal	Pedro Jorge dos Santos Braumann	AG	21/03/2018	961	1
2018-2020	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	21/03/2018	1313	3
2018-2020	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	21/03/2018	-	2

Legenda (1) - indicar AG/DUE/Despacho
(*) - inclui o mandato atual

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2018 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio	13.971	0	13.971
Pedro Jorge dos Santos Braumann	10.479	0	10.479
Susana Rodrigues de Jesus	12.731	0	12.731
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0
	37.181	0	37.181

• Mandato 2015-2017

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (mensal) (€)	N.º de Mandatos (*)
			Forma ⁽¹⁾	Data		
2015-2017 (Início a 31-03-2016)	Presidente Conselho Fiscal	Paula Alexandra Caetano da Silva	AG	31/03/2016	1056	1
2015-2017	Vogal	Ana Cristina Vicente Soares	AG	19/01/2015	845	1
2015-2017	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	AG	19/01/2015	1313	2
2015-2017	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	AG	19/01/2015	-	1

Legenda ⁽¹⁾ - indicar AG/DUE/Despacho

(*) - inclui o mandato atual

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2018 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Paula Alexandra Caetano da Silva	2.887	0	2.887
Ana Cristina Vicente Soares	2.310	0	2.310
Susana Rodrigues de Jesus	3.019	0	3.019
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0
	8.216	0	8.216

6.3.2. Revisor Oficial de Contas

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada		
2018-2020	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	20160948	AG	21/03/2018	1313	-	9
2018-2020	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	20160038	AG	21/03/2018	-	-	6

Legenda: ⁽¹⁾ - Assembleia Geral (AG)/Deliberação Unânime por escrito (DUE)/Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

Nome	Valor anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2018 (€)			Valor anual de Serviços Adicionais - 2018 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Susana Rodrigues de Jesus	15.750	0	15.750	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
António Magalhães & Carlos Santos	0	0	0	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

n.a. - não aplicável

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º de inscrição na OROC	N.º de registo na CMVM	Forma ⁽¹⁾	Data	Contratada		
2015-2017	Vogal e ROC efetivo	Susana Rodrigues de Jesus	ROC n.º 1338	20160948	AG	19/01/2015	1.313	-	6
2015-2017	Vogal e ROC suplente	António Magalhães & Carlos Santos	SROC n.º 53	20160038	AG	19/01/2015	-	-	3

Legenda: ⁽¹⁾ - Assembleia Geral (AG)/Deliberação Unânime por escrito (DUE)/Despacho (D)

Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

6.4. Auditor Externo

No ano de 2018, e conforme preconizado no Plano de Atividades e Orçamento não se verificou a contratação de serviços de auditoria externa, o que se estima voltar a acontecer em 2020.

Em novembro de 2018, e na sequência da decisão do Conselho de Administração da Lusa em 2016, sobre a contratação de Contabilista Certificado, foi efetuado um ajuste direto à empresa AJL Contabilidade Fiscalidade e Gestão Lda. para fornecimento dos respetivos serviços por um período de um ano.

6.5. Restantes trabalhadores

De acordo com a Lei de Orçamento do Estado de 2018 e 2017 (Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro e Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, respetivamente) nos seus artigos 20.º, 21.º, 22.º e 23.º da LOE 2018 e 20.º e 21.º da LOE 2017 foram repostos os direitos previstos nos Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho.

7. Aplicação do disposto no artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

A Lusa seguiu a recomendação do acionista Estado dada na Assembleia Geral realizada em 28 de março de 2013, pelo que a utilização de cartão de crédito por parte do Presidente do Conselho de Administração cessou a partir dessa data.

Em 2018 não ocorreu o reembolso de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- Mandato 2018-2020

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	80	692	
Maria João Dias Pessoa de Araújo	-	0	
Denise Mendes da Costa Silva Pires	-	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	
		692	

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Nicolau Fernando Ramos dos Santos	400 litros	1190	686	1875	De acordo com ata n.º 32 de janeiro 2015 o valor mensal para estes gastos é de 1/4 das despesas de representação o que para um período de 9 meses desde o início do mandato é de €4 120. Verifica-se assim que os gastos reais são apenas 46% do máximo permitido
Maria João Dias Pessoa Araújo	-	0	0	0	
Denise Mendes da Costa	-	0	0	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	0	0	
				1875	

• Mandato 2015-2017

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Maria Teresa Prata Macias Marques	80	43	
João Manuel Pintado Silveira Lobo	-	0	
Luis Paulo Mah Silva	-	0	
José Carlos Barbosa Lourenço	-	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	
		43	

Nome	Plafond mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Maria Teresa Prata Macias Marques	400 litros	373	315	688	De acordo com ata n.º 32 de janeiro 2015 o valor mensal para estes gastos é de 1/4 das despesas de representação o que para um período de 3 meses até final do mandato é de €1 373. Verifica-se assim que os gastos reais são apenas 50% do máximo permitido
João Manuel Pintado Silveira Lobo	-	0	0	0	
Luis Paulo Mah Silva	-	0	0	0	
José Carlos Barbosa Lourenço	-	0	0	0	
Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira	-	0	0	0	
				688	

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

Em 2018 a Lusa não incorreu em despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em 2016, foi elaborado um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens, tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas, nos termos do disposto no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março. Este documento encontra-se disponível em www.lusa.pt.

A igualdade de género é um dos pressupostos da estratégia da Agenda 2030 da ONU para o desenvolvimento sustentável e um princípio que se requer imperativo e universal nas modernas democracias ocidentais, dentro das quais Portugal se revê.

A promoção da igualdade de género está, cada vez mais, na agenda da Lusa, que se pretende, assim, afirmar e distinguir por uma orientação de responsabilidade social. Nesse âmbito, desde dezembro de 2018, está a ser realizado um diagnóstico interno, em colaboração com uma equipa de especialistas do ISEG/IDEFE. Será também elaborado o relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens referente a 2018 bem como um plano exequível para a Igualdade entre homens e mulheres na Lusa.

10. Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme o disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE

Durante o ano de 2016 foi finalizado o relatório de prevenção e combate à fraude (PPRCIC) conforme preconizado no artigo 46.º do DL n.º 133/2013 e Lei n.º 54/2008 onde as empresas públicas “devem elaborar anualmente relatório identificativo das ocorrências e risco de ocorrências de factos mencionados na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º da Lei 54/2008”.

Anualmente é elaborado o relatório de execução sobre o plano.

A mudança na estrutura da Lusa, anteriormente referida, levou à necessidade de atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, tendo sido elaborado um novo Plano em 2018, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 18 de fevereiro de 2019, apesar de, nos seus conceitos fundamentais, estar em conformidade com a estratégia da Lusa, sem necessidade de alterações profundas.

O Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2018 está disponível em <https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prev-de-riscos-de-corrupção-e-infra-conexas>.

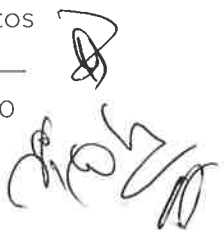
11. Contratação Pública

A Lusa adota os procedimentos de aquisição de bens e serviços que constam do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (até 31 de dezembro de 2017), alterado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (a partir de 1 de janeiro de 2018).

Todas as aquisições são objeto de um processo de compra organizado pelo Departamento de Operações e Compras, integrado na Direção de Áreas de Suporte.

O processo de compra inicia-se pela consulta ao mercado que é dirigida a pelo menos três potenciais fornecedores. Para aquisições de valor igual ou superior a 500 euros é obrigatória, pelo “Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços” aprovado pelo Conselho de Administração da Lusa em 29 de dezembro de 2010, a obtenção de pelo menos três propostas escritas dos potenciais fornecedores, tendo este procedimento sido adotado mesmo em compras de bens ou serviços de valor muito inferior. As aquisições de valor superior a 5 mil euros seguem os respetivos trâmites de procedimento de contratação pública não simplificado, sendo os respetivos contratos registados no portal base.gov.

Durante o ano de 2018 foram lançados 53 ajustes diretos de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no montante de €964.151, 7 consultas prévias de aquisição de bens e serviços e de empreitada, no total de €410.297, e 4 concursos públicos de aquisição de bens e serviços, no valor de €1.277.345, num total global de 64 procedimentos



contratuais no montante de €2.651.793, verificando-se conformidade com os procedimentos de contratação pública.

A Lusa não celebrou contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2018 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento						Total	
	Concurso público		Consulta Prévia		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis	1	139 658 €	5	292 300 €	17	214 464 €	23	646 422 €
Concessão de obras públicas			1	84 997 €	2	19 320 €	3	104 317 €
Aquisição de serviços	3	1 137 687 €	1	33 000 €	34	730 367 €	38	1 901 054 €
TOTAL	4	1 277 345 €	7	410 297 €	53	964 151 €	64	2 651 793 €

Contratos públicos: número e valor dos contratos adjudicados em 2018 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	N.º dos contratos	Preço contratual	Tipo de procedimento
Aquisição de serviços	5238263	16 900 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5238261	9 667 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	5178262	2 274 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5178081	41 280 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de serviços	5171428	74 820 €	Concurso público
Aquisição de bens móveis	5171395	74 844 €	Consulta Prévia
Empreitadas de obras públicas	5171281	84 997 €	Consulta Prévia
Aquisição de serviços	5169579	948 987 €	Concurso público
Aquisição de bens móveis	5158729	139 658 €	Concurso público
Aquisição de serviços	5158620	113 880 €	Concurso público
Aquisição de serviços	5155171	14 400 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5155166	8 400 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5155150	12 000 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5155027	15 000 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5148125	29 000 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de bens móveis	5147992	44 443 €	Consulta Prévia
Aquisição de serviços	5147684	18 000 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5147563	33 000 €	Consulta Prévia
Locação de bens móveis	5147363	63 900 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de bens móveis	5140996	9 863 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	5140838	37 879 €	Consulta Prévia
Aquisição de serviços	5136912	15 000 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	5136881	74 487 €	Consulta Prévia
Aquisição de serviços	5136715	9 800 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5136366	17 300 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5135934	9 900 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de bens móveis	5135802	19 974 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5135653	8 200 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de serviços	5135039	19 900 €	Ajuste Direto
Locação de bens móveis	5132796	60 647 €	Consulta Prévia
Aquisição de serviços	5132545	13 000 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de bens móveis; Aquisição de serviço	5132399	24 059 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de bens móveis	5132172	6 995 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5130208	90 726 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de serviços	5129961	9 000 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5129749	18 800 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5107967	19 000 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	5106826	9 980 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5106818	12 000 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5102665	18 000 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5102654	52 000 €	Ajuste Direto (art. 24.º, n.º 1, alínea e), subalínea ii) do CCP)
Aquisição de bens móveis	5102396	18 600 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	5094045	4 726 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	5092679	6 200 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	5090617	18 983 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	5090597	89 996 €	Ajuste Direto (art. 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP)
Aquisição de serviços	4587148	11 400 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	4587146	10 800 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	4587027	10 800 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	4587013	10 800 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	4586991	16 800 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	4586934	3 550 €	Ajuste Direto
Empreitadas de obras públicas	4581783	9 935 €	Ajuste Direto
Empreitadas de obras públicas	4581621	9 385 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	4581190	5 183 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	4581186	9 765 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	4581127	2 184 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	4571134	7 429 €	Ajuste Direto
Aquisição de bens móveis	4571100	799 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	4562673	7 453 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	4562671	78 545 €	Ajuste Direto (art. 27.º, n.º 1, alínea a) do CCP)
Aquisição de serviços	4301329	5 500 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	4301285	5 500 €	Ajuste Direto
Aquisição de serviços	4301247	5 500 €	Ajuste Direto
TOTAL		2 651 793 €	

Contratos públicos: número e valor de adjudicações por tipo de procedimento em 2017 (fonte: base.gov)

Tipo de contrato	Adjudicações por tipo de procedimento				Total	
	Concurso público		Ajuste direto		N.º dos contratos	Preço contratual
	N.º dos contratos	Preço contratual	N.º dos contratos	Preço contratual		
Locação/aquisição de bens móveis			22	364 909 €	22	364 909 €
Concessão de obras públicas			4	99 805 €	4	99 805 €
Aquisição de serviços	1	237 600 €	31	1 078 226 €	32	1 315 826 €
TOTAL	1	237.600 €	57	1.542.940 €	58	1.780.540 €

12. Medidas tomadas ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A empresa formalizou a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 15 de setembro de 2011 e dispõe de um "Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços", aprovado pelo Conselho de Administração em reunião de 29 de dezembro de 2010, que se encontra publicitado em www.lusa.pt.

13. Medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 145.º do DLEO 2018, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A estratégia de consolidação orçamental, que determina a redução da despesa pública por parte do Estado, impõe às empresas do SEE, onde a Lusa se enquadra, por via do OE para 2018 e do DLEO n.º 33/2018 de 15 de maio, e de outras determinações emanadas das entidades que a tutelam, a adoção de medidas de redução e contenção de gastos.

A Lusa, em cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, endereçou um pedido à Tutela relativo à exceção da verificação da redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios. Foi igualmente proposto o estabelecimento de outro indicador que permita medir a otimização da estrutura de gastos operacionais, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 124.º do DLEO 2017, atendendo a que a Lusa cumpre com os requisitos expressos na alínea b) do n.º 5 do mesmo artigo.

O novo indicador teve um despacho favorável por parte do Senhor Ministro da Cultura em 17 de maio de 2017 e do Senhor Secretário de Estado do Tesouro (SET) em 1 de junho de 2017.

No cálculo do novo indicador registou-se, conforme quadro seguinte, uma diminuição do custo médio por conteúdo de €0,42 face a 31 de dezembro de 2017, o que se traduz numa melhoria da eficiência da Lusa, cumprindo assim o desiderato da redução do peso dos custos face à produção editorial.

(Euros)				
DESCRIÇÃO	REAL 2015	REAL 2016	REAL 2017	REAL 2018
Fornecimentos e serviços externos	3.852.659	3.817.166	3.963.965	4.056.614
Gastos com o pessoal	9.332.451	9.752.784	9.864.846	10.218.859
Perdas por imparidade	369.587	86.446	45.389	39.589
Perdas por reduções de justo valor	0	100	7	0
Provisões do período	24.768	197.667	355.912	224.278
Outros gastos e perdas	265.746	175.017	137.670	122.551
Gastos e perdas de financiamento	16.938	4.879	1.092	0
Total de Gastos e perdas (sem amortizações) (A)	13.862.150	14.034.059	14.368.882	14.661.892
Indemnizações com o pessoal	0	226.481	140	793
Alterações Legislativas ⁽¹⁾	100.582	334.763	611.952	831.053
Projeto Google (FSE)	0	0	154.802	0
Total de efeitos não recorrentes (B)	100.582	561.244	766.895	831.846
Produção Editorial (n.º de conteúdos) (C)	222.799	227.821	235.091	240.770
Indicador ((A)-(B))/(C)	61,77	59,14	57,86	57,44

⁽¹⁾ - Alterações legislativas decorrentes da Lei n.º 75/2014, Lei n.º 159-A/2015, Lei n.º 42/2016 e Despacho n.º 3746/2017.

O quadro seguinte, permite observar a evolução das rubricas associadas ao Plano de Redução de Custos, que inclui a análise dos gastos operacionais, volume de negócios, custos com deslocações e estadas, ajudas de custo, gastos com a frota automóvel e estudos, pareceres e consultoria. O mapa permite igualmente observar a variação do peso dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, excluindo a indemnização compensatória.

PRC					2018 / 2017	
	2018 Exec.	2018 ORC	2017 Exec.	2016 Exec.	Var. Absol.	Var. %
(0) EBITDA	2.044.867	1.509.846	1.363.999	2.626.301	680.868	49,9%
(1) CMVMC	0	0	0	0	0	0,0%
(2) FSE	4.056.614	4.196.320	3.963.965	3.817.166	92.650	2,3%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	9.896.570	10.236.940	9.755.661	9.526.303	140.908	1,4%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	793	0	140	226.481	653	465,1%
(3.ii) Valorizações Remuneratórias nos termos da LOE 2018*	123.784	353.126	0	0	123.784	#DIV/0!
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	197.712	261.585	109.044	0	88.668	81,3%
(4) Gastos Operacionais = (1) + (2) + (3)	13.953.184	14.433.259	13.719.626	13.343.469	233.558	1,7%
(5) Volume de Negócios (VN) (b)	3.691.453	3.824.332	3.674.853	3.857.375	16.601	0,5%
(6) Peso dos Gastos/VN (4)/(5)	378,0%	377,4%	373,3%	345,9%	4,6p.p.	-
(i) Gastos com Deslocações (FSE): Deslocações, estadas e transportes	447.147	422.366	402.766	361.016	44.381	11,0%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (GcP)	399.399	405.384	352.106	369.136	47.293	13,4%
(iii) Gastos associados à frota automóvel (c)	187.906	192.418	192.512	180.261	-4.606	-2,4%
Total = (i) + (ii) + (iii)	1.034.452	1.020.168	947.384	910.414	87.068	9,2%
(7) Encargos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria	11.774	7.500	45.574	65.745	-33.800	-74,2%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	260	264	263	269	-3	-1,1%
N.º Órgãos Sociais (OS) (d)	10	11	11	11	-1	-9,1%
N.º Cargos de Direção (CD)	4	3	3	4	1	33,3%
N.º trabalhadores (sem OS e sem CD)	246	250	249	254	-3	-1,2%
N.º trabalhadores /N.º CD	62	83	83	64	-22	-25,9%
N.º de viaturas	20	20	20	21	0	0,0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com o pessoal) não são considerados os gastos com indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2018.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

d) - Inclui Mesa da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

* Valores referentes a progressões automáticas.

Relativamente ao conjunto dos gastos com deslocações, estadas e transportes, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel foi efetuado um pedido de exceção ao SET, tendo sido autorizado na Assembleia Geral de 10 de maio através da declaração do acionista Estado. O acréscimo de cerca de €14 mil verificado face ao valor orçamentado para 2018, resulta, sobretudo, da estratégia comercial do novo Conselho de

Administração, referida anteriormente, com vista a incrementar as receitas próprias, através do reforço da presença nos mercados africanos de países de língua oficial portuguesa, em Macau e na China.

O parque automóvel da Lusa é composto por 20 viaturas, o mesmo número que em 2017, das quais 13 estão em regime de aluguer operacional. Atualmente o parque encontra-se no limite das suas necessidades, pelo que é sempre efetuada a maximização do uso comum.

14. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 135.º da LOE 2018 e artigo 104.º do DLEO 2018)

A Lusa solicitou ao IGCP a exceção à obrigação do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, para o ano de 2018, tendo ficado excecionada do cumprimento da UTE nos seguintes serviços (Ofício do IGCP n.º SGC - 2018/18860):

- Os valores inerentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Os valores relativos à custódia de títulos que não sejam dívida pública;
- Os valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades.

Os restantes valores devem, pois, ser movimentados pela LUSA através de contas no IGCP, pela utilização dos serviços bancários disponibilizados por esta Agência.

		(Euros)			
Banca Comercial		1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades					
Banco B.P.I.		18.402	14.846	28.787	34.317
Banco Nacional Ultramarino (Macau)		37.668	57.752	62.749	16.486
Banco Comercial Português		43.255	43.255	43.255	47.588
Banco Santander Totta		282.645	282.878	282.878	282.878
Banco Novo banco		1.113	1.059	1.005	0
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.		3.650.501	4.030.613	4.110.835	3.897.787
Total Disponibilidades		4.033.585	4.430.404	4.529.509	4.279.057
Aplicações					
Banco Nacional Ultramarino (Macau)		2.072	8.511	8.511	8.665
Aplicações Financeiras		2.072	8.511	8.511	8.665
Total Disponibilidades + Aplicações		4.035.657	4.438.915	4.538.020	4.287.722
Juros Auferidos		3	7	7	7

15. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

A Empresa não foi objeto de auditorias do Tribunal de Contas.

16. Informação a constar no sítio da internet do Setor Empresarial do Estado (portal da DGTF)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	21/08/2018	
Caracterização da Empresa	S	21/08/2018	
Função de tutela e accionista	S	21/08/2018	
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
Identificação dos Órgãos Sociais	S	21/08/2018	
Estatuto remuneratório fixado	S	21/08/2018	
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	21/08/2018	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S	21/08/2018	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	21/08/2018	
Esforço Financeiro Público	S	21/08/2018	
Ficha Síntese	S	21/08/2018	
Informação Financeira histórica e atual	S	21/08/2018	
Princípios de Bom Governo	S		
Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	21/08/2018	Regulamento de Aquisição de Bens e Serviços em vigor desde 1 de Janeiro de 2011.
Transações relevantes com entidades relacionadas	S	21/08/2018	
Outras transações	N.A.	21/08/2018	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios	S	21/08/2018	
Económico	S	21/08/2018	
Social	S	21/08/2018	
Ambiental	S	21/08/2018	
Avaliação do cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	21/08/2018	
Código de Ética	S	21/08/2018	

Legenda: S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável

17. Quadro de cumprimento das orientações legais

Compromisso das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N/A		
Objetivos de Gestão					
Cumprimento do Contrato de Serviço Público	X			100%	A produção editorial da Lusa em 2018 totalizou 240.770 conteúdos anuais cumprindo com todas as metas celebradas com o Estado. (ver n.º 1)
Reforço das redes nacionais e internacionais por forma a assegurar o posicionamento da Lusa no mundo global	X			100%	Em 2018 foi reforçada a rede nacional e internacional. (ver n.º 1)
Dar continuidade ao plano de atualização tecnológica quer no que diz respeito aos sistemas de produção e distribuição de notícias, quer aos sistemas de informação de gestão	X				Em outubro de 2018 foi criada a Direção de Inovação e Novos Projetos. Investiu-se, entre outros, em equipamentos de transcrição de voz para texto, de tradução automática, de reconhecimento facial de fotos e vídeos e de numeração de textos e da sua classificação (ver n.º 3)
Dar continuidade a um programa de manutenção e conservação, bem como de reforço da segurança do edifício e ainda das condições de habitabilidade do mesmo por forma a contribuir para melhorar as condições de trabalho e aumentar a produtividade	X			Em 2018 os investimentos ascenderam a €797 mil, representando um aumento de 70,6% face ao período homólogo	Em 2018 foi inaugurado o Espaço Noémia de Sousa, que dispõe de uma ampla sala para encontros e reuniões, de um bar/restaurante e de uma sala de jogos. Em dezembro deu-se início às obras na recepção. Procedeu-se também a vários trabalhos de manutenção e modernização no edifício sede e a trabalhos no âmbito das medidas de autoproteção (ver n.º 3)
Metas a atingir constantes no PAO 2018					
Princípios financeiros de referência	X				ver n.º 1
Investimento	X				
Gastos com Pessoal	X				
Grau de execução de orçamento carregado no SGO/SOE	X		X		Em 2018 a empresa não tinha financiamento
Gestão do Risco Financeiro	X				No final de 2017 a Lusa não tinha nenhum passivo remunerado além do seu fundo de atividade em 2018
Limites de Crescimento do Endividamento	X				PMP a fornecedores de 31 dias
Evolução do PMP a fornecedores	X				
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")					
					Dividas vendidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011; €52.841
Recomendações do acionista na última aprovação de contas					
Diligência no sentido de elaborar e divulgar, nos termos do artigo 46.º do decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual sobre a prevenção de corrupção respeitante ao exercício de 2017	X			100%	O relatório foi aprovado em reunião do Conselho de Administração de 31 de janeiro de 2019 e encontra-se publicado no site da Lusa (ver n.º 5)
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018	X				Reduções remuneratórias CA em 2018 no montante total de €4.376
Fiscalização (CF/ROC/EU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018	X				Mandato 2015-2017 (terminou em 21/03/2018): €1.884
Auditor Externo - redução remuneratória vigente em 2018	X				Mandato 2018-2020 (início em 21/03/2018): €2.492
EGP - Artigo 32.º e 33.º do EGP	X				
Não utilização de cartões de crédito	X				
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X				
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				
Valor máximo de combustível e portagens a-feto mensal para viagens de serviço	X				
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RUSPE e artigo 11.º do EGP	X				
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014	X				
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X				http://www.lusa.pt/lusamaterial/F05x/Lusa_RelatorioIgualdadeRemuneracoesporGenero2015.pdf
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção de corrupção	X				https://www.lusa.pt/about-lusa/plano-de-prevencoes-de-corrupcao-e-infra-conexas
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Durante o ano de 2018 foram lançados 53 ajustes diretos no montante total de €366.151, 7 concursos públicos no total de €430.297 e 4 concursos públicos num total de €1.277.345, num total global de 64 procedimentos contratuais no montante de 2.651.793. (ver n.º 11)
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				
Contratos lidos e/ou visto pelo(s) TC	X				
Auditorias do Tribunal de Contas	X				
Parque Automóvel					
N.º de Viaturas	X				O parque automóvel é composto por 20 viaturas, o mesmo número que em 2017, das quais 13 estão em regime de aluguer operacional
Gastos operacionais das Empresas Públicas	X				Foi estabelecido um novo indicador para medir a utilização da estrutura de gastos operacionais, de acordo com o Despacho n.º 151/17 do Secretário de Estado do Tesouro. Com o novo indicador verifica-se uma diminuição do custo médio por conteúdo, de 57,86 para 57,48. No conjunto dos gastos com deslocações e estadas, ajudas de custo e gastos com a frota automóvel verificou-se um aumento de 9,2% (de referir que em 2018 foi feito um pedido de redução)
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			90,9% (90,7% em 2017)	No seguimento do pedido de divergência do cumprimento do princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (UTE), a Lusa ficou exceção do cumprimento de valores inerentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados; valores relativos à custódia de títulos que não sejam dívida pública; valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades (ver n.º 14)
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	X				
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em receita do Estado	X				A Lusa não auferiu juros em incumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado (ver n.º 14)

VII. Grelha de práticas de boa governação societária

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
I. Síntese			
1. Menção às alterações mais significativas em matéria de Boas Práticas de Governo Societário adotadas em 2018	✓	2	Estrutura orgânica; receitas próprias; produção editorial e cumprimento do serviço público; racionalização de custos.
II. Missão, Objetivos e Políticas			
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	✓	4	
2. Indicação de políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida, designadamente:			
a) Objetivos e resultados definidos pelos acionistas relativos ao desenvolvimento da atividade empresarial a alcançar em cada ano e triénio, em especial os económicos e financeiros	✓	5	Vide também II.3
b) Grau de cumprimento dos mesmos, assim como dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	5	Vide também II.3
3. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	✓	7	
4. Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios sectoriais, designadamente as relativas à política setorial a prosseguir, às orientações específicas a cada empresa, aos objetivos a alcançar no exercício da atividade operacional e ao nível de serviço público a prestar pela empresa	✓	15	
III. Estrutura de Capital			
1. Divulgação da estrutura de capital (consoante aplicável: capital estatutário ou capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e da percentagem de capital que cada categoria representa	✓	16	
2. Identificação de eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	✓	16	
3. Informação sobre a existência de acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a eventuais restrições	✓	17	Vide também ANEXO 5
IV. Participações Sociais e obrigações detidas			
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (empresa) que direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis, bem como da fonte e da causa de imputação	✓	18	
2. Explicitação da aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	✓	18	
3. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	18	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
4. Informação sobre a existência de relações de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	✓	18	
V. Órgãos Sociais e Comissões			
A. Modelo de Governo			
1. Identificação do modelo de governo adotado	✓	19	
B. Mesa da Assembleia Geral			
1. Composição da mesa da assembleia geral, ao longo do ano em referência, com identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (data de início e de fim), assim como a remuneração relativa ao ano em referência. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	20	
2. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias	✓	21	n.a.
C. Administração e Supervisão			
1. Indicação das regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão	✓	21	
2. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	21	
3. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão	✓	22	
4. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	23	
5. Evidência da apresentação das declarações de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na empresa, assim como quaisquer relações que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras ou quaisquer outros parceiros de negócio, suscetíveis de gerar conflitos de interesse	✓	27	Vide também ANEXO 3



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
6. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas	✓	27	
7. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegação de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade	✓	27	Vide também Anexo 10
8. Caracterização do funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, indicando designadamente:			
a) Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro às reuniões realizadas	✓	28	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	29	
c) Órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos e critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos mesmos	✓	30	Vide também Anexo 8
d) Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão, se aplicável. Identificação das comissões, composição de cada uma delas assim como as suas competências e sínteses das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências	✓	30	
D. Fiscalização			
1. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado: Fiscal Único, Conselho fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou Comissão para as Matérias Financeiras	✓	30	
2. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alterações de mandato durante o ano em reporte deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	31	
3. Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do órgão de fiscalização. Deverão especificamente ser indicadas as atividades profissionais exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos	✓	31	
4. Procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo	✓	34	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
5. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras	✓	34	
6. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do n.º 5 do artigo 414.º, do CSC	✓	34	
7. Funcionamento do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, indicando designadamente, consoante aplicável:			
a) Número de reuniões realizadas e respetivo grau de assiduidade por parte de cada membro	✓	34	
b) Cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício	✓	34	
E. Revisor Oficial de Contas			
1. Identificação, da SROC, do ROC e respetivos números de inscrição na OROC e CMVM, caso aplicável, e do sócio ROC, efetivo e suplente, que a representa e indicação do número de anos em que o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	35	
2. Limitações, legais e outras, relativamente ao número de anos em que o ROC presta serviços à sociedade	✓	35	
3. Número de anos em que a SROC e/ou o ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo, bem como indicação do número de anos em que o ROC presta serviços nesta sociedade, incluindo o ano a que se refere o presente relatório	✓	35	
4. Outros serviços prestados pela SROC à sociedade e/ou prestados pelo ROC que representa a SROC, caso aplicável	✓	35	
F. Conselho Consultivo			
1. Composição, ao longo do ano em referência, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos e suplentes, data da primeira designação e data do termo do mandato de cada membro. Caso tenha ocorrido alteração de mandato durante o ano em reporte, a entidade deverá indicar os mandatos respetivos (o que saiu e o que entrou)	✓	36	n.a.
G. Auditor Externo			
1. Identificação do auditor externo designado e do sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM, assim com a indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da entidade e/ou do grupo, bem assim como a remuneração relativa ao ano em referência	✓	36	n.a.



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Explicitação da política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio ROC que o representa no cumprimento dessas funções, bem como indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita	✓	36	n.a.
3. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação	✓	36	n.a.
4. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços (constantes da tabela referente à instrução V.G.4)	✓	36	n.a.
VI. Organização Interna			
A. Estatutos e Comunicações			
1. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade	✓	37	
2. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade	✓	37	
3. Políticas antifraude adotadas e identificação de ferramentas existentes com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional	✓	37	
B. Controlo interno e gestão de riscos			
1. Existência de um Sistema de Controlo Interno (SCI) compatível com a dimensão e complexidade da empresa, de modo a proteger os investimentos e os seus ativos (este deve abarcar todos os riscos relevantes para a entidade)	✓	38	
2. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistema de gestão e controlo de risco que permita antecipar e minimizar os riscos inerentes à atividade desenvolvida	✓	38	
3. Em caso de existência de um plano estratégico e de política de risco da sociedade, transcrição da definição de níveis de risco considerados aceitáveis e identificação das principais medidas adotadas	✓	39	
4. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade	✓	39	Vide também organograma pág. 28
5. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	✓	39	
6. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros, operacionais e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade	✓	39	
7. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	✓	39	
8. Principais elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira	✓	40	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
C. Regulamentos e Códigos			
1. Referência sumária aos regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos a que a entidade esta legalmente obrigada, com apresentação dos aspetos mais relevantes e de maior importância. Indicação do sítio da empresa onde estes se encontram disponíveis para consulta	✓	40	
2. Referência à existência e aderência de códigos de conduta e de um Código de Ética, com a data da última atualização, em que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos. Indicação onde este se encontra disponível para consulta, assim como a forma de divulgação junto dos seus colaboradores, clientes, fornecedores e a forma como é efetuada. Informação sobre as medidas vigentes tendo em vista garantir um tratamento equitativo junto dos seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, designadamente colaboradores da entidade, ou outros credores que não fornecedores ou, de um modo geral, qualquer entidade que estabeleça alguma relação jurídica com a entidade	✓	41	
3. Referência à existência de planos de ação para prevenir fraudes internas (cometida por um Colaborador ou Fornecedor de Serviços) e externas (cometida por Clientes ou Terceiros), assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação. Indicação relativa ao cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor relativas à prevenção da corrupção e sobre a elaboração do Relatório Identificativo das Ocorrências, ou Risco de Ocorrências. Indicação do local no sítio da empresa onde se encontra publicitado o respetivo relatório	✓	41	
D. Deveres especiais de informação			
1. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a empresa se encontra sujeita, nomeadamente os relativos ao reporte de informação económica e financeira, a saber:			
a) Prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo	✓	42	
b) Grau de execução dos objetivos fixados, justificação dos desvios verificados e indicação de medidas de correção aplicadas ou a aplicar	✓	42	
c) Planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento	✓	42	
d) Orçamento anual e plurianual	✓	42	
e) Documentos anuais de prestação de contas	✓	42	
f) Relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização	✓	42	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita, nomeadamente os relativos a informação a prestar anualmente ao titular da função acionista e ao público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua missão, do grau de cumprimento dos seus objetivos, da forma como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos de prestação do serviço público, e em que medida foi salvaguardada a sua competitividade, designadamente pela via da investigação, do desenvolvimento, da inovação e da integração de novas tecnologias no processo produtivo	✓	42	
E. Sítio da Internet			
1. Indicação do(s) endereço(s) utilizado(s), incluindo as hiperligações na divulgação dos seguintes elementos sobre a empresa			
a) Sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do CSC	✓	42	
b) Estatutos e regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões	✓	42	
c) Titulares dos órgãos sociais e outros órgãos estatutários e respetivos elementos curriculares, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios	✓	42	
d) Documentos de prestação de contas anuais e, caso aplicável, semestrais	✓	42	
e) Obrigações de serviço público a que a empresa está sujeita e os termos contratuais da prestação de serviço público	✓	42	
f) Modelo de financiamento subjacente e os apoios financeiros recebidos do Estado nos últimos três exercícios	✓	42	
F. Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral (se aplicável)			
1. Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à empresa a prestação de um serviço público ou de interesse geral respeitante à remuneração dessa atividade	✓	43	
2. Exposição das propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade, das quais deverão constar os seguintes elementos:			
a) Associação de metas quantitativas a custos permanentemente auditáveis	✓	43	
b) Modelo de financiamento, prevendo penalizações em caso de incumprimento	✓	44	
c) Critérios de avaliação e revisão contratuais	✓	44	
d) Parâmetros destinados a garantir níveis adequados de satisfação dos utentes	✓	45	
e) Compatibilidade com o esforço financeiro do Estado, tal como resulta das afetações de verbas constantes do Orçamento do Estado em cada exercício	✓	45	
f) Metodologias adotadas tendo em vista a melhoria contínua da qualidade do serviço	✓	45	



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
prestado e do grau de satisfação dos clientes ou dos utentes			
g) Evidência do cumprimento do disposto no n.º 1 artigo 48.º do RJSPE	✓	45	Vide também ANEXO 9
VII. Remunerações			
A. Competência para a Determinação			
1. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade	✓	46	
2. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	46	
3. Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração do que dispõe o artigo 51.º do RJSPE, isto é, de que se abstem de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas	✓	46	Vide também ANEXO 3
B. Comissão de Fixação de Remunerações			
1. Composição da comissão de fixação de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio	✓	47	
C. Estrutura das Remunerações			
1. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	✓	47	
2. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade	✓	47	
3. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração, critérios de atribuição e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente	✓	47	
4. Explicitação do diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento	✓	48	
5. Parâmetros e fundamentos definidos no contrato de gestão para efeitos de atribuição de prémio	✓	48	
6. Referência a regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais	✓	48	
D. Divulgação das Remunerações			
1. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem, podendo ser remetida para ponto do relatório onde já conste esta informação	✓	48	

Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
2. Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum	✓	50	n.a.
3. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos porque tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos	✓	50	
4. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício	✓	50	
5. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade	✓	50	
6. Indicação da remuneração no ano de referência dos membros da mesa da assembleia geral	✓	50	
VIII. Transações com partes Relacionadas e Outras			
1. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas e indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência	✓	52	
2. Informação sobre outras Transações:			
a) Procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços	✓	53	
b) Universo das transações que não tenham ocorrido em condições de mercado	✓	55	
c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos (no caso de ultrapassar 1 milhão de euros)	✓	55	
IX. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental			
1. Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	✓	56	
2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade	✓	57	
3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial			
a) Definição de uma política de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável e dos termos do serviço público prestado, designadamente no âmbito da proteção dos consumidores	✓	58	
b) Definição de políticas adotadas para a promoção da proteção ambiental e do respeito por princípios de legalidade e ética empresarial, assim como as regras implementadas tendo em vista o desenvolvimento sustentável	✓	58	
c) Adoção de planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional	✓	60	
d) Referência a medidas concretas no que respeita ao Princípio da Igualdade do Género, conforme estabelecido no n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2012, de 23 de fevereiro	✓	60	


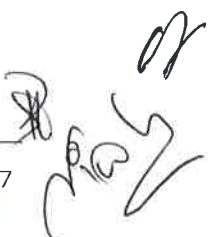



Relatório de Governo Societário	Identificação	Página	Observações
e) Identificação das políticas de recursos humanos definidas pela empresa, as quais devem ser orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade, tratando com respeito e integridade os seus trabalhadores e contribuindo ativamente para a sua valorização profissional	✓	61	
f) Informação sobre a política de responsabilidade económica, com referência aos moldes em que foi salvaguardada a competitividade da empresa, designadamente pela via de investigação, inovação, desenvolvimento e da integração de novas tecnologias no processo produtivo. Referência ao plano de ação para o futuro e a medidas de criação de valor para o acionista (aumento da produtividade, orientação para o cliente, redução da exposição a riscos decorrentes dos impactos ambientais, económicos e sociais das atividades, etc.)	✓	62	
X. Avaliação do Governo Societário			
1. Verificação do cumprimento das recomendações recebidas relativamente à estrutura e prática de governo societário, através da identificação das medidas tomadas no âmbito dessas orientações. Para cada recomendação deverá incluir:			
a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvida (capítulo, título, ponto e página)	✓	65	
b) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, justificação para essa ocorrência e identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação	✓	65	
2. Outras informações: a sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas	✓	65	
Grelha de aferição do cumprimento	✓	72	
XI. Anexos		82	
1. Ata ou extrato da ata da reunião do órgão de administração em que haja sido deliberada a aprovação do RGS 2018	✓		
2. Relatório do órgão de fiscalização a que se refere o n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
3. Declarações a que se refere o artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
4. Declarações a que se refere o artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro	✓		
5. Ata da reunião da Assembleia Geral, Deliberação Unânime por Escrito ou Despacho que contemple a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas (aí se incluindo o RGS) relativos ao exercício de 2017 por parte dos titulares da função acionista	✓		

n.a. - não aplicável



VIII. Relatório e parecer do Conselho Fiscal





Relatório e Parecer do Conselho Fiscal Exercício de 2018

I - INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) compete ao Conselho Fiscal elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração.

Nos termos do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, as empresas públicas apresentam anualmente relatórios de boas práticas de governo societário, competindo aos órgãos de fiscalização aferir no respetivo relatório o cumprimento desta exigência

Através do ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças n.º 1116, de 12 de março de 2019, foram transmitidas as orientações sobre o processo de prestação de contas referentes ao exercício de 2018.

Os membros do Conselho Fiscal atualmente em funções foram eleitos para o mandato correspondente ao triénio 2018/2020, por Deliberação da Assembleia-Geral de 21 de março de 2018.

Assim, no exercício das competências atribuídas ao Conselho Fiscal, vem este órgão apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora, relativo ao exercício de 2018, no âmbito do acompanhamento da atividade prosseguida pela Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (adiante designada por Lusa) tendo em vista evidenciar os resultados da atividade desenvolvida, aferir sobre os controlos efetuados e anomalias detetadas e sobre as principais variações em relação ao período homólogo e suas causas, tendo por base o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e o respetivo Anexo relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 cuja versão final foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2019, bem como apresentar o seu parecer ao relatório de boas práticas de governo societário de 2018 aprovado pelo Conselho de Administração na mesma data.

II - ATIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal exerceu a sua atividade de acordo com a lei, os estatutos e as boas práticas em matéria de acompanhamento e fiscalização dos procedimentos da Empresa.

59 PJS
-1- en



No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal acompanhou e fiscalizou a atividade de gestão desenvolvida em 2018 pelo Conselho de Administração eleito para o mandato 2018/2020, analisando as atas das reuniões deste órgão e os documentos de suporte que considerou pertinentes, bem como a documentação de prestação de contas que lhe foi disponibilizada, tendo reunido com os serviços e com o Presidente do Conselho de Administração sempre que tal se mostrou conveniente, o que muito se agradece.

O Conselho Fiscal apreciou os documentos de reporte periódico da Lusa, designadamente a proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2018, os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental e acompanhou a evolução dos principais indicadores de atividade e económicos, nomeadamente quanto à consistência com as orientações e recomendações emanadas pelo acionista Estado.

Durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal atualmente em funções efetuou 9 reuniões formais, sempre com a comparência de todos os seus membros efetivos, encontrando-se as atas dessas reuniões arquivadas na sede da Empresa.

Após o encerramento das contas do presente exercício, o Conselho Fiscal acompanhou o processo de preparação e de divulgação da informação financeira tendo tomado conhecimento da respetiva certificação legal de contas emitida, com cujo teor o Conselho Fiscal expressa a sua concordância.

III – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Relatório de Gestão descreve adequadamente a atividade desenvolvida no exercício, incluindo um capítulo individualizado relativo à divulgação do cumprimento das orientações legais, cumprindo os requisitos previstos no artigo 66.º do CSC e as instruções transmitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças relativamente à prestação de contas do exercício de 2018, encontrando-se as análises nele efetuadas coerentes com as demonstrações financeiras do exercício.


As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e Normas Interpretativas (NI), as quais integram o Balanço em 31 de dezembro de 2018 que evidencia um ativo no valor total de 13 149 759 euros e um capital próprio no valor total de

4 503.673 euros, a demonstração dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 2017 e 2018, bem como os correspondentes anexos

Em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2018, no valor de 1 160.781 euros seja transferido para a conta de Reservas Legais (58 039 euros) e para a conta de Resultados Transitados (1 102 742 euros), proposta que está em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis

Em resultado da análise efetuada ao Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras do exercício de 2018, destacam-se os seguintes aspetos:

- A produção editorial da Lusa apresenta pelo terceiro ano consecutivo um crescimento anual, refletindo um crescimento de 2,4% face ao exercício anterior, ascendendo em 2018 a 240.770 conteúdos os quais se concentram fundamentalmente nos conteúdos de texto e de fotografia, representando estes no seu conjunto cerca de 92% da produção total
- O valor das vendas e serviços prestados situa-se já próximo dos 16 milhões de euros, refletindo um crescimento de cerca de 4,3% face ao exercício anterior, em resultado sobretudo da receita associada ao Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público (CPSNIIP) para o Triénio 2017-2019 já que a receita obtida com a atividade comercial apresenta um crescimento reduzido
- O valor total dos gastos operacionais, incluindo os gastos com amortizações e depreciações, totalizou no período 15,1 milhões de euros, evidenciando um agravamento de 2,8%, face a 2017, para o qual contribuiu fundamentalmente o incremento nos gastos com pessoal
- O EBITDA ascende a 2 044,9 mil euros, refletindo uma variação positiva relativamente ao valor apurado em 2017 de 49,9%, o que se deve fundamentalmente à rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, devido ao impacto positivo dos proveitos associados ao desfecho favorável do Processo Judicial do IVA - Pro-rata referente à liquidação adicional de IVA no exercício fiscal de 1992
- Por sua vez, o resultado líquido apurado em 2018 no valor de 1 160,8 mil euros, traduz um crescimento de 61,1% face ao valor apurado no ano anterior
- O Investimento realizado no exercício de 2018 totalizou cerca de 797,2 mil euros refletindo um acréscimo substancial face ao exercício anterior, da ordem de 70,6%. O investimento foi


- 3 -

Integralmente financiado com recursos próprios e destinou-se, fundamentalmente, ao desenvolvimento tecnológico e à melhoria das condições de trabalho na sede e nalgumas delegações.

IV – CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO (SEE)

A Lusa apresenta a informação relativa ao cumprimento das orientações legais, de acordo com o disposto no Ofício-Circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) n.º 1116, de 12 de março de 2019, destacando-se o seguinte:

É efetuada uma análise sobre a execução do Plano de Atividades e Orçamento quanto ao investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento e, embora não sejam apresentadas as justificações dos desvios e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar, sendo de salientar que a execução das rubricas de gastos com pessoal e de investimento não esgotaram os valores orçamentados.

A Lusa não apresenta financiamento remunerado no final do 2018, à semelhança do que se verificava no final de 2017.

O prazo médio de pagamentos a fornecedores (PMP), definido nos termos da RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, cifrou-se no final do exercício em 31 dias, mantendo-se ao mesmo nível do apurado no final do ano de 2017 e do previsto no orçamento para 2018.

A Lusa deu cumprimento à recomendação efetuada pelo acionista Estado na Assembleia-Geral realizada em 21 de março de 2018, no sentido da elaboração e divulgação do relatório anual sobre a prevenção de corrupção respeitante ao exercício de 2017, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 31 de janeiro de 2018;

Foram aplicadas as reduções previstas no art.º 12º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, às remunerações auferidas pelos membros do Conselho de Administração e, sobre estas, as reversões dos seus efeitos de acordo com os termos fixados no n.º 8 do art.º 18º da Lei do Orçamento de Estado para 2018, não se considerando o disposto no n.º 21 da Resolução Conselho Ministros n.º 16/2012, de 9 de fevereiro, relativamente às remunerações do Conselho Fiscal.

À Lusa é aplicável em 2018 um indicador alternativo para medir a otimização da estrutura dos gastos operacionais, nos termos dos despachos do Ministro da Cultura, de 17 de maio de 2017, e do Secretário de Estado do Tesouro, de 1 de junho de 2017, ao abrigo do disposto no n.º 2 do

art.º 124º da Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março, o qual consiste no rácio entre o somatório do total de gastos¹, subtraído dos gastos de depreciações e amortizações, e a produção editorial da Lusa. O resultado obtido em 2018 do referido indicador, apresenta uma melhoria em relação ao verificado no ano anterior, o que se traduz num aumento da eficiência da Lusa;

O valor apurado no exercício para o conjunto dos gastos com deslocações e estadas, ajudas de custo e com a frota automóvel apresenta-se superior em 9,2 % relativamente ao obtido no ano anterior. A Lusa submeteu pedido de autorização para o incremento do conjunto dos gastos com deslocações e estadas, ajudas de custo e com a frota automóvel nos termos propostos no Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2018 o qual foi aprovado por deliberação da Assembleia-Geral de 10 de maio de 2018. Não obstante o referido excecionamento o agregado em apreço reflete um desvio negativo de 1,4% face ao valor orçamentado, que é justificado pela Lusa como resultando essencialmente da estratégia comercial prosseguida com vista a incrementar as receitas próprias através do reforço da presença nos mercados africanos de países de língua oficial portuguesa, em Macau e na China.

O valor apurado no exercício para o conjunto dos gastos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, regista uma redução significativa face ao ano anterior (-74,2%) refletindo, porém, um desvio negativo de 57% face ao valor orçamentado;

Os gastos totais com pessoal corrigidos² do exercício apresentam um ligeiro aumento relativamente aos apurados em 2017, na ordem de 1,4%, embora reflitam um desvio negativo face ao valor orçamentado de 3,3%, verificando-se uma redução de três trabalhadores, face ao final do ano anterior e um desvio negativo de quatro trabalhadores relativamente ao previsto no orçamento;

A Lusa refere ter sido excecionada parcialmente da obrigação do cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado em 2018 devendo nos restantes serviços pelos quais não se encontra excecionada utilizar os serviços e movimentar a conta do IGCP, não indicando, porém, o respetivo despacho. Em 31 de dezembro de 2018, cerca de 91% das disponibilidades relativas a depósitos bancários da Lusa encontram-se nas contas da Lusa junto do IGCP.

¹ Expurgados da efeitos não recorrentes por via de alterações legislativas e indemnizações com o pessoal e dos gastos referentes ao projeto Google

² Deduzido do valor das indemnizações pagas por rescisão, das valorizações remuneratórias nos termos da Lei do Orçamento de Estado de 2018 e do impacto da aplicação do disposto no art.º 21º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro

V – AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o órgão de fiscalização deve aferir no respetivo relatório o cumprimento da exigência de apresentação do relatório anual de boas práticas de governo societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no capítulo II do mencionado diploma do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, devendo o respetivo parecer constituir um ponto autónomo do relatório do Conselho Fiscal, de acordo com o ofício circular da DGTF n.º 1116, de 12 de março de 2019.

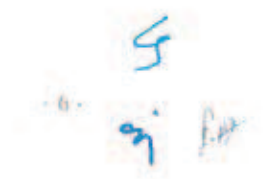
Tendo em atenção a análise efetuada e os esclarecimentos obtidos, o Conselho Fiscal é de opinião que a Lusa cumpriu este preceito nos termos do Relatório de Governo Societário de 2018 do qual consta informação atual e completa sobre aquelas matérias, traduzindo a observância do modelo disponibilizado pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), nada tendo chegado ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, que lhe servem de suporte naquela data.

VI - PARECER

Tendo em atenção as análises efetuadas pelos membros do Conselho Fiscal e os contactos que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, entende o Conselho Fiscal que nada chegou ao seu conhecimento que o leve a concluir que a referida informação financeira do período findo em 31 de dezembro de 2018 da Lusa não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos que lhe servem de suporte naquela data.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal emite o seguinte parecer:

- Seja aprovado o Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2018 apresentado pelo Conselho de Administração da Lusa;
- Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Administração.





Lisboa, em 19 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL

Presidente

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "C.M. Sampaio".

(Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira de Sampaio)

Vogal

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Pedro Jorge dos Santos Braumann".




(Pedro Jorge dos Santos Braumann)

Vogal

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Susana Catarina Iglésias".

(Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
Revisora Oficial de Contas n.º 1338)

IX. Certificação legal de contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditei as demonstrações financeiras anexas de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., (abreviadamente designada por Lusa ou Entidade) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 13 149 759 euros e um total de capital próprio de 4 503 673 euros, incluindo um resultado líquido de 1 160 781 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em minha opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A., em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A minha auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As minhas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Sou independente da Entidade nos termos da lei e cumpro os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estou convicta de que a prova de auditoria que obtive é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A minha responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a minha opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, faço julgamentos profissionais e mantenho ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identifico e avalio os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebo e executo procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtenho prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a minha opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtenho uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avalio a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- conluo sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluir que existe uma incerteza material, devo chamar a atenção no meu relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a minha opinião. As minhas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do meu relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avalio a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

-
- comunico com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A minha responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, sou de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a entidade, não identifiquei incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2019

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

X. Ata do Conselho de Administração

ATAS

Ata número quatrocentos e trinta e sete (437)

Aos treze dias do mês de março de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, reuniu extraordinariamente na sua sede o Conselho de Administração da Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A., com sede em Lisboa, na Rua Dr. João Couto, Lote C, freguesia de Benfica, Pessoa Coletiva matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação fiscal 503 935 107, com a presença do Presidente do Conselho de Administração, Senhor Dr. Nicolau Fernando Ramos dos Santos e, através de “conference call”, participaram na reunião a Vice-Presidente, Senhora Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo, e os Vogais, Senhora Dra. Denise Mendes da Costa Silva Pires e Senhor Dr. Rogério Paulo de Saldanha Pereira Vieira.

A ordem de trabalhos da reunião foi a seguinte:

Ponto um: Aprovação do Relatório e Contas de 2018.

Ponto dois: Aprovação do Relatório de Governo Societário de 2018.

Entrando no ponto um da ordem de trabalhos, o Conselho de Administração (CA) aprovou, por unanimidade, a nova versão do Relatório e Contas relativo ao exercício de 2018, que contempla as alterações decorrentes das instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente a 2018, recebidas durante a tarde do dia 12 de março de 2019, depois da aprovação do mesmo na reunião do CA realizada em 18 de fevereiro de 2019.

No ponto dois da ordem de trabalhos, foi aprovada, por unanimidade, a nova versão do Relatório de Governo Societário relativo a 2018, que contempla alterações decorrentes da reunião do Conselho Fiscal, realizada no dia 13 de março de 2019.

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada esta ata para constar como tal e ser assinada pelos presentes.

- Nicolau Fernando Ramos dos Santos

- Maria João Dias Pessoa de Araújo

- Denise Mendes da Costa Silva Pires